U.PORTO

MESTRADO INTEGRADO
ARQUITECTURA

O legado d'*A Ferreirinha*: Património Arquitetónico e Paisagístico no Douro Vinhateiro

Ana Sofia Silva

M
2020

U.PORTO

Ana Sofia Silva. O legado **d'A Ferreirinha:** Património Arquitetónico e Paisagístico no Douro Vinhateiro

O legado d'A Ferreirinha:
Património Arquitetónico e Paisagístico no Douro Vinhateiro
Ana Sofia Silva

FACULDADE DE ARQUITETURA

M.FAUP **2020**

O legado d'*A Ferreirinha:*

Património Arquitetónico e Paisagístico no Douro Vinhateiro

Ana Sofia Silva

Orientação científica: Prof.ª Doutora Teresa Manuel Almeida Cálix Augusto
Coorientação científica: Prof.ª Doutora Carla Alexandra Garrido de Oliveira

Dissertação de Mestrado Integrado em Arquitetura
Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto
2019/2020

Agradecimentos

À minha orientadora, Prof.ª Doutora Teresa Cálix, e à minha coorientadora, Prof.ª Doutora Carla Garrido de Oliveira, agradeço pela confiança, apoio, tempo e dedicação que disponibilizaram, pelas conversas enriquecedoras e pelo espírito crítico e orientador que permitiram a execução desta dissertação.

Agradeço também o apoio dos meus familiares e namorado, que me acompanharam em tudo durante este desafio de seis anos da minha vida, sempre demonstrando incitamento e confiança para que ultrapassasse todos os desafios; por último, mas não menos importante, agradeço aos meus amigos que deram cor e apoio a todo este percurso académico.

A todos, muito obrigada!

Resumo

O tema desta dissertação surge do interesse acerca do processo de construção e transformação de um património paisagístico e arquitetónico que se estende por todo o território da Região Demarcada do Douro (RDD).

Ao longo do tempo esta região sempre apresentou transformações exercidas pela ação humana, nomeadamente diferentes classificações, de entre as quais se destaca a demarcação pombalina, no início da segunda metade do século XVIII, a demarcação de João Franco, no início do século XX, e por fim a classificação de uma parte dessa região pela UNESCO, em 2001, como Alto Douro Vinhateiro (ADV), Património Mundial enquanto Paisagem Cultural Evolutiva e Viva[1].

Neste enquadramento, o objeto de trabalho da presente dissertação foca-se no estudo do conjunto patrimonial de Dona Antónia Adelaide Ferreira (1811-1896), constituído por 40 quintas vinhateiras, analisando-o em três momentos distintos. É objectivo compreender como se formou, consolidou e chegou aos nossos dias o conjunto das suas propriedades, construindo um legado ímpar, a par do papel fundamental que *A Ferreirinha* teve no desenvolvimento da produção e comercialização do Vinho do Douro. O estudo permite compreender como é que este património vinhateiro se expandiu e se desenvolveu em toda a região do Douro, implantando-se nas diferentes sub-regiões, e adaptando-se a todas as alterações que foram ocorrendo, quer através de inovações nos sistemas de plantação e produção de vinho, como também pela articulação de um conjunto de estruturas de apoio ao funcionamento de cada quinta.

O principal contributo desta dissertação passa por analisar o percurso de vida de Dona Antónia em estreita relação com o alargamento do seu património, seja em toda a sua extensão ao longo do Douro, seja, numa segunda escala, focando quatro das suas quintas estrategicamente posicionadas em torno do Peso da Régua. Este conjunto é então analisado por comparação, quer de elementos constantes quer constatando diferenças, identificando assim um sistema de complementaridades no património construído e legado por Dona Antónia Adelaide Ferreira.

1.(Consulte o site: "http://www.museudodouro.pt/regiao-demarcada-do-douro", visitado em 22.05.2019)

Palavras-Chave: Dona Antónia Adelaide Ferreira, *A Ferreirinha*, Douro Vinhateiro, Quinta Vitivinícola, Peso da Régua, Património, Arquitetura e Paisagem.

Abstract

The theme of this dissertation arises from the interest about the process of construction and transformation of a landscape and architectural heritage that extends throughout the territory of the Douro Demarcated Region (RDD).

Over time this region has always presented transformations exerted by human action, a variety of different classifications, among which stands out the pombaline demarcation, at the beginning of the second half of the eighteenth century, the demarcation of João Franco at the beginning of the twentieth century, and finally the classification of a part of this region by UNESCO in 2001, as Alto Douro Vinhateiro (ADV) , World Heritage as an Evolutionary and Living Cultural Landscape[1].

In this context, this dissertation focuses on the study of the heritage set of Dona Antónia Adelaide Ferreira (1811-1896), consisting of 40 vineyard farms, analyzing it at three distinct moments. It aims to understand how the whole of its properties was formed, consolidated and reached our days, building a unique legacy, along with the fundamental role that *A Ferreirinha* played in the development of the production and commercialization of Douro Wine. The study allows us to understand how this vineyard heritage has expanded and developed throughout the Douro region, implanting itself in the different sub-regions, and adapting to all the changes that have occurred, either through innovations in the systems of planting and wine production, as well as by the articulation of a set of structures to support the operation of each farm.

The main contribution of this dissertation is to analyze the life path of Dona Antónia in close relation with the expansion of its heritage, either in its entirety along the Douro, or on a second scale, focusing on four of its farms strategically positioned around the Peso da Régua. This set is then analyzed by comparison, either of constant elements or by noting differences, thus identifying a system of complementarities in the heritage built and legacy by Dona Antónia Adelaide Ferreira.

1.(consult the website: "http://www.museudo-douro.pt/regiao-demarcada-do-douro", visitado em 22.05.2019)

Keywords: Dona Antónia Adelaide Ferreira, *A Ferreirinha*, Douro Wine Region, Quinta Wine, Peso da Régua, Heritage, Architecture and Landscape.

Glossário de Abreviaturas

AAF – Antónia Adelaide Ferreira (1811-1896)

ABF I – António Bernardo Ferreira I (Tio | 1787-1835)

ABF II – António Bernardo Ferreira II (Primeiro marido | 1812-1844)

ABF III – António Bernardo Ferreira III (Filho do primeiro casamento | 1835-1907)

ADV – Alto Douro Vinhateiro

ADVR – Arquivo Distrital de Vila Real

ADP – Arquivo Distrital do Porto

AHCF – Arquivo Histórico A. A. Ferreira

AMVR – Arquivo Municipal de Vila Real

AMPR – Arquivo Municipal de Peso da Régua

AMSMP – Arquivo Municipal de Santa Marta de Penaguião

BF – Bernardo Ferreira (Avô Paterno | 1747-1808)

BNP – Biblioteca Nacional de Portugal

CACVP – Companhia Agrícola e Comercial dos Vinhos do Porto

CCDRN– Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte

CMSMP– Câmara Municipal de Santa Marta de Penaguião

DGT– Direção Geral do Território

FJST – Francisco José da Silva Torres (Segundo marido | 1811-1896)

GEHVID– Grupo de Estudos de História da Viticultura Duriense

ISA-UL– Instituto Superior de Agronomia - Universidade de Lisboa

IVDP – Instituto dos Vinhos do Douro e Porto

IVP – Instituto dos Vinhos do Porto

IVV – Instituto da Vinha e do Vinho

JBF – José Bernardo Ferreira (Pai | 1782-1853)

JGP – Josefa Gertrudes Pereira (Tia | 1782-1853)

JJF– Joseph James Forrester (1809-1861)

MAF – Maria de Assunção Ferreira (Filha | 1837-1841)

MD – Museu do Douro

MRG – Margarida Rosa Gil (Mãe | 1788 - 1859)

PDRITM – Programa de Desenvolvimento Rural Integrado de Trás-os-Montes

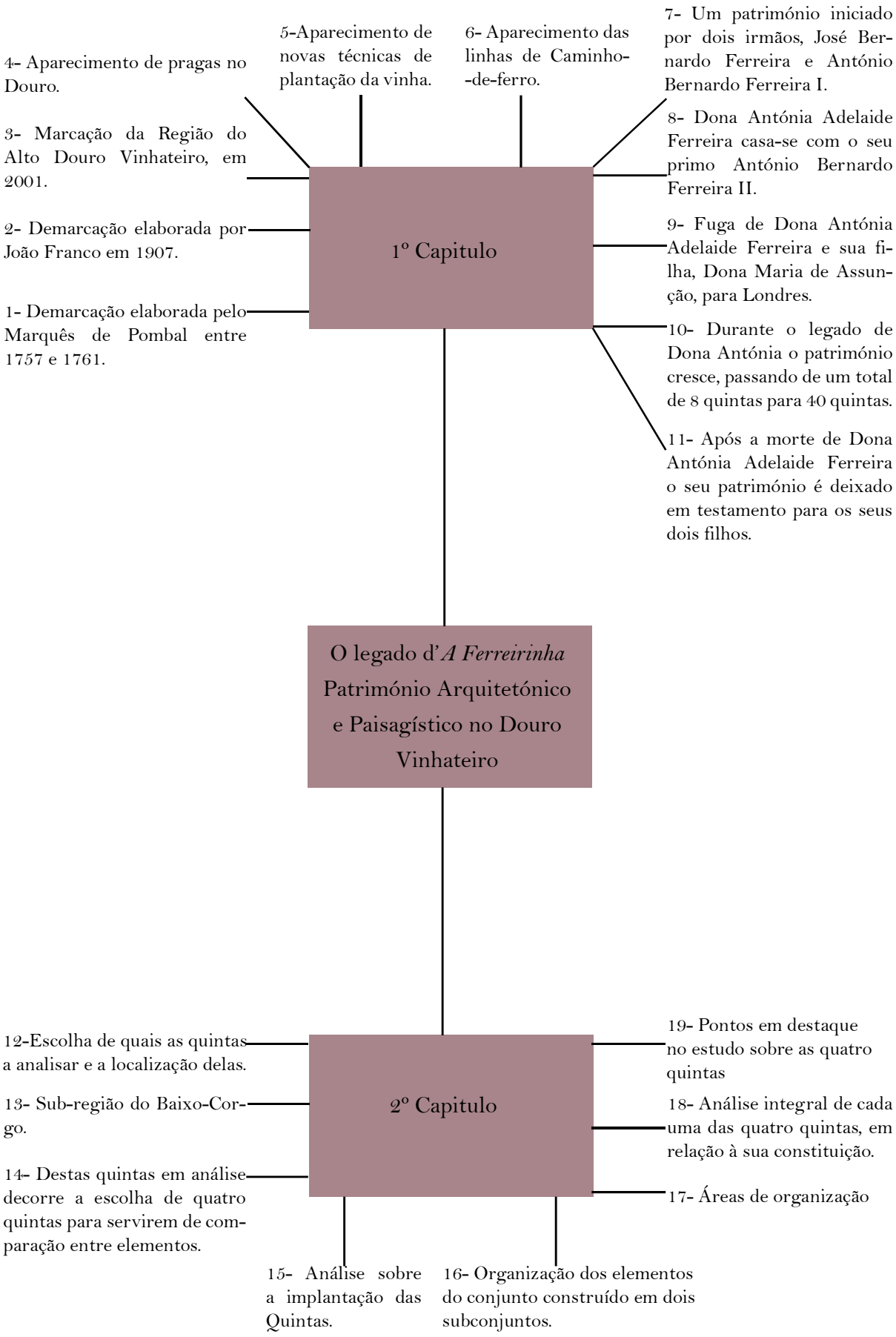
RDD – Região Demarcada do Douro

RVP – Rota do Vinho do Porto

UNESCO – United Nations World Educations, Scientific and Cultural Organization

UTAD– Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro

Organigrama dos capítulos da dissertação



Sumário

Resumo **4**

Abstrat **5**

Glossário de Abreviaturas **7**

Organigrama dos capítulos da dissertação **8**

Introdução ..... **10 a 17**

Organigrama do primeiro capítulo da dissertação **18**

1. Região Demarcada do Douro | Marcação do Património de Dona Antónia Adelaide Ferreira **19 a 65**

1.1 História do Surgimento da Região Demarcada do Douro ..... 21 a 33

1.1.1 Companhia Geral das Vinhas do Alto Douro | 1757-1761 e 1788-1793, primeira e a segunda fase da Demarcação da Região Demarcada do Douro 22 a 28

1.1.2 Região Demarcada do Douro (RDD) 1907, terceira fase da Demarcação... 28 a 30

1.1.3 Considerado como Património Mundial da Humanidade - Alto Douro Vinhateiro (ADV) ..... 31 a 33

1.2 Acontecimentos ocorridos no Douro ..... 34 a 49

1.2.1 Pragas do Douro ..... 35 a 37

1.2.2 Surgimento de novas técnicas de plantação da vinha ..... 37 a 41

1.2.3 A Construção das linhas de Caminho-de-ferro | Douro, Corgo e Tua ..... 42 a 49

1.3 A construção de um Património Vinhateiro ..... 50 a 65

1.3.1 Património de Dona Antónia Adelaide Ferreira ..... 51 a 58

1.3.2 Partilhas do Legado de Dona Antónia Adelaide Ferreira ..... 58 a 65

Organigrama do segundo capítulo da dissertação **66**

2. Implantação e Distribuição funcional de um importante Património Vinhateiro ..... **67 a 123**

2.1 Freguesias e quintas do Património localizadas na sub-região do Baixo-Corgo e Cima-Corgo ..... 70 a 77

2.2 Análise da Implantação das Quintas ..... 78 a 83

2.3 Análise sobre as Quintas e a sua organização ..... 83 a 91

2.4 Estudo das quatro quintas ..... 92 a 113

2.4.1 Quinta de Travassos ..... 92 a 97

2.4.2 Quinta do Vallado ..... 98 a 103

2.4.3 Quinta de Villa Maior ..... 104 a 107

2.4.4 Quinta de Nogueiras-Lodeiro ..... 108 a 113

2.5 Pontos em destaque no estudo sobre estas quatro Quintas ..... 114 a 123

Considerações Finais ..... **124 a 127**

Anexos | Glossário ..... **128 a 133**

Referências Bibliográficas- 1º Capítulo ..... **134 a 136**

Região Demarcada do Douro ..... 134 a 135

Dona Antónia Adelaide Ferreira 136

Organização das Quintas -2º Capítulo ..... **137 a 138**

Lista de Desenhos | Iconografia - 1º e 2º Capítulo **139**

Região Demarcada do Douro



Fig 1.(Consultar no site: "https://www.clubevinhos-portugueses.pt/vinhos/vinhas-patrimonio-mundial-do-alto-douro-vinhateiro/", visitado em 29.04.2020)

Dona Antónia Adelaide Ferreira

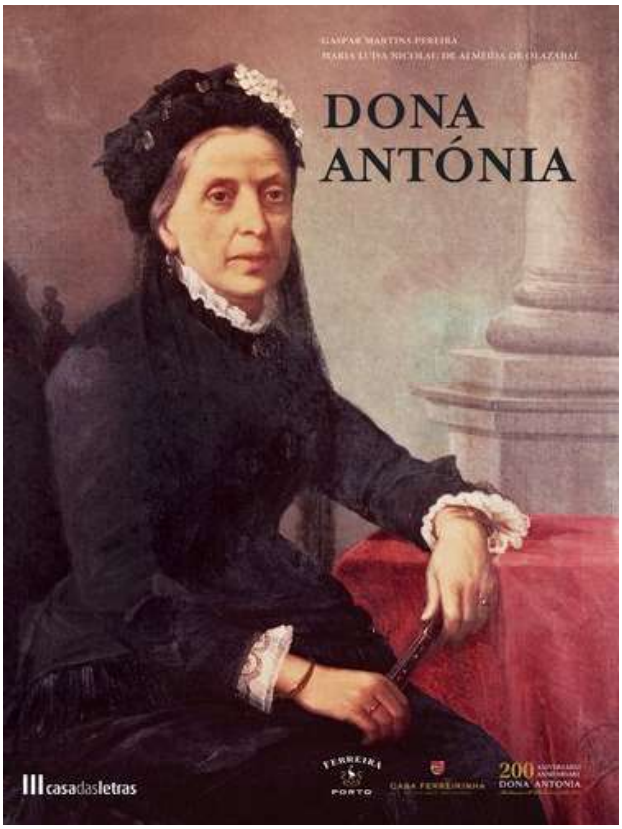


Fig 2. (PEREIRA, Gaspar Martins, e OLAZABAL, Maria Luiza Nicolau de Almeida de "DONA ANTÓNIA", Edições ASA, 1997)

Introdução
Motivo

O tema desta dissertação surge do interesse pessoal acerca do processo de construção e transformação de um património vinhateiro, paisagístico e arquitetónico, que pontua e caracteriza todo o território da Região Demarcada do Douro (RDD), e em particular da área classificada como Alto Douro Vinhateiro (ADV).

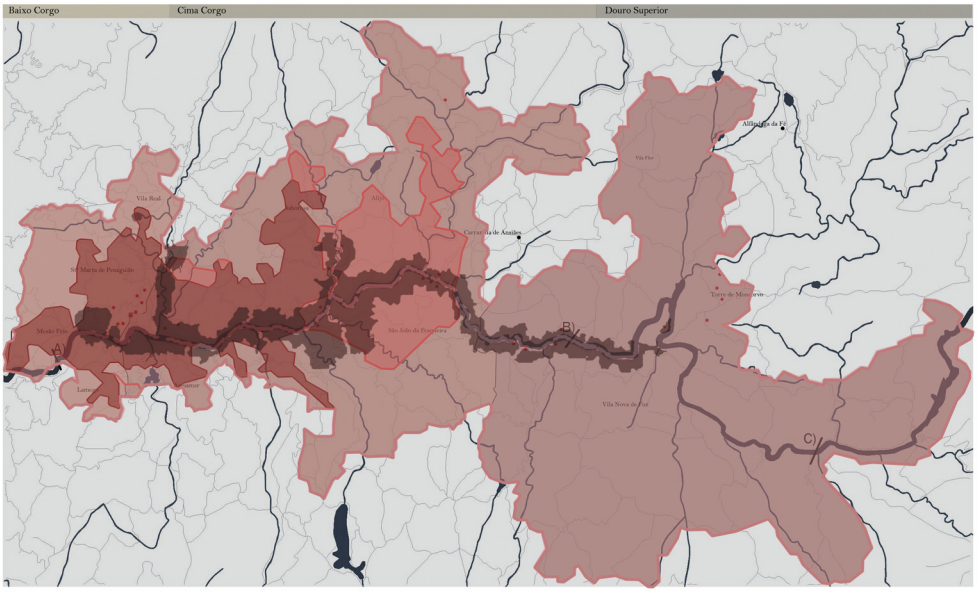
Quando era pequena viajava para o Peso da Régua e ficava encantada pelas paisagens de que podia desfrutar no passeio de comboio, marcadas pelos diferentes tipos de plantação da vinha, fornecendo cor e desenho a cada trecho de paisagem. Esta região que também cativa pela hospitalidade, franqueza e amabilidade que as pessoas locais proporcionam aos seus visitantes, funciona como uma localidade pequena onde todos se conhecem e se auxiliam; a chegada de uma nova pessoa torna-se momento de partilha de conhecimento, respeito pelo outro, mesmo que forasteiro, a quem é permanentemente oferecida ajuda e apoio, promovendo o contacto entre contextos diferentes.

Neste sentido, a presente dissertação parte de uma vontade de compreender melhor esta região e o seu desenvolvimento, percebendo como decorreu o crescimento, adaptação e progresso deste património vinhateiro no território do Douro. Com este enquadramento de base apresenta-se como fator de motivação adicional compreender esta evolução através da análise do modo como se processou a partir do caso específico do património d'*A Ferreirinha*, uma mulher que faz parte da história do Douro porque excecionalmente se afirmou na produção, gestão e comércio vitivinícola, tendo herdado, acrescentado e legado um extenso património.

Objeto | Objetivo

Desta forma, a presente dissertação parte do estudo do conjunto patrimonial de Dona Antónia Adelaide Ferreira (1811-1896), que é analisado em três momentos distintos: aquele em que herda as propriedades de seu pai e tio-sogro; aquele em que desenvolve a sua ação empreendedora que aumenta consideravelmente esse património, agregando um largo número de propriedades no Douro; e, por fim, o que se refere à redistribuição do legado.

Este património, constituído por 40 quintas vinhateiras, integra um conjunto de elementos urbanos, rurais e de configuração espacial conexos, que Dona Antónia concretizou e que determinaram a evolução do território e dos processos subjacentes à produção vitícola e vinícola. *A Ferreirinha* destaca-se por ter sido uma das primeiras mulheres com espírito empreendedor, que enfrentou vários produtores de vinhos



Evolução da Região Demarcada do Douro e a marcação da classificação como Património da Humanidade



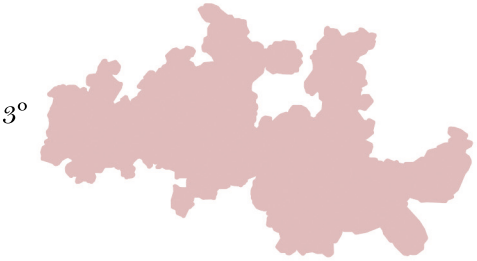
Classificação em 2001 pelo UNESCO como Património da Humanidade enquanto Paisagem Cultural Evolutiva e Viva, denominada de Alto Douro Vinhateiro



1º Demarcação da Região Demarcada do Douro, concretizada pelo Marquês de Pombal entre 1757 e 1761



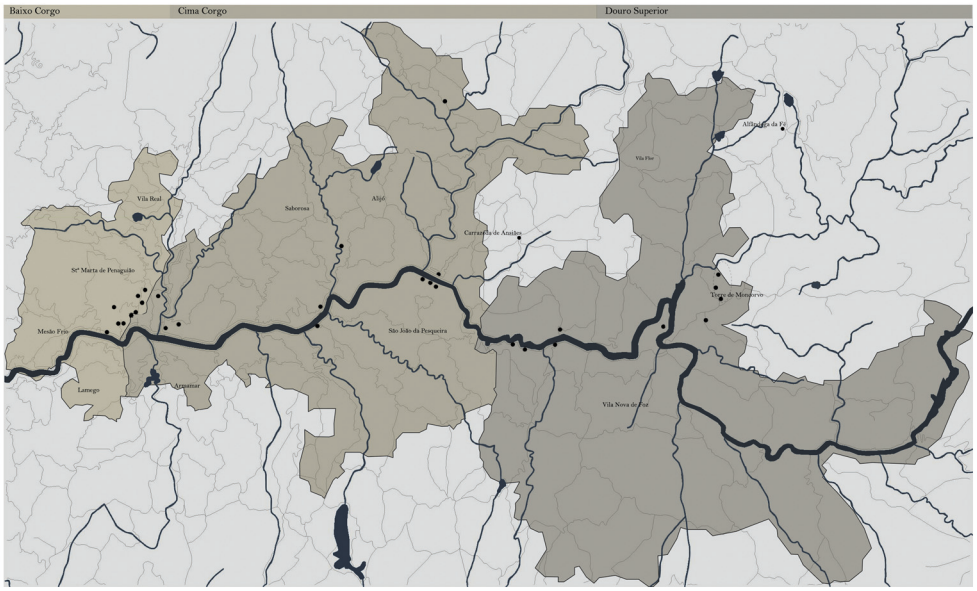
2º Demarcação da Região Demarcada do Douro, denominada de Demarcações Subsidiárias ou Marianas, de 1788 a 1793



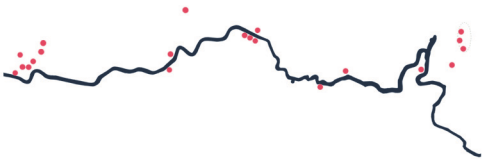
3º Demarcação da Região Demarcada do Douro, concretizada por João Franco em 1907



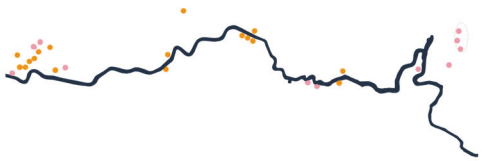
Primeiras quintas pertencentes ao património, adquiridas por José Bernardo Ferreira e Antómio Bernardo Ferreira



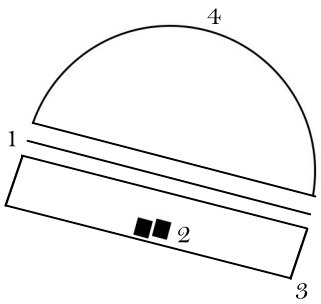
Total de quintas pertencentes ao Património em estudo



Quintas adquiridas por Dona Antónia Adelaide Ferreira



Quintas herdadas pelos dois filhos de Dona Antónia Adelaide Ferreira



1 - Muro de divisão de propriedade em duas secções
2 - Elementos do conjunto construído que representam arquitectónica e simbolicamente a propriedade.
3 - 1º seção, onde se situam todos os elementos do conjunto construído
4 - 2º secção, onde se situam as áreas de plantação de vinha

Organização interna comum em todas as quintas vinhateiras do Património de Dona Antónia.

e que conseguiu conquistar um lugar importante neste sector económico. Manifestou ao longo da sua vida um sentido de pertença à região, desenvolvendo uma ação filantrópica, uma vez que, durante todos os processos de compra e venda das suas quintas, sempre evidenciou uma vontade de potenciar o contexto social e organizacional através do investimento na construção de equipamentos, nomeadamente igrejas, escolas, quartéis de bombeiros e hospitais, que proporcionassem qualidade de vida e motivassem a fixação da população.

Este investimento, mais do que um retorno económico a curto prazo, perspetivava uma estabilidade produtiva e social a médio e longo prazo. Ainda hoje é reconhecível como um processo marcante na realidade do Douro: um património que obtém uma conotação extensiva no tempo, pois foi herdado por Dona Antónia, alargado, construído e transformado durante a sua vida; e que, fazendo parte do passado, apresenta continuidades no presente, no desenvolvimento da produção do vinho e na caracterização do território, garantindo um prestígio ao nível mundial que constitui uma herança, logo e também uma responsabilidade cultural para as presentes e futuras gerações.

Estas quintas vinhateiras durienses, enquanto unidades produtivas, eram implantadas ao longo de toda a Região Demarcada do Douro (RDD), e em particular na área classificada como Alto Douro Vinhateiro (ADV), concentrada ao longo do vale deste rio. Consideradas como agentes impulsionadores do desenvolvimento social, produtivo, económico, arquitetónico e paisagístico, reconhece-se nelas uma lógica de agregação em vários sistemas ou redes territoriais que propiciaram o crescimento da região. E neste sentido importa compreender como é que, neste sistema territorial integrado, e em permanente renovação, as quintas vinhateiras constituíram e constituem uma das unidades basilares, reconhecendo como o alargamento e gestão de um conjunto de várias quintas construiu um património vinhateiro de significativa expressão, a várias escalas, numa mesma geração e liderado por uma mulher.

Este património assenta, então, numa relação entre a organização de cada quinta, ela própria como um sistema, e o funcionamento de várias, em rede e complementaridade, constituindo a ideia de um sistema territorial conexo onde, por vezes, a compra de propriedades tinha objetivos diferenciados e complementares: não apenas produtivos e económicos, mas também de inovação e filantropia social, como por exemplo o alargamento de terras para a experimentação de diversos tipos de plantação, ou ainda enquanto garantia de estabilidade social local, fornecendo terreno das quintas à população.

Assim esta dissertação tem como objectivo principal identificar, compreender e mapear a evolução do conjunto de quintas vinhateiras pertencentes ao património (i) herdado, (ii) construído e (iii) legado por Dona Antónia Adelaide Ferreira.

Para tal pretende-se demonstrar que uma quinta se traduz numa organização interna, com uma lógica de distribuição para cada elemento que a compõe, em estreita relação com o seu processo produtivo; e evidenciar também que a unidade quinta está relacionada com um entendimento das diversas formas arquitetónicas, agrupadas nas áreas de habitação, produção, paisagem, e caracterizadas com diferentes qualificações, sejam aquelas representativas e simbólicas, sejam as do foro prático e funcional.

Concluindo, e considerando a coesão do conjunto patrimonial, com um número considerável de quintas, pretende-se reconhecer as constantes – topográficas, formais e territoriais – mas igualmente evidenciar as diferenças que particularizam cada quinta no conjunto.

Método | Estrutura

Para realizar este estudo, iniciamos esta dissertação com uma recolha e análise cuidada dos dados existentes sobre a Região Demarcada do Douro (RDD), explicando a sua formação e quais as consequências que as várias demarcações trouxeram para o território, para os produtores e para as técnicas de plantação da vinha. Paralelamente, a outra escala, observamos os aspetos constituintes de uma quinta vinhateira, no sentido em que contribuem para a construção da economia, do espaço e do património vinhateiro duriense, na arquitetura como na paisagem.

Partindo das principais características morfológicas e bioclimáticas da região do Douro, bem como de algumas das diferenças presentes em cada uma das três sub-regiões, são analisados os vários momentos do processo de demarcação, iniciado com o Marquês de Pombal e alargado com João Franco, nomeadamente as três principais fases que decorrem entre meados do século XVIII e o início do século XX[2], aquelas que se apresentam mais relevantes para o nosso objeto de estudo. Seguidamente observa-se a importância de uma outra classificação, correspondendo a uma parte da Região Demarcada do Douro (RDD), que em 2001 e pela UNESCO reconheceu o Alto Douro Vinhateiro (ADV) como Património Mundial enquanto Paisagem Cultural Evolutiva e Viva, uma atribuição que permitiu a evolução e a reabilitação das quintas vinhateiras, possibilitando a introdução de uma nova vertente cultural e económica, corresponderia ao enoturismo.

Como consequência desta análise procuramos descrever e explicar visualmente, através de uma sequência de mapas da região, a evolução destas classificações até à atualidade. Tomamos como ponto de partido o próprio mapa de James Forrester, de 1853, no qual se observam já as duas demarcações do século XVIII; recorrendo quer a fontes bibliográficas, como por exemplo *As Demarcações Pombalinas no Douro Vinhateiro*, de Álvaro Moreira da Fonseca, bem como

2. Ou quatro se for considerada a mais recente de 2014 (Consulte o site: "https://www.museudodouro.pt/regiao-demarcada-do-douro", visitado em 22.05.2019)

ao *Google Maps*, identificamos ainda a classificação recente enquanto Alto Douro Vinhateiro, Património Mundial da Humanidade.

Seguidamente e ainda no primeiro capítulo, elabora-se uma análise que evidencia a correlação entre a evolução do território vinhateiro e a vida e ação de Dona Antónia Adelaide Ferreira, no sentido de compreender como se construiu este património específico, isto é, como principiou e qual a sua evolução ao longo do tempo. Procura-se compreender também as razões que fundamentaram a compra de cada uma das quintas, fazendo um cruzamento entre a história, a arquitetura e o território, uma vez que o património de Dona Antónia só poderá ser compreendido se for analisado no seu contexto territorial e interpretado atendendo aos programas e às circunstâncias que lhe deram origem. É ainda analisada a repartição da herança legada pel'*A Ferreirinha*, segundo sua vontade expressa em testamento, distribuída com toda a intencionalidade por vários proprietários, de posição social e económica muito distintas fazendo justiça e dando continuidade à sua ação para além da sua morte.

O Arquivo Histórico da A. A. Ferreira foi uma importante fonte de informação, nomeadamente sobre as quintas e a sua localização no território. Foi assim possível identificar um total de 40 quintas distribuídas pelas três sub-regiões. No entanto é na sub-região do Baixo-Corgo onde se concentra o maior conjunto, com cerca de 12 quintas, talvez por esta sub-região apresentar condições bioclimáticas e morfológicas que possibilitam a produção de vinho de feitoria, um dos melhores, bem como uma acessibilidade mais favorável, a partir do Peso da Régua, pelo menos nas condições dos séculos XVIII e XIX.[3]

Por fim, é neste primeiro capítulo que, através dos dados recolhidos no Arquivo Histórico da A. A. Ferreira, nomeadamente o testamento deixado por Dona Antónia, conseguimos apresentar mapas, elaborados pela autora da dissertação que descrevem a evolução deste património ao longo do tempo, desde o momento das primeiras aquisições pela família Ferreira, passando pelo alargamento durante a ação de Dona Antónia Adelaide Ferreira, até à situação atual, tal como é possível observar na imagem da página 62 a 63. Neste ponto do trabalho a consulta do Arquivo Histórico da A. A. Ferreira tornou-se na fonte documental mais relevante.

No segundo capítulo procedemos à organização e catalogação, por freguesia, de todo o material pertencente a cada quinta localizada na sub-região do Baixo-Corgo, com o propósito de observar quinta a quinta. Através da elaboração de fichas de leitura para cada uma e da realização de uma tabela que compila toda a análise, concretiza-se o objetivo de identificar semelhanças em termos do tipo de ocupação arquitetónica e de inserção no território, ou mesmo do conjunto construído que integra cada quinta, e quais as diferenças que as tornam únicas.

3. "Casa Ferreira, desde o seu estabelecimento como casa comercial (1751) até à morte de Dona Antónia (1896)"
(Consulte o site: "https://www.academia.edu/23221824/O_Arquivo_da_Casa_Ferreira_1751-1896_", visitado em 22.05.2019)

O reconhecimento "in loco" nesta fase é indispensável para analisar algumas das quintas, uma vez que é através do contacto mais próximo com determinados elementos que constituem o objeto de estudo que é possível compreender o seu estado atual e as suas origens, nomeadamente os processos de transformação, por iniciativa de quem e como ocorreram, dispondo sempre em paralelo de diferentes registos, tanto bibliográficos como fotográficos, antigos e atuais, bem como ainda depoimentos recolhidos no trabalho de campo.

É neste capítulo que registamos que a existência das quintas tanto beneficiou da proximidade como proporcionou às povoações e populações condições acrescidas de adaptação ao meio e aos processos de produção, originando um património construído composto por aglomerados, quintas, casas de habitação, anexos de produção, terraços de vinhedos, aproveitamento dos recursos naturais e construção de novos meios de acessibilidade. Este processo representa assim a criação de unidades estruturantes para a região, que aproveitam todos os recursos disponíveis na envolvente, inclusive a mão-de-obra da população, constituindo-se como uma das mais regulares frentes de ocupação e de trabalho, incluindo o sazonal. Muitas quintas recorriam a trabalhadores habitantes das aldeias vizinhas, mas em algumas delas, nomeadamente pertencentes ao património em estudo, esta situação era menos frequente, uma vez que na maioria das vezes os trabalhadores estavam integrados no aglomerado mais próximo, inclusive sendo-lhes muitas vezes proporcionada uma parte do terreno da propriedade para a construção de casas de habitação, motivando assim a fixação de população junto à quinta, tal como é observável na Quinta de Vila Maior.

Neste ponto do trabalho foi fundamental o recurso ao *Google Maps*, para a elaboração cartográfica, bem como à obra *Dona Antónia uma vida singular*, 2012, em particular o segundo capítulo de "As Quintas Vinhateiras de D. Antónia – um legado para o Douro", de Natália Fauvrelle e Isabel Cluny, e à dissertação de mestrado de Natália Fauvrelle, *Quintas do Douro*, 1999, entre outras fontes e referências presentes nas páginas 134 à 138, que apoiam o desenvolvimento desta dissertação.

Por fim, ainda neste capítulo através da análise efetuada anteriormente, selecionaram-se quatro quintas, situadas na sub-região do Baixo-Corgo e polarizadas pelo Peso da Régua (embora tecnicamente a Quinta do Vallado se encontre já na sub-região do Cima-Corgo, na verdade estabelece relações de proximidade visual com as demais), para serem comparadas em estudo mais aprofundado, com o objetivo de perceber quais os elementos constantes e quais os que se distinguem, uma análise que se torna relevante por estarmos a estudar quintas pertencentes ao mesmo legado patrimonial. Para isso, as quintas escolhidas serão as mais pertinentes para a demonstração dessas

transformações, ao nível da implantação no território, ao nível da distribuição e organização interna de todos os elementos do conjunto construído, bem como no que se refere a outros pontos que as tornam relevantes para o estudo.

Dentro desta análise optamos por organizar todos os elementos do conjunto construído pertencente a cada propriedade nas áreas de: *Habitação*, *Produção e Paisagem*, diferenciados pelas qualificações de *simbólico e representativo*, *e prático e funcional*, de maneira a identificarmos os pontos comuns e os distintos. Com este capítulo reconhecemos duas constantes em todas as quintas: os elementos que afirmam visível e exteriormente a posse da propriedade, sobretudo na sua transmissão familiar, manifestando-se na casa do proprietário, portões de entrada, brasões e espaços de aparato e lazer; e os elementos com maior relevância para a operacionalidade produtiva da quinta, como a casa do caseiro, os cardenhos e as estruturas que englobam os lagares e a adega, entre outros elementos que conseguimos detetar nesta análise, e que se encontram expostos e detalhados ao longo do texto.

Para melhor expor estes temas, apresentam-se cartografias elaboradas pela autora, a várias escalas, bem como esquemas e outra infografia, que evidenciem as relações territoriais e organizacionais entre cada uma das propriedades.

Organigrama do primeiro capítulo da dissertação

3- Marcação de uma parte da Região do Alto Douro Vinhateiro, em 2001.
Uma região que foi considerada pela UNESCO como Património Mundial da Humanidade enquanto Paisagem Cultural Evolutiva e Viva.

2- Demarcação elaborada por João Franco em 1907.
Demarcação que dividiu a Região Demarcada do Douro em três sub-regiões, Baixo-Corgo, Cima-Corgo e Douro Superior.

1- Demarcação elaborada pelo Marquês de Pombal entre 1757 e 1761.
Demarcação que definiu a chamada sub-região Alto Douro (que consiste na união de duas sub-regiões, nomeadamente Baixo-Corgo e Cima-Corgo).

4- Aparecimento de pragas no Douro.
Praga do Oídio, surgiu em 1852;
Praga da Filoxera, surgiu em 1860;
Praga Míldio, surgiu em 1893.

5-Aparecimento de novas técnicas de Plantação da vinha.
Em socalcos Pré-filoxéricos,
Em socalcos Pós-filoxéricos,
Em patamares,
Plantação da vinha ao Alto.

6- Aparecimento das linhas de Caminho-de-ferro.
Linha do Douro, projetada em 1867, inaugurado o primeiro troço a 1875 e o segundo a 1887.
Linha do Corgo, projetada em 1905, inaugurando o primeiro torço a 1906 e o segundo a 1921.
Linha do Tua, obras iniciadas a 1884, inaugurando o primeiro torço a 1887 e o segundo a 1906 .

Região Demarcada do Douro (RDD)

1º Capítulo

7- Um Património iniciado por dois irmãos, José Bernardo Ferreira (JBF) e António Bernardo Ferreira I (ABF).
Dois investidores que revelam ter valores de ponderação e prudência nos negócios,
Tendo adquirido um total de 8 quintas, 3 adquiridas por JBF e 5 adquiridas por ABF.

8- Dona Antónia Adelaide Ferreira casa-se com o seu primo António Bernardo Ferreira II .
Os dois irmãos com o objectivo de manterem a riqueza no seio familiar casam seus dois filhos.
Eles tem três filhos, mas apenas dois sobrevivem, Dona Maria de Assunção e António Bernardo Ferreira III.
António Bernardo Ferreira II apresenta à sua mãe um negociante Britânico de confiança, Joseph James Forrester.

Património Dona Antónia Adelaide Ferreira

9- Fuga de Dona Antónia com sua filha, Dona Maria de Assunção, para Londres.
Em 1856, regressam de Londres a Portugal, já casada com Francisco José da Silva Torres.

11- Após a morte Dona Antónia Adelaide Ferreira o seu Património é deixado em testamento para os seus dois filhos.
Dona Maria de Assunção, condessa de Azambujo, deixa um total de quinze quintas.
António Bernardo Ferreira III deixa um total de vinte e duas quintas.
As restantes três quintas ficam para a empresa que será administrada pelos dois irmãos.

10- Durante o legado de Dona Antónia o Património cresce, passando de um total de 8 quintas para 40 quintas.
Apesar de todos os acontecimentos que ocorreram no Douro, Dona António proporcionou o crescimento deste Património pelas três sub-regiões.

"há uma substância da paisagem na qual nós participamos, da qual fazemos parte, ou, mais precisamente, na qual estamos" [4]

4. (BESSE, Jean-Marc, Estar na Paisagem, Habitar, Caminhar, 'apud' Cardoso, Inês Lopes, Paisagem Património, Equações de Arquitetura, Dafne Editora, 2013, p.35)



ALTO DOURO VINHATEIRO

Século XVI · Século XVII · Século XVIII · Século XIX · Século XX

- 1703 — Especialização na política militar ultra-marina. Iniciação da produção de Vinho do Porto.
- 1703 — Fiscalização dos Ingleses na produção vinhateira do Alto Douro.
- 1703 — Concessão do Tratado de Methwen, entre Portugal e os Ingleses. (1)
- 1736 — Redução drastica dos preços do Vinho Douro, por este motivo a produção é tanta que não tem escoamento.
- 1737 — Constituição da Companhia dos Vinhos do Alto Douro. (1)
- 1756 — Elaboração da primeira demarcação da Região Demarcada do Douro, decretada pelo Marquês de Pombal entre 1757 e 1761.(1)
- 1792 — Abertura do Cachão da Valeira, em 1792
- 1820 — Agravamento da crise comercial do vinho do Douro
- 1834 — Abolição da Companhia. Extinção das ordens religiosas e dos títulos nobiliárquicos. Alteração dos proprietários das quintas vinhateiras do Douro.
- 1848 — Instrução pela Associação Comercial do Porto, da companhia dos Vinhos do Alto Douro Vinhateiro.
- 1848 — Intensificação da Crise Comercial do Vinho. Produção de vinhos e de misturas ilicitas.
- 1860 — Aparecimento da praga Oídio, esta que prejudicava a produção de Vinho.
- 1865 — Criação da empresa comercial pertencente à companhia dos Vinhos do Alto Douro.
- 1867 — Aparecimento doutra praga, Filoxerica que prejudicava a produção de vinho ao nível social, econômico e métodológico.
- 1870 — Inauguração do primeiro troço da Linha do Douro, que ligava Ermesinde a Penafiel
- 1875 — Inauguração do primeiro troço da Linha do Douro, que ligava Pocinho a Barca de Alva.
- 1880 — São iniciadas as primeiras experiências com sulfureto de carbono.
- 1887 — Inauguração do segundo troço da Linha do Douro, que ligava Pocinho a Barca de Alva.
- 1887 — Inauguração do primeiro troço da Linha do Tua, que ligava a Foz do Tua a Mirandela.
- 1900 — Inauguração do primeiro troço da Linha do Corgo, que ligava Peso da Régua a Vila Real
- 1901 — Inauguração do segundo troço da Linha do Tua, que ligava Mirandela a Bragança
- 1907 — Concessão de uma nova demarcação que abranjia já a sub-região do Douro Superior, elaborada por João Franco. Aprovação de novos mecanismos de proteção da região, controlo de qualidade do vinho e do transporte do Vinho Douro.
- 1910 — Inauguração do segundo troço da Linha do Corgo, que ligava Vila Real a Chaves
- 1920 — Criação de armazens, para os comerciantes de Vinho do Porto em Vila Nova de Gaia.
- 1926 — Aparecimento dos primeiros sinais da crise das linhas de Caminho-de-ferro.
- 1928 — Instabilização do Douro no sector de produção do Vinho, periodo de invasões francesas e guerras liberais, palco de violência e perseguição. Vinha armada em socalcos pós-filoxérica, marcação acentuada nas sub-regiões do Baixo Corgo e Cima Corgo.
- 1932 — Plantação da vinha sob patamares pré-filoxéricos e mortórios. Disposição da vinha ao alto plantada em encostas com menor declive.
- 1932 — Criação de adegas cooperativas que apoiam o pequeno produtor.
- 1972 — O sector do Vinho registra o mais significativo ciclo de crescimento em quantidades produzidas, em volumes e valores exportados.
- 1998 — Alto Douro Vinhateiro, reconhecido como património Mundial da UNESCO, pelo conceito de paisagem Cultural Evolutiva e Viva. Instrução do Programa de Ação Integrada de Base Territorial do Douro. Um programa de requalificação, valorização e revitalização socio-económica das Aldeias Vinhateiras.
  - Aldeia de Barcos-Tabuaço
  - Aldeia de Favaios - Alijó
  - Aldeia de Provesende-Sec- Sarzosa
  - Aldeia de Salzeda-Tarouca
  - Aldeia de Trevões-Trevões
  - Aldeia de Ucanha-Tarouca

(1)| (2) | (3)



DONA ANTÓNIA ADELAIDE FERREIRA

Século XVI · Século XVII · Século XVIII · Século XIX · Século XX

- 1811 — Nasce em Gondim Peso da Régua. Filha de Margarida Rosa Gil e José Bernardo Ferreira. (4)
- 1834 — Casamento com o seu primo António Bernardo II. Com quem teve três filhos. (4)
- 1835 — Nascimento do seu filho António Bernardo Ferreira III.
- 1837 — Nascimento da sua filha D. Maria Virgínia Ferreira.
- 1840 — António Bernardo Ferreira II fecha um contrato com a Sandeman em Londres.
- 1843 — Morte da sua filha, D. Maria Virgínia Ferreira
- 1848 — Elaboração de um contrato entre António Bernardo e a empresa da Sandeman em Londres, onde garante a compra de uma parte da produção vinhateira das suas quintas. António Bernardo tem uma morte permatura com apenas 52 anos, em Paris. (4)
- 1848 — Nascimento da sua filha Maria de Assunção.
- 1851 — Casamento entre António Bernardo Ferreira III e Antónia Candida Plácida. (4)
- 1852 — Dona Antónia e sua Filha Maria de Assunção fogem para Londres, na companhia de Francisco José da Silva Torres. (4) Morte de seu pai José Bernardo Ferreira
- 1856 — Regressa a Portugal casada com Francisco José da Silva Torres. (4)
- 1860 — Casamento entre Maria de Assunção e o Conde de Azambuja. (4)
- 1860 — Morte da sua mãe, Margarida Rosa Gil
- 1866 — Impressão em papel de rótulo com o seu nome, para a produção das Quintas. (4)
- 1870 — Demonstração de uma atitude comercial e inovadora com o engarrafamento dos vinhos de marca própria, e comprando grandes quantidades de vinho de forma a combater os preços baixos. (4)
- 1880 — Morte de Francisco José da Silva Torres(4)
- 1889 — Informação de António Bernardo III, sobre as resistências das videiras americanas à praga filoxérica. (4)
- 1892 — Distribuição de barbados americanos pelas diferentes quintas, bem como a plantação de viveiros de americanos. (4)
- 1900 — Distribuição de barbados americanos pelas diferentes quintas, e plantação de viveiros de americanos. (4) Morre aos 84 anos, na sua casa da Quinta das Nogueiras localizada em Gondim.
- 1900 — Criação da Companhia Agrícola e Comercial dos Vinhos do Porto e da empresa "A. A. Ferreira".
- 1972 — Aquisição da empresa "A. A. Ferreira" e vendida uma parte das terras (incluindo as quintas onde terá morrido), ao grupo da Sogrape Vinhos. (4)



BARÃO DE FORRESTER

Século XVI · Século XVII · Século XVIII · Século XIX · Século XX

- 1809 — Ano de Nascimento, Kingston Upon Hull, uma cidade na região Britânica de Yorkshire. (5)
- 1830 — Recriação imaginada de uma rua onde conviviam os ingleses que se entregavam ao negócio da exportação do vinho (Pintura da Rua Nova dos Ingleses). (5)
- 1834 — Realização de muitas actividades desde a exportação de vinhos, gestão financeira, e trabalhos artísticos e cartografia. (5)
- 1835 — Casamento aos 27 anos,com a britânica Eliza Cramp, com quem teve 7 filhos. (5)
- 1839 — Realização do primeiro retrato em aguarela quando desembarcou no Mindelo, Jonh Schwalbach que representava um militar inglês que apoiou as forças liberais. (5)
- 1841 — Publicação de uma notícia no Periódico dos Pobres onde fala da ligação de Forrester á Associação Promotora das Belas Artes da Escócia. Na revista do Periódico dos Pobres revelaram a conclusão do mapa do País Vinhateiro. (5)
- 1843 — Revelação e admiração pelo trabalho cartográfico de Forrester, ano importante em termos da utilidade e da sua obra, que apoiou ao desenvolvimento do Douro Vinhateiro e da sua projecção internacional. (5)
- 1844 — Reunião em sua casa na Regua, com um conjunto de personalidades da região do Douro, para discutir a questão da crise comercial e da adulteração dos vinhos. (5)
- 1845 — A portaria da Secretaria de Estado dos Negócios da Fazenda reconhece o interesse nacional do trabalho de Forrester, isentando-o por conseguinte do pagamento de quaisquer impostos . (5)
- 1850 — Modou-se para Vila Nova de Gaia, para a Quinta da Bella Vista nomeadamente para a Quinta da Boavista. (5)
- 1853 — Elaboração do Mapa País Vinhateiro do Douro, que demostra a demarcação da Região do Douro Vinhateiro, decretada entre 1757 e 1761, por Marquês de Pombal.
- 1855 — D. Fernando II, como regente concedeu-lhe o título Barão de Forrester. (5)
- 1861 — Morreu afogado, a 12 de Maio. O seu barco virou no Cachão da Valeira. (5)

Referências Bibliográficas

(1)HENRIQUES, Fundação Rei Afonso- Património da Humanidade na Bacia do Douro. Edição Douro Duero

(2) CCDRN - Interpretação do significado de Paisagem Cultural: O valor da Chancela UNESCO no caso do ALTO DOURO VINHATEIRO

(3) PASOS, Revista de Turismo y Patrimonio Cultural - Aldeias Vinhateiras: Requalificação Urbana, Turismo e Desenvolvimento Local no Douro. Vol.8 nº4 págs. 519-528. 2010

(4) PEREIRA, Gaspar Martins & OLAZABAL, Maria Luísa Nicolau de Almeida de (1996). Dona Editora ASA, Porto

(5) CLUNY, Isabel- Joseph James Forrester, uma história do Douro. http://www.academia.edu/407.5032/Joseph_James_Forrester_uma_história_do_Douro

1. Região Demarcada do Douro

Marcação do Património de Dona Antónia Adelaide Ferreira

As características da Região Demarcada do Douro surgem substancialmente de uma combinação entre o trabalho do Homem e a Natureza, desenvolvendo uma paisagem dominantemente construída e em constante transformação. Os fatores fundamentais deste território consistem numa lógica de agregação de vários sistemas e redes estruturantes que propiciaram o seu crescimento e formas de ocupação (rio, estradas, quintas, linhas de caminho-de-ferro, entre outras); um relevo acidentado num solo em que predomina o xisto; e um clima mediterrâneo que contribui para o cultivo particular e extensivo da vinha.

As comunicações ao longo do rio Douro que, vindo de Espanha, rasga esta região até ao Atlântico, foram substancialmente melhoradas com o aparecimento de novas formas de transporte, nomeadamente das mercadorias produzidas nas quintas vinhateiras, tanto através da construção das linhas de caminho-de-ferro como, obtendo ainda melhores condições de navegabilidade, devido à construção de cinco barragens, proporcionando consequentemente maiores condições de mobilidade e de deslocação da população. O rio Douro comporta diversos afluentes destacando-se, na área em que focaremos este estudo, os rios Corgo, Sordo e Seromenha.

Estes elementos definem a importância desta zona, numa área marcada por diversos períodos da história humana, evidenciando-se as transformações ocorridas nos modos de plantação e organização da vinha através do aparecimento de novas técnicas. A sua importância também é dada pela construção de grandes patrimónios vinhateiros que impulsionaram o desenvolvimento da Região Demarcada do Douro, comercializando para o exterior vinhos de alta qualidade, conferindo a esta região amplo destaque no estrangeiro.

Este é um território que mantém a sua identidade, refletindo nela saberes, técnicas, costumes, rituais e crenças tradicionais das populações locais.

1.1 História do Surgimento da Região Demarcada do Douro

Além de diferentes períodos de ocupação pré-histórica, este território foi ocupado pela civilização romana, registrando-se inclusive vestígios do cultivo da vinha, produção e consumo de vinho. Outros momentos significativos que neste âmbito importa assinalar passam pela ocupação muçulmana e sequente processo de reconquista cristã, entre os séculos VIII e XI, mas também seguintes, destacando-se a instalação medieval de ordens religiosas por toda a região duriense, e em particular a Ordem de Cister, o que muito contribuiu para a estruturação do

território e para a organização produtiva agrícola.

Mais tarde, já em 1703, D. Pedro II assina o Tratado de Methuen entre Portugal e Inglaterra, onde se acordou a troca de direitos: nomeadamente e entre outros, Portugal passaria a facilitar a entrada de lanifícios ingleses e em contrapartida a Inglaterra garantiria preferência pelos vinhos portugueses, assegurando a sua supremacia comercial sobre os franceses e apoiando assim as exportações do Vinho do Douro.[5] Esta crescente exportação para Inglaterra veio reforçar a importância do vinho produzido nesta região, tornando-o num dos mais prestigiados vinhos do mundo, marcando a forte identidade do Alto Douro como região vinhateira. [6]

O tema e matéria de trabalho evidenciam-se a partir do século XVIII, uma vez que é neste período que ocorre uma série de acontecimentos que influenciaram e transformaram este território e o património vinhateiro que sobre ele foi construído; acrescenta-se o facto de a documentação ser já mais completa e organizada.

No início deste século, verificou-se um período de instabilidade e crise económica, que obrigou a baixar os preços da comercialização dos vinhos, o que provocou uma sobreprodução devido ao fraco escoamento das mercadorias e à lotação dos armazéns disponíveis, não existindo assim espaço para armazenar tanta produção.

1.1.1 Companhia geral das vinhas do Alto Douro 1757-1761 e 1788-1793, primeira e segunda fases da Demarcação da Região Demarcada do Douro

Por esta razão, e devido ao estado em que se encontrava este sector, em 1756 foi instituída a Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro, por iniciativa do governo de Sebastião José de Carvalho e Melo, Marquês de Pombal, medidas paralelas ao programa de reabilitação do pós-terramoto de 1755. Esta Companhia tinha como principais objetivos o disciplinamento da produção e do comércio do Vinho do Porto, a criação de novas condições de navegabilidade do rio, a fixação de uma tabela que estabelecesse o número de pipas que cada barco podia transportar, e demais regulamentação dessa mesma atividade. Estas medidas foram assim decretadas com o objetivo de organizar e regrar todo este território, através da demarcação dos terrenos pertencentes às margens do rio Douro, como também à alteração e melhoria dos processos de produção.

A demarcação dos terrenos conduziu à criação da Região Demarcada do Douro, a primeira região vinícola a ser demarcada, à escala mundial, abrangendo uma área total de 250.000 hectares, dos quais 48.000 hectares são cultivados com vinha, estendendo-se pelas encostas do rio Douro e os seus afluentes. Esta região sofreu um processo de demarcações ao longo do século XVIII, que influenciaram a escolha da denominação para a região, bem como provocaram a sua sub-divisão

5.(FERREIRA, Natália Maria Fauvrelle da Costa- "Quintas do Douro. As Arquitecturas do Vinho do Porto", Dissertação de Mestrado em História de Arte ,Porto/FLUP, 1999, pág. 19 e 20)

6.(InfoPortugal, S.A- " Guia turístico do Douro", Edição de 2012, pagina 8)

em três partes desiguais realizadas em três fases distintas e por dois responsáveis diferentes.

Desta forma, a primeira fase da demarcação aconteceu entre 1757 e 1761 e foi concebida pelo Marquês de Pombal. A primeira demarcação começa a ser planeada em 1757, mas acaba por ser anulada e substituída por uma segunda demarcação decretada pelo próprio, em Outubro de 1758.[7]

A demarcação consistiu em delimitar o território, através da colocação de 335 pilares denominados de marcos Pombalinos ou de Feitoria [8], designação que advém do facto de representarem a produção de vinho de melhor qualidade ou seja a única mercadoria que podia ser exportada para Inglaterra. Esta demarcação limitava assim o chamado território do Alto Douro, formado pela união de duas sub-regiões a do Baixo-Corgo e a do Cima-Corgo correspondentes a uma parte da área da região atualmente existente e estabelecidas desde o rio Corgo até ao Cachão da Valeira. Seguia por estradas, ribeiros e outeiros e abrangia um total de 67 freguesias, numa área total de 40.000 hectares tal como registrado nos mapas da página 9, denominado por "Explicação da Evolução do Território desde 1757 a 2001". Nesta evolução das demarcações e classificações do Território , desde 1757 a 2001, é possível observar, tendo por base o desenho do mapa de Joseph James Forrester "O mapa do vinho do distrito do Alto Douro ", de 1853, no qual a limitação territorial integra os limites estabelecidos para as duas primeiras fases das demarcações, bem como a marcação das quintas vinhateiras pertencentes ao património de Dona Antónia Adelaide Ferreira.

Para além deste facto, a colocação dos marcos pombalinos ou de feitoria no território era realizada através de uma regra de inclusão, que se baseava na integração apenas dos terrenos das propriedades que produzissem vinho fino de embarque para o Norte, o qual se chamava vinho de Feitoria, e que estavam situados maioritariamente nos terrenos do Alto Douro. Ficavam assim fora da demarcação os terrenos que apresentavam menor qualidade no vinho produzido e que, agravadamente, se localizavam sobretudo no Douro Superior, uma subregião que se situava para além do Cachão da Valeira, uma garganta apertada no curso do rio dificil de atravessar, o que comprometia a deslocação de pessoas e sobretudo de mercadorias para e a partir daquela sub-região, uma vez que a principal via de comunicação á data era o rio.

Tal como citado por Álvaro Moreira da Fonseca, no seu livro "As Demarcações Pombalinas no Douro Vinhateiro"

> "« para embarque da América, e Reynos Estrangeiros, dos Vinhos das Costas do Alto – Douro, e do seu território de todos os outros vinhos, dos lugares, que sòmente os produzem capazes

7. (FONSECA, Álvaro Moreira da, - " As Demarcações Pombalinas no Douro Vinhateiro", 2º volume, Edição do Instituto do Vinho do Porto, 1950, pág. 17, 18, 19 e 20)

8. (VELOSO, Nuno Filipe da Silva, - " Arquitectura do Vinho: A adega e a paisagem vitivinícola do Alto Douro Vinhateiro.", Tese de Mestrado, Universidade do Minho Escola de Arquitectura, Outubro de 2013; pag 20)

de se beber na terra, para que desta sorte a inferioridade destes vinhos não arruíne a reputação que aqueles merecem pela sua bondade natural». [9] Como complemento daquelas medidas, ordenou S. Majestade que, com a maior brevidade, se fizesse um Mapa e Tombo geral das duas Costas Setentrional e Meridional do Rio Douro, no qual se demarcasse todo aquele território que produzisse os verdadeiros vinhos de carregação, que fossem capazes de sair pela barra do mesmo Rio."[10]

9.(Alvará régio de 10 de Setembro de 1756, 'apud' FONSECA, Álvaro Moreira da, - " As Demarcações Pombalinas no Douro Vinhateiro", 2º volume, Edição do Instituto do Vinho do Porto, 1950, pág. 11)

10.(FONSECA, Álvaro Moreira da, - "As Demarcações Pombalinas no Douro Vinhateiro ", 2º volume, Edição do Instituto do Vinho do Porto, 1950, pág 11)

Entre 1758 e 1761 as demarcações foram melhoradas com o objectivo de fornecer e melhor adequar o conjunto legislativo e regulamentar imposto a esta região. Estas modificações permitiram estabelecer um conjunto de normas de plantação, cultivo, vinificação e, consequentemente, de organização territorial; ainda, fixar novos preços na venda dos vinhos, que variavam consoante a qualidade dos mesmos, bem como nos impostos e taxas da sua exportação, como ainda determinar os potenciais compradores, criando desta forma um mercado exclusivo e prevenindo o contrabando, por fim, e como uma das consequências foi, potenciar a criação de novas vias de comunicação, fossem estradas ou caminho-de-ferro, facilitando a deslocação de pessoas e mercadorias, quer no circuito produtivo quer no escoamento do produto final, até ao Porto e às caves de Gaia.

Nas dinâmicas económicas, da produção à comercialização, sobretudo tratando-se de um produto de qualidade controlada e exclusiva, tornava-se assim preferencial o domínio transversal das diferentes instâncias do processo. Assim acontecia no caso de Dona Antónia Adelaide Ferreira, proprietária que controlava o seu negócio em todas as frentes e por isso conseguia manter em ativo o jogo de relações económicas entre o custo de produção e o valor acrescido no preço de venda. Seria ainda mais interessante para os produtores e comerciantes produzirem e comercializarem vinho de Feitoria, ou seja vinhos de maior qualidade, procurando uma crescente valorização no mercado, procurando assim otimizar a relação entre valor e qualidade, e não necessariamente em quantidade.

Nestas demarcações constatou-se também que os terrenos localizados entre o rio Seromenha e o rio Corgo, nas zonas de Cambres e Lobrigos, do Concelho de Lamego e Santa Marta de Penaguião, respetivamente, estariam numa posição ótima para o cultivo da vinha, possibilitando que o vinho produzido fosse o de alta qualidade, nomeadamente vinho de Feitoria. Como é possível observar na página 26, o mapa de Forrester assinala as quintas de Dona Antónia Adelaide Ferreira, bem como de outras quintas vinhateiras, verificando-se a maior concentração das mesmas nesta área privilegiada para uma produção de qualidade.

Porém, apesar de todas estas melhorias, ainda existiam alguns problemas nestas demarcações, pois as mesmas apenas incluíam algumas propriedades do Douro, ficando excluídas muitas outras, muitas vezes contíguas àquelas demarcadas, o que levou a que muitos dos viticultores procedessem a um pedido por escrito onde solicitavam a inclusão dos seus terrenos nesta demarcação do território, alegando que os seus vinhos também teriam qualidade para integrarem a área exclusiva. Por este motivo, e compreendendo esta situação, em 1761 foi decidido pelo Marquês de Pombal, depois de uma análise cuidada aos terrenos objeto de solicitação e na tentativa de perceber se teriam qualidade para o cultivo da vinha e produção de vinho de Feitoria, a inclusão dos mesmos na demarcação. No entanto, estableceu-se que nenhum terreno poderia ser incluído sozinho sem a pertença a um lugar elegível do ponto de vista administrativo, isto é, se aquele terreno pertencesse a um distrito que não estivesse incluído na demarcação teria de ser integrado noutro distrito que já estivesse demarcado.[11]

11. (FONSECA, Álvaro Moreira da, - "As Demarcações Pombalinas no Douro Vinhateiro", 3º volume, Edição do Instituto do Vinho do Porto, 1951, parte da Breve Introdução)

No entanto, como ainda permaneceram muitas propriedades fora destas **primeiras demarcações** do território, entre 1757-1758 e a revisão de 1761, no período compreendido entre 1788 e 1793 muitos dos viticultores continuaram a solicitar a inclusão dos seus terrenos e a revisão dos limites da primeira fase da demarcação, com vista à manutenção do nível das exportações de Vinho do Porto, conduzindo a novas e **segundas demarcações**, denominadas Demarcações Subsidiárias ou Marianas.

Na primeira metade do século XIX, esta estabilidade viria a ser afetada pelas convulsões políticas de transição do Antigo Regime ao Liberalismo, nomeadamente com as invasões francesas e as guerras liberais, como ainda pela ocorrência de pragas naturais incidentes na vinha. Apesar destes revesses, a segunda metade do século pautar-se-á por novas técnicas de plantação da vinha, bem como pelos avanços tecnológicos consequência da revolução industrial em curso, nomeadamente a implementação do caminho-de-ferro.

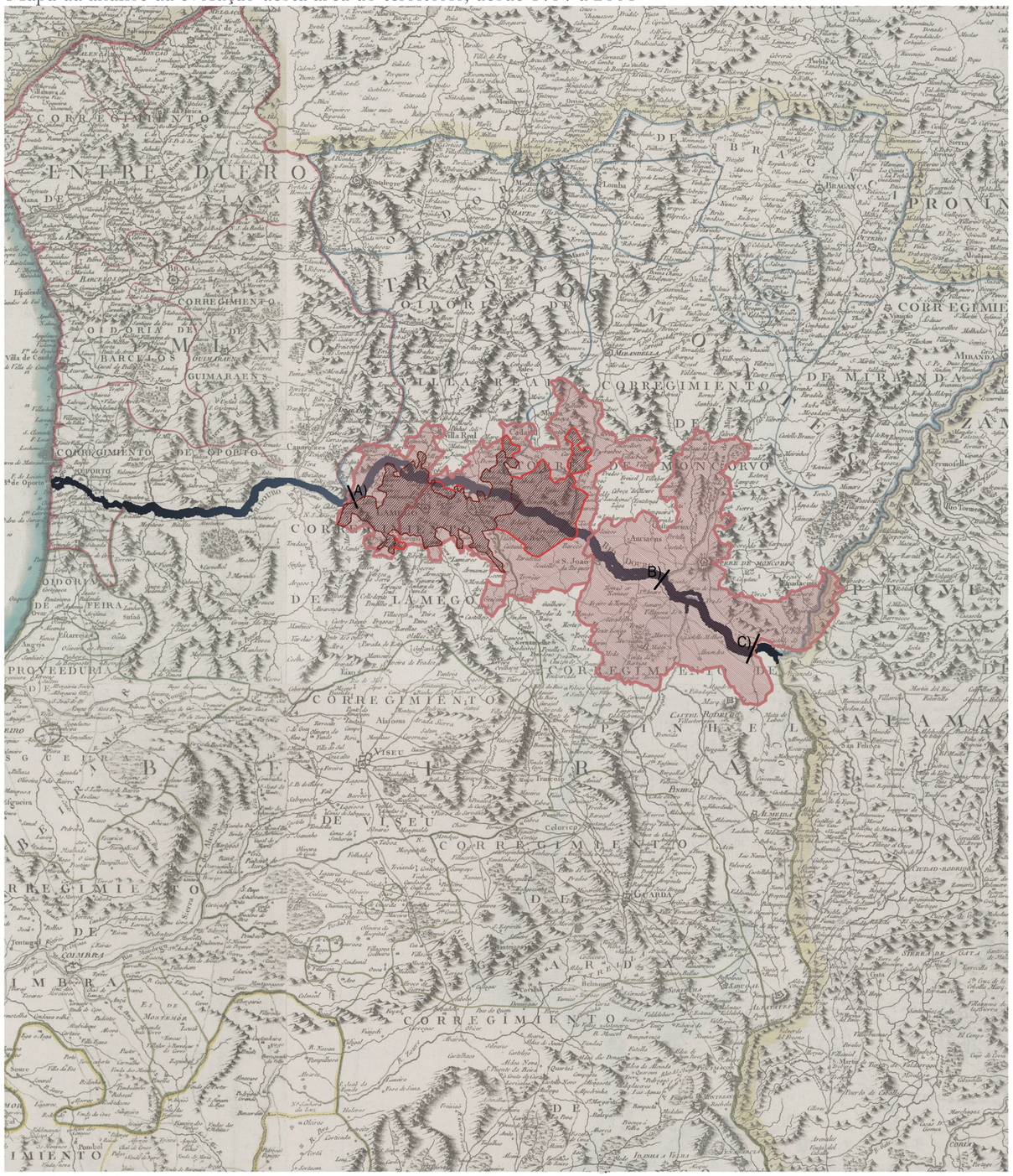
A conjuntura política veio afetar a posição da Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro, conduzindo à sua abolição em 1838, pelo facto de a maioria dos seus acionistas ser de filiação Miguelista,[12] uma vez que, após a derrota de D. Miguel, é-lhe e à sua familia, retirado o estatuto de realeza e ordenado o exílio. Como consequência as pessoas que o apoiavam perderam a maior parte dos seus direitos.

Esta situação em que se encontrava o país afetou também e muito diretamente o próprio território Vinhateiro, pois originou quer a extinção das ordens religiosas quer dos títulos nobiliárquicos, com a passagem de muitas das propriedades do Douro para outros proprietários, sendo agora a aristocracia liberal que adquire os bens à venda em hasta pública, levando a que muitos dos lavradores percam a sua posição de equilíbrio numa economia organizada.

12. (SOUSA, Fernando- "O Arquivo da Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro. Real Companhia Velha.", Porto 2003, pag 61 a 63

"O golpe mais sério que a Companhia vai sofrer ao longo da sua história, será em 1832-1834, na sequência da entrada do exército liberal de D. Pedro, no Porto e da derrota definitiva de D. Miguel em 1834.")

Mapa da análise da evolução desta área do território, desde 1757 a 2001



Mapa do Reino de Portugal de 1791 a 1798 (colocação da mancha de evolução territorial, 1º Demarcação de 1757 a 1761, com a 2º Demarcação de 1788 a 1793 e tambem com a 3º Demarcação de 1907)

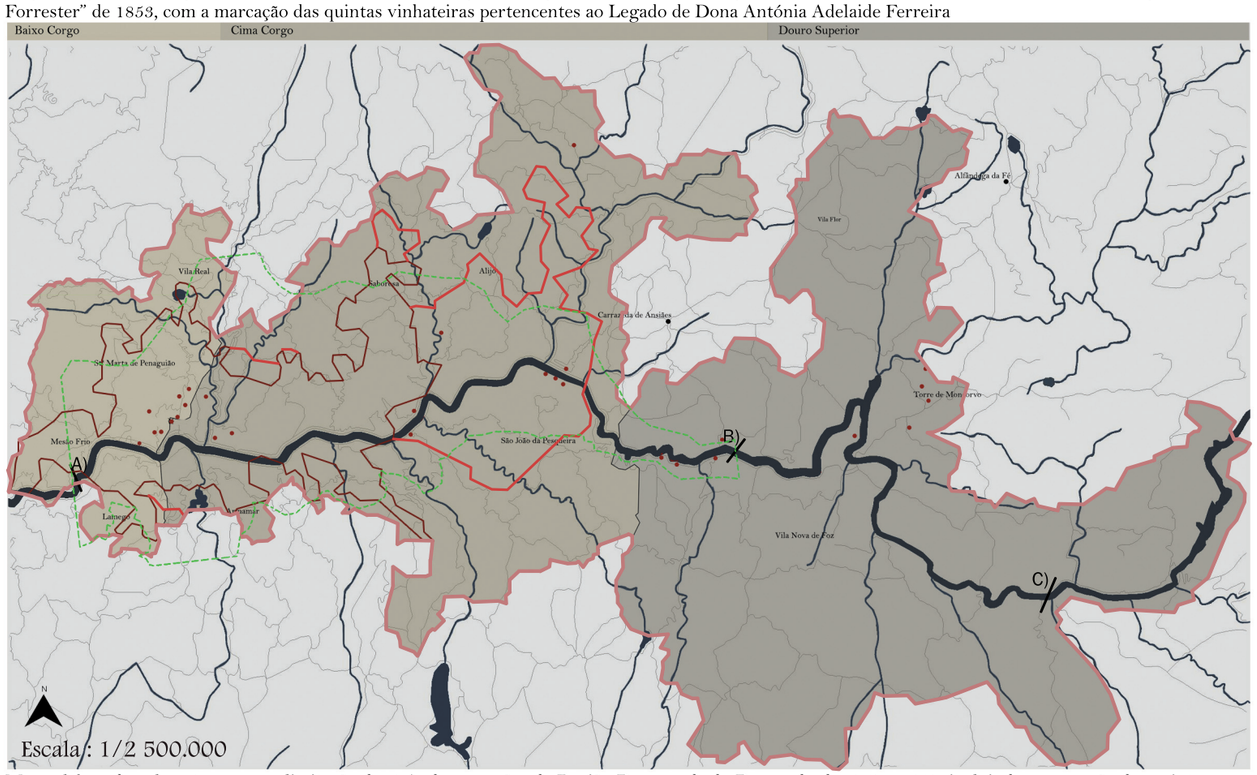
Legenda:

- Mancha de evolução territorial, 1º Demarcação de 1757 a 1761 e a 2º Demarcação de 1788 a 1793
- Mancha de evolução territorial, 3º Demarcação de 1907
- Linha da 1º Demarcação de 1757 a 1761
- Linha da 2º Demarcação de 1788 a 1793
- Linha da 3º Demarcação de 1907
- Linha que marca a delimitação do Mapa elaborado por Joseph James Forrester
- Mancha do Alto Douro Vinhateiro considerado como Património Mundial em 2001
- Quintas Vinhateiras pertencentes ao Património de Dona Antónia Adelaide Ferreira

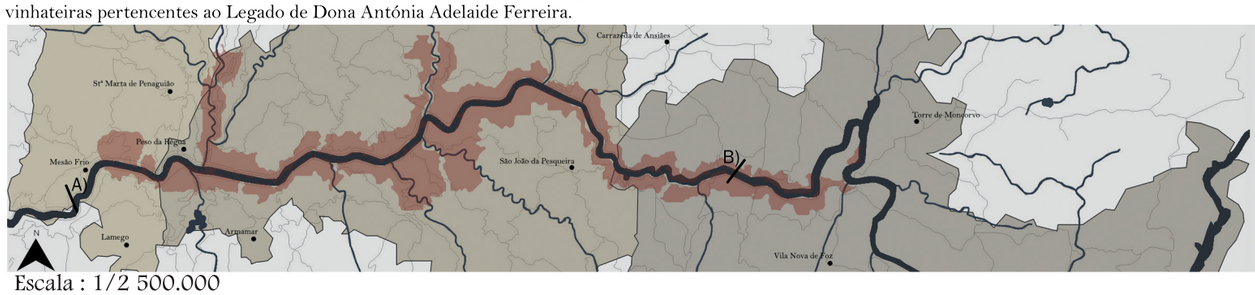
Bibliografia:
Arquivo da Casa A. A. Ferreira;
https://www.davidrumsey.com/luna/servlet/detail/RUMSEY~8~1~292355~90066953:Composite-map--91-98--Mapa-General-?qvq=w4s:/what%2FComposite%2BMap;q:mediaCollectionId%3D%22RUMSEY~8~1%22;lc:RUMSEY~8~1&mi=367&trs=985;
http://www.museudodouro.pt/regiao-demarcada-do-douro,pt



Mapa complementado pela autora, usando como base o mapa de Joseph James Forrester "Map of the wine district of the Alto-Douro of the Joseph James Forrester" de 1853, com a marcação das quintas vinhateiras pertencentes ao Legado de Dona Antónia Adelaide Ferreira

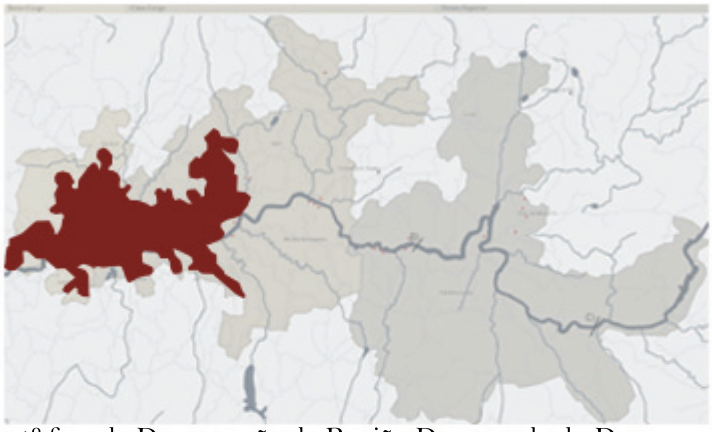


Mapa elaborado pela autora, com a limitação das três demarcações da Região Demarcada do Douro, desde 1757 a 1907, incluindo a marcação das quintas vinhateiras pertencentes ao Legado de Dona Antónia Adelaide Ferreira.

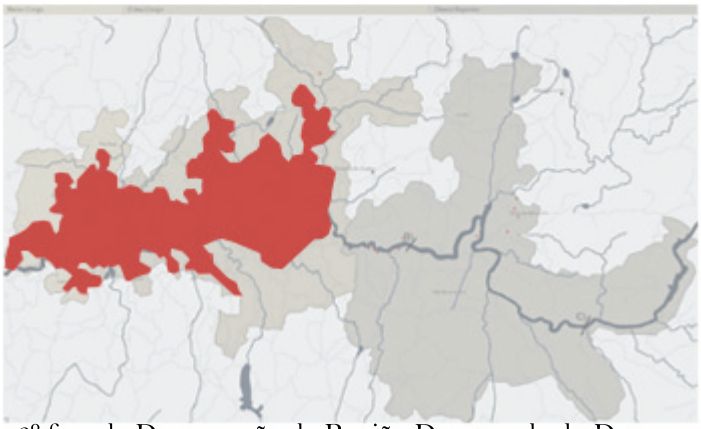


Mapa elaborado pela autora,marcação da área classificada pela UNESCO como Patrimonio da Humanidade, Alto Douro Vinhateiro, de 2001

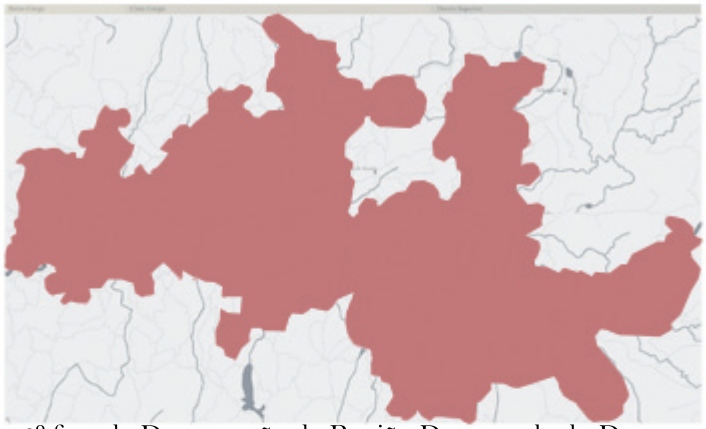
Esquema da evolução da Região Demarcada do Douro



1º fase da Demarcação da Região Demarcada do Douro, ocorrida entre 1758 a 1761



2º fase da Demarcação da Região Demarcada do Douro, ocorrida entre 1788 a 1793



3º fase da Demarcação da Região Demarcada do Douro, ocorrida em 1907

Legenda:

- 1º fase da Demarcação
- 2º fase da Demarcação
- 3º fase da Demarcação

Referências Bibliográficas:

Desenhos elaborados pela autora
Consultado dia 09.09.2019
"https://www.academia.edu/25546575/As_quintas_vinhateiras_de_D._At%C3%B3nia_um_legado_para_o_Douro"
Consultado dia 01.12.2019
"http://epic-webgis-portugal.isa.ulisboa.pt/maps/epic_pt?startExtent=-1470351.8960175,4356390.2983044,-210669.67005315,5312770.3960754&maxExtent=-2226772,4257328,454026,5524348&visibleBackgroundLayer=Bing+Aerial&visibleLayers=Continente"
Consultado dia 25.05.2019
http://www.museudodouro.pt/regiao-demarcada-do-douro

A partir dos anos quarenta do século XIX a crise comercial do vinho do Douro agrava–se: os lavradores passam a fazer a plantação das vinhas de forma desorganizada, observa–se o aparecimento de muitas quintas, muitos dos vinhos produzidos resultavam de misturas ilícitas ou surgiam em tanta quantidade que passavam diretamente para o cais de Gaia, sem uma supervisão. Este conjunto de fatores originou perda de qualidade, acumulação de vinho por vender e consequentemente uma redução dos preços.

Esta conjuntura, de uma assinalável desregulação que provocou muitas crises, levou a que, em 1842, a Associação Comercial do Porto solicitasse que a Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro voltasse a ser instruída, ainda que com poderes limitados, regrando apenas a produção vitivinícola do território, controlando o escoamento das mercadorias e o comércio do vinho do Alto Douro; na sequência dos trabalhos desenvolvidos, em 1852 é criada a empresa comercial da Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro, que se manteve até ao presente, tendo sido reconhecida, desde 1960 em diante, pela designação mais corrente de Real Companhia Velha.[13]

1.1.2 Região Demarcada do Douro (RDD)
1907, Terceira fase da Demarcação

A **terceira demarcação** ocorreu a 10 de Maio de 1907, concretizada por João Franco. Consistiu numa reforma administrativa que decretava uma nova divisão, abrangendo uma área superior e novas subdivisões em relação ás primeiras duas fases de demarcação (demarcação pombalina e demarcação Subsidiárias ou Marianas). Esta região distribuía-se por três sub-regiões: Baixo Corgo correspondente a 45.000 hectares, Cima Corgo ocupando 95.000 hectares e Douro Superior com 110.000 hectares, representando muito aproximadamente os limites atualmente existentes.

Nesta nova demarcação vemos que os limites da anterior região produtiva demarcada do Alto Douro se estendem tanto para norte como para sul, com a inclusão de novos terrenos pertencentes à sub-região do Douro Superior, uma situação que apenas foi possível devido à desobstrução do Cachão da Valeira permitindo a navegabilidade para além deste limite, a construção da linha de caminho-de-ferro e consequentemente apoiando a acessibilidade das pessoas e o deslocamento das mercadorias a partir desta sub-região. A nova demarcação passa então a ter por base o concelho e não a freguesia, opção que se traduz no alargamento da região produtora de vinhos do Douro. É possível observar esta nova delimitação no mapa da página 9, expondo a evolução da demarcação produtiva do território desde 1757 a 2001, correspondendo à delimitação da Região Demarcada do Douro decretada por João Franco, em 1907, contendo ainda a marcação das quintas vinhateiras pertencentes ao legado de Dona Antónia Adelaide Ferreira, demonstra-se assim o crescimento que esta nova demarcação teve

13. (DE SOUSA, Fernando - " A Real Companhia Velha, Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro (1756-2006)", Porto 2006, pag 292, 363 e 328.
"É criada, ainda em 1842, a Associação da Agricultura do Douro e várias câmaras municipais do Alto Douro representam à Câmara dos Deputados a dar conta da miséria e desespero dos habitantes da região e a pedir o restabelecimento da Companhia com novos poderes.."
"A partir de 1960-1961, com a chegada à presidência da direcção de Manuel da Silva Reis, a Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro, também denominada Real Companhia Velha e Real Companhia dos Vinhos do Porto (Royal Oporto Wine Company)"
"Na sequência da lei de 1852, da lei de 21 de Abril de 1843, e do fim do prazo de 20 anos que lhe tinha sido concedida pela lei de 1838, a Companhia voltou novamente a ser uma empresa comercial, que já era, de facto, desde 1852.")

em relação às anteriores, englobando mais freguesias e concelhos, bem como se evidencia uma maior dispersão das propriedades vinhateiras d'*A Ferreirinha* por toda a região.

Esta demarcação teve como objectivo principal a regularização do sector vitivinícola, através de uma melhoria dos mecanismos de proteção da região e do controlo de qualidade e transporte da produção de Vinho. Em função das novas e atualizadas regras foi estabelecido um novo regime para a produção, venda, exportação e fiscalização dos vinhos portugueses, sendo este regime fortemente marcado pelos princípios e orientações de defesa da marca adotados 150 anos antes pelo Marquês de Pombal.

Em 1926, construíram–se mais armazéns para os comerciantes de vinho do Porto em Vila Nova de Gaia.[14]

A Região Demarcada do Douro encontra-se então subdividida em três grandes sub-regiões, muito distintas, tanto por fatores morfológicos e bioclimáticos como socioeconómicos. Nas duas primeiras sub-regiões, correspondente ao Baixo-Corgo e Cima-Corgo, a cultura da vinha é predominante, enquanto na sub-região do Douro Superior a cultura da vinha alterna frequentemente com outras culturas, entre as quais sobressai a oliveira e a amendoeira.

O Baixo Corgo corresponde à sub-região que ocupa uma das áreas com menores dimensões desta Região Demarcada do Douro, prolongando-se desde Barqueiros até à confluência com o Rio Corgo. Apesar de ser a sub-região mais pequena é a que contem os principais aglomerados populacionais (Peso da Régua, Vila Real, Lamego, Santa Marta de Penaguião e Mesão Frio) e também a que apresenta melhores condições morfológicas e bioclimáticas. Sendo mais fértil e com maior precipitação devido à Serra do Marão, possuí por isso caraterísticas nos seus solos que permitem implementar várias técnicas de plantação da vinha, formando uma paisagem que apresenta uma homogeneidade na combinação de várias estruturas, nomeadamente entre áreas de plantação de vinha, localização do conjunto construído pertencente a cada quinta e presença dos aglomerados populacionais.

Também por ser a que apresenta desde sempre maiores facilidades de acessos na ligação às cidades do Litoral, esta foi a primeira sub-região onde a plantação de vinha mais cedo se iniciou, com cerca de 51.8% de produção[15], como também permitiu a fixação de um maior número de aglomerados populacionais situados maioritariamente à cota 350 e 500 metros de altura.[16] Desta forma, no século XVII, esta sub-região já constituía um polo de destaque no comércio externo português sendo a atividade da vinha o que fazia a estrutura económica local.

Devido às suas características é possível observar diferentes padrões de paisagem caracterizados pela diversidade de áreas de plantação de hortas e

14. (PEREIRA, Gaspar Martins- " A Produção de um espaço Regional o Alto Douro no Tempo da Filoxera", uma síntese deste trabalho foi apresentada às 2.ª Jornadas de Estudo Norte de Portugal- Aquitânia, em Março de 1988 Bordéus, p. 333)

15. (PEREIRA, Gaspar Martins, - "O Douro. A vinha, o vinho e a região de Pombal a João Franco", CENPA, Porto 1990)

16. (PINA, Maria Helena Mesquita, - " Alguns reflexões sobre as acessibilidades no Alto Douro", Revista da Faculdade de Letras - Geografia I série, vol. XII-|XIII, Porto 1996/7;pagina 74)

pequenos olivais, áreas de matos e áreas de plantação de vinha. Esta parte do território acaba por ser considerada como a que melhor permitia a produção de vinho de feitoria, observando-se nestas encostas a plantação em socalcos pré-filoxéricos, assim revelando a primazia desta sub-região. [17]

O vale e o curso do rio Corgo estabelecem o limite entre as duas sub-regiões, do Baixo-Corgo e do Cima-Corgo, as duas que primeiramente constituíam a área demarcada pela Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro em 1761; passará contudo a constituir-se como sub-região intermédia entre as três constituintes da Região Demarcada do Douro com a terceira demarcação, de 1907. Definida a poente pela margem esquerda-nascente do rio Corgo, o Cima-Corgo prolonga-se até ao meridiano do Cachão da Valeira. Nesta sub-região a plantação da vinha não é predominante, representando apenas cerca de 35% da produção, porém a que existe apresenta grande qualidade, sendo exemplo disso as que se implantam na área do Pinhão, que representa uma zona perfeita para a produção de vintages, denominado "Coração do Vinho do Porto".[18]

As características morfológicas e bioclimáticas desta sub-região formam uma paisagem caracterizada por um terreno com um declive acentuado, com profundas formações geológicas, solos xistosos e uma plantação de vinha realizada maioritariamente por vinha armada em socalcos pós-filoxéricos ou então por vinha ao alto.

Por fim, a última sub-região denominada como Douro Superior, integrada em 1907, corresponde à maior área pertencente à Região Demarcada do Douro, estendendo-se desde o meridiano do Cachão da Valeira até à fronteira com Espanha. Apesar de apresentar uma extensa área, foi a última sub-região a ser explorada e demarcada na plantação de vinha, pelo facto de apresentar acessibilidade topograficamente muito condicionada, até finais do século XVIII que só após a desobstrução do Cachão da Valeira, entre 1780 e 1972[19], foi possível melhorar e acrescentá-la na demarcação, incluindo com a construção da linhas de caminho-de-ferro construídas entre 1867 a 1921, possibilitando desta forma o investimento na plantação vitivinícola. Esta sub-região corresponde atualmente a cerca de 13.2% da produção, e nas áreas mais elevadas destacam-se os vinhos brancos, os espumantes e o Moscatel. [20] Apresenta um clima muito seco, já de influência mediterrânico, com temperaturas estivais elevadas, encontrando-se no limite das condições bioclimáticas para plantação da vinha.

Sobretudo na segunda metade do século XX, nomeadamente entre os anos 50 e 90, o sector do Vinho do Douro vai registar um novo ciclo de crescimento, em quantidades produzidas e valores exportados, resultado de alterações nos processos produtivos e comerciais, com a aplicação de novas técnicas de plantação da vinha (vinhas em patamares, vinhas ao alto), novas compras de vinhos de quinta, e a mecanização dos processos de produção.

17. (PEREIRA, Gaspar Martins, - "O Douro. A vinha, o vinho e a região de Pombal a João Franco", CENPA, Porto 1990)

18. (PINA, Maria Helena Mesquita, - " Alguns apontamentos sobre a sua estrutura fundiária", Revista da Faculdade de Letras - Geografia I série, vol. XII|XIII, Porto 1996/7;pagina 324)

19. (MAIOR, Visconde de Villa - O Douro Illustrado, Album do Rio Douro e Paiz Vinhateiro-"Por varias vezes manifestaram os soberanos de Portugal o desejo de remover este grande obstáculo, que punha impedimento tão formidável à navegação de Douro... Enfim, reinando a snr.º D. Maria I, deu-se principio a tamanha empresa em 1780, sendo a sua direção confiada a um homem zeloso e infatigável, mas que não era assás habilitado para a levar a cabo por falta dos conhecimentos especiaes que ella requeria; era este o padre Antonio Manoel Camello, da Pesqueira. Oito annos depois de começada a obra, veio de Italia o hydraulico José Maria Yola para o Coadjuvar e desde então correram os trabalhos com mais regularidade e tanto que a 22 de Outubro de 1789, já pôde um barco subir e descer o celebre cachão sem o menor risco, mas só em 1792 se deu o trabalho por findo, como se lê na grande inscrição. ",edição Livraria Universal de Magalhães e Moniz 1836;pagina 102 e 103)

20. (BARRETO, António; - "Douro"; Lisboa: INAPA; 1993)

1.1.3 Considerado como Património Mundial Humanidade - Alto Douro Vinhateiro (ADV)

Em 2001 parte da Região Demarcada do Douro é considerada pela UNESCO como Património Mundial da Humanidade enquanto Paisagem Cultural Evolutiva e Viva (a vermelho escuro na página 9). Esta atribuição internacional reconhece assim no Alto Douro Vinhateiro, ADV, uma identidade cultural, social e económica única, onde a atividade económica mais importante e praticada é a produção do vinho, revelando nas suas paisagens uma combinação de diferentes técnicas de plantação da vinha. Corresponde a uma superfície de 24. 600 hectares, cerca de um décimo do total de superfície da Região Demarcada do Douro, e abrange 13 municípios - Alijó, Armamar, Carrazeda de Ansiães, Lamego, Mesão Frio, Peso da Régua, Sabrosa, Santa Marta de Penaguião, São João da Pesqueira, Tabuaço, Torre de Moncorvo, Vila Nova de Foz Côa e Vila Real -, estendendo-se ao longo das encostas do rio Douro e dos seus afluentes, nomeadamente os rios Varosa, Corgo, Távora e Pinhão. [21]

21. (AGUIAR, Fernando Bianchi de, - " O Alto Douro Vinhateiro, uma paisagem cultural, evolutiva e viva", DOURO – Estudos & Documentos, vol. VII (13), 2002, pag.145)

A delimitação da área do Alto Douro Vinhateiro inscrita como Património Mundial tomou em consideração a complexidade de fatores, atores e valores presentes neste espaço territorial ao longo dos tempos:

- Antiguidade desta Região Demarcada do Douro, apresentando uma diversidade de culturas e técnicas de plantação da vinha;
- Pelo desenho da sua paisagem que apresenta uma combinação do trabalho do homem e natureza, através da existência dos socalcos de pedra, muros de xisto, pequenos aglomerados populacionais, quintas, casais, vias de acesso a estes espaços, antrossolos e sobretudo pela presença marcante da vinha e matas mediterrâneos;[22]
- E por último, a diversidade da arquitetura vernacular que apresenta.

22.(Consultar no site-http://www.ccdr-n.pt/sites/default/files/ficheiros_ccdrn/missaodouro/valores_adv.pdf- visitado em 29.07.2019)

Foram igualmente considerados os seguintes critérios, descritos no documento fornecido pela instituição da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte:

> " Critério iii- O ADV produz vinho desde há cerca de dois mil anos e a sua paisagem foi moldada pelas atividades humanas;
> Critério iv- As componentes da paisagem do ADV são representativas do completo leque de atividades associadas à produção vitivinícola - socalcos, quintas, aglomerados, capelas e vias de comunicação;

Património da Humanidade | Alto Douro Vinhateiro



Fig 3.(Consultar no site:"https://pontofinalmacau.wordpress.com/2016/12/12/alto-douro-vinhateiro-e-patrimonio-mundial-ha-15-anos/", visitado em 29.04.2020)



Fig 4.(Consultar no site: "https://www.telegraph.co.uk/travel/destinations/europe/portugal/douro/", visitado em 29.04.2020)

Critério v- A paisagem cultural do ADV constitui um excecional exemplo de uma região vitivinícola tradicional europeia, refletindo a evolução desta atividade humana através do tempo."[23]

A classificação como Património Mundial da Humanidade enquanto Paisagem Cultural Evolutiva e Viva significa que no Alto Douro Vinhateiro são reconhecidos os requisitos dispostos no regulamento da Convenção do Património Mundial, uma entidade responsável por desencadear ações que protejam os bens patrimoniais. Um desses requisitos prende-se com o entendimento de Paisagem Cultural Evolutiva e Viva enquanto produto ou obra combinada entre a Natureza e o Homem (conforme Artigo I) , e que representem a evolução da sociedade e dos aglomerados populacionais ao longo dos tempos, sob a influência de constrangimentos ou vantagens facultados pelo ambiente natural e pelas vontades sociais, económicas e culturais. O Alto Douro Vinhateiro representa assim uma exigência de origem social, económica, administrativa e religiosa, que atinge a sua forma atual por associação e resposta ao ambiente natural. A denominação de Paisagem Cultural Evolutiva e Viva decorre do facto do território conservar um papel social ativo na sociedade contemporânea, associada de perto ao modo de vida tradicional e no qual o processo evolutivo é contínuo ao longo do tempo.

É também no ano de 2001 que se dá o lançamento do programa das Aldeias Vinhateiras do Douro, que tem como principal objetivo promover uma gestão e dinâmica de regeneração e valorização destas povoações, através da revitalização socioeconómica, da fixação da população e do reforço da promoção turística, nomeadamente no enoturismo. Barcos, Favaios, Provesende, Salzedas, Trevões e Ucanha estão assim sujeitas a um programa de requalificação que visa proteger e reabilitar os espaços urbanos e paisagísticos.

Outra referência na região bastante importante são as quintas vinhateiras, que constituem um contínuo de propriedades, quase sempre muradas, que marcam as encostas ao longo do rio Douro, bem como dos seus afluentes, tendo a vinha a necessária armação do terreno um papel fundamental na paisagem. São assim facilmente reconhecidas na sua extensão pontuadas por amplos portões de entrada ao longo dos muros, e pelas casas dos proprietários e outros edifícios que apoiam à atividade vitivinícola. Mantendo assim um papel social ativo na paisagem, apostando no desenvolvimento de uma economia próspera e sustentável.

23. (Consultar no site-http://www.ccdr-n.pt/sites/default/files/ficheiros_ccdrn/missaodouro/valores_adv.pdf- visitado em 29.07.2019)
(Consultar no site-https://whc.unesco.org/en/list/1046/- visitado em 29.07.2020)

Praga Oídio



Fig.5 (Consultar o site: "https://www.agrozapp.pt/artigos/Dicas+%C3%BAteis/oidio-da-vinha-7-2018", visitado em 29.04.2020)

Praga Filoxera



Fig.6 (Consultar o site: "https://www.agro.bayer.com.br/conteudos/news-bucket/2019/06/06/15/55/manejo-filoxera-videira", e, "https://www.excellence-tours.com/pt/blog/1584801483", visitado em 29.04.2020

Praga Míldio



Fig. 7 (Consultar o site: "https://www.agrozapp.pt/artigos/T%C3%A9cnicos/o--mildio-da-videira", visitado em 29.04.2020

1.2 Acontecimentos ocorridos no Douro

1.2.1 Pragas no Douro

Entre as demarcações marianas e a de João Franco, ocorreram no Douro um conjunto de acontecimentos que influenciaram significativamente a produção do Vinho, numa sequência de crises e evolução no sector. Um desses acontecimentos ocorreu na segunda metade do século XIX, onde o Douro é afetado por muitas pragas que atingiram a produção do vinho, destruindo aproximadamente 65% de todas as áreas vitícolas presentes nesta região.

A primeira praga a atingir o Douro Vinhateiro foi a do Oídio. Surgiu em 1852 e foi detetada na região de Peso da Régua, alastrando rapidamente por todo o território e afetando toda a região demarcada, provocando fortes quebras nas duas sub-regiões, do Baixo-Corgo e a do Cima-Corgo. Esta praga estava relacionada com a presença de fungos na planta, que originavam manchas brancas nas folhas impedindo o crescimento da uva (fruto), tal como é possível observar na primeira imagem apresentada na página 34, ao lado esquerdo. Em 1853 começou a ser aplicado o tratamento que consistia na utilização de enxofre em pó[24]. Afetou assim e obviamente a produção de vinho, sendo necessário por vezes recorrer a novas plantações.

De seguida, em 1868, apareceu a praga da Filoxera, provocada pelo inseto *Phylloxera vastatrix*, que se instalava na planta e depositava nela um veneno que destruía completamente a raiz das videiras. Teve um impacto muito superior à anterior, pois destruía toda a plantação da vinha e obrigava a plantá–la em outros terrenos, uma vez que esta praga atingia a planta diretamente na base do seu crescimento matando–a e contaminando o terreno onde a mesma estava plantada, provocando desta forma a morte de toda a área de plantação da vinha, como apresentado na segunda e terceira imagem da pagina 34, ao lado esquerdo.

Por este motivo, esta praga teve impacto muito grande quer ao nível social, económico e nos métodos de produção, forçando–os a evoluir. Para combatê–la muito viticultores tentaram responder aplicando uma diversidade de produtos, porém só em 1876 são feitas as primeiras experiências com sulfureto de carbono e enxertia nas raízes das videiras europeias de cepas americanas.

A crise da filoxérica durou assim cerca de vinte anos, e não só afetou todo o espaço regional como também provocou que muitos vinhedos se transformassem em mortórios, zonas em que a semente da planta não germinava. Esta situação provocou a crise de muitos viticultores e o desespero de quem ali tinha toda a sua vida: muitos deles viram a sua produção de vinho reduzida a dois terços, e até mesmo na observação da paisagem era possível ter a perceção da existência de freguesias que continham quase todas as áreas de plantação da vinha perdidas. [25] Todo este panorama ficou registrado nas palavras de José Luiz de Barros e Cunha:

24.(PEREIRA, Gaspar Martins- " O Douro. A vinha , o vinho e a Região de Pombal a João Franco, Edições Cenpa, Porto, 1990, p. 55)

25.(CUNHA, José Luíz de Barros e - " Visita ao Douro e Estado das vinhas n'aquella região", Edições Typographia do Jornal- O progresso, Lisboa, 1877, p. 17

" Isto que parece incrivel será facil de acreditar, sabendo-se que há alli proprietários que têem as suas adegas reduzidas a dois terços, a um meio do que eram, e mesmo freguezias há que têem as suas vinhas quasi todas perdidas.")

"Em consequência das proporções assustadoras que o flagello tem tomado, devastando quasi completamente areas de vinha na extenção de muitos Kilometros, e isto n'uma região onde nem o proprio arado primitivo pode servir a qualquer lavoura, o que o terreno, com muitas raras excepções, se não presta a nenhuma, proprietários e jornaleiros estão todos verdadeiramente consternados; os primeiros por verem perdidas, quasi todas as suas propriedades; os segundos vendo-se obrigados a lançar mão do recurso sempre peneso de abandonar a região em que nasceram e viveram, mas onde, perdida a vinha, só tem a esperar a fome e a miséria."[26]

26.(CUNHA, José Luíz de Barros e - " Visita ao Douro e Estado das vinhas n'aquella região", Edições Typographia do Jornal- O progresso, Lisboa, 1877, p. 17)
" Isto que parece incrivel será facil de acreditar, sabendo-se que há alli proprietários que têem as suas adegas reduzidas a dois terços, a um meio do que eram, e mesmo freguezias há que têem as suas vinhas quasi todas perdidas."

Atualmente as áreas que correspondiam aos mortórios são novamente reaproveitadas para plantação de vinha. O PDRITM (Programa de Desenvolvimento Rural Integrado de Trás-os-Montes) previu a recuperação destas áreas localizadas nas melhores zonas para produção do vinho de feitoria. E desta forma, instalaram-se com base neste programa, 2.500 hectares de novas plantações e a replantação de 1.000 hectares de vinha em parcelas de elevado ou idêntico potencial qualitativo para a produção de vinho de feitoria. [27]

27.(Consultar no site-http://www.drapn.min-agricultura.pt/drapn/conteudos/fil_trab/Trabalho%20Douro%20Patrim%C3%B3nio%20Mundial.pdf- visitado em 29.07.2019)

A última praga que apareceu no Douro, foi a do Míldio (figura 7 da página 34) e surgiu no final do século XIX, em 1893. Esta praga funcionou como uma continuação da anterior, pois veio destruir o que foi deixado por ela. Uma vez que já se sabia qual o tratamento a aplicar na Filoxéria, esta praga não obteve um grande impacto: apesar de igualmente agir sobre a raiz das videiras, foi mais fácil de combater, e o seu tratamento consistia na aplicação de calda bordalesa ou água celeste (sulfureto de cobre e carbonato de cal).[28]

28.(PEREIRA, Gaspar Martins- " O Douro. A vinha , o vinho e a Região de Pombal a João Franco, Edições Cenpa, Porto, 1990, p. 58)

Nesta época muitas personalidades proeminentes apoiaram no combate contra estas pragas, auxiliando os viticultores. Uma dessas pessoas foi, por exemplo, Dona Antónia Adelaide Ferreira, proprietária de um grande património vinhateiro que apoiou a população na procura de uma solução contra estas crises, investindo para isso em novas plantações de vinhas situadas em zonas mais expostas à radiação solar, sem abandonar contudo as plantações de oliveiras, amendoeiras e cereais. É também nesta época que Dona Antónia vende a sua produção vitivinícola com maior lucro, num período em que esta escasseava, sendo-lhe assim possível comprar grandes propriedades que se tornariam modelos de gestão.

Em suma, as doenças dos meados do século XIX que se abateram sobre o Douro contribuíram para uma nova organização da viticultura, apostando em novas técnicas de plantação da vinha, isto por um lado. Contudo, e por outro, conduziram a que muitos proprietários se endividassem, comprando adubos e inseticidas, dívidas que acabaram por não conseguir resolver, perdendo desta

forma a posse de suas propriedades. Já os grandes proprietários, principalmente os ingleses, acabaram por beneficiar com esta crise. Começaram a comprar tais propriedades e orientaram o seu investimento para o Douro Superior, uma vez que após a desobstrução do Cachão da Valeira, na altura o único impedimento de acessibilidade a esta sub-região, seria construída a linha de Caminho–de–ferro, já prevista.

1.2.2 Surgimento de novas Técnicas de Plantação da Vinha

Desta forma foram melhoradas e mesmo inovadas as técnicas de plantação da vinha, valorizando o espaço vitícola, possibilitando o cultivo da vinha em diversas condições, passando desde a plantação em terraços suportados por muros de pedra até à disposição da vinha ao alto, em variadíssimas soluções com o objectivo de moldar e adotar os terrenos e a produção às necessidades de cada momento histórico.

Na Região Demarcada do Douro a plantação da vinha apresenta então algumas características particulares, ligadas à morfologia acidentada que os terrenos apresentam: a denominada plantação da vinha de encosta simboliza que a mesma é feita seguindo e respeitando a topografia, muitas vezes seguindo e realçando linhas de nível. No entanto, para cultivar a vinha neste tipo de terreno, foi necessário construir terraços ou socalcos, amparados por muros de xisto, que com o tempo vão possibilitando novas formas de armação da vinha.

As modificações nas plantações da vinha ocorreram em três fases distintas:

- A primeira correspondeu ao período pré–filoxérico, denominada de plantação da vinha em socalcos pré-filoxéricos, na qual as vinhas eram plantadas em terraços horizontais, irregulares e estreitos, seguindo de nível ao longo das encostas. A armação do solo era sustentada por socalcos estreitos e muros de pedras xistosa, baixos e salientes, que requerem manutenção contínua. A proximidade entre os muros variava de acordo com o declive do terreno, e o acesso aos vários níveis era feito através da construção de pequenas escadas de pedra encastradas nos próprios muros.

  Este tipo de plantação comportava uma ou duas fileiras de videiras que cresciam livremente, apenas amparadas por paus, estruturados da seguinte forma: "o pau de espera", colocado junto ao tronco da cepa, o "pau do meio ou de forrar", e o "pau do fim". Este tipo de plantação resultava numa baixa densidade, e era geralmente cultivada nas áreas de terreno com forte declive.

  Foi em grande parte abandonada, por consequência do aparecimento da praga da Filoxera, sendo os espaços resultantes denominados mortórios, encontrando-se cobertos com vegetação do tipo "mata–mediterrânea". Actualmente tenta–se a recuperação de alguns destes terrenos, através do programa PDRITM, uns com a plantação da vinha, outros invadidos por arbustos

Plantação
Pré–Filoxérica



Fig. 8 (Consultar o site: "https://www.picuki.com/media/2132371116379702498",-visitado em 29.04.2020

Plantação
Pós–Filoxérica



Fig. 9 (Consultar o site: "https://www.facebook.com/quintadacorte/photos/a.1635917166499623/2965642776860382/?type=3&theater", visitado em 29.04.2020

Mortórios



Fig.10 (Consultar o site: "https://www.excellence-tours.com/pt/blog/1584801483", visitado em 29.04.2020

Plantação em
Patamares 1 fileira



Fig. 11

Plantação
Vinha ao Alto



Fig. 12 (Consultar o site: "https://www.realcompanhiavelha.pt/pages/quintas/6",visitado em 29.04.2020

e árvores características da região e, em último caso, replantados com olivais ou amendoeiras; apesar de tudo, ainda, hoje em dia os mortórios são visíveis em alguns locais. (figura 8).

- A segunda fase ocorreu no período pós–filoxérico, denominada de plantação da vinha em socalcos pós-filoxéricos, sendo neste tipo de plantação que se começou a utilizar os porta–enxertos americanos e as novas formas de armação de terreno.

  As novas vinhas eram plantadas em terraços inclinados e dispostas com mais de cinco fiadas de videiras [29] (bardos) que seguiam as curvas de nível do terreno.

  Os socalcos pós-filoxéricos dispunham de vários acessos, nomeadamente através das construções de degraus ou de rampas, que os ligavam entre si, e que eram colocadas no local onde se retirava uma parte do muro, com esta técnica era possível formar terraços mais retilíneos e mais largos para facilitar a passagem dos homens e das alfaias [30].

  Estes terrenos eram suportados por muros de pedra salientes, formando paredes mais altas, e a sua construção não apresentava preocupação no alinhamento das pedras nem nenhum corte em especial.

  A vinha armada em socalcos pós–filoxéricos acentua-se nas sub–regiões do Baixo Corgo e Cima Corgo. (figura 9).

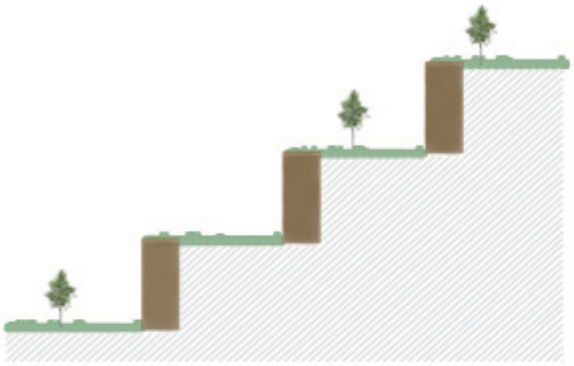
29.(ESTUDOS BASE, Relatório Final-"Avaliação do Estado de Conservação do Bem. Alto Douro Vinhateiro- Paisagem Cultural Evolutiva Viva, Janeiro de 2013, pag. A1|07)

30.(FIGUEIREDO, Cândido de - "Novo Dicionário da Língua Portuguesa", Edição de 1913, pag 79)

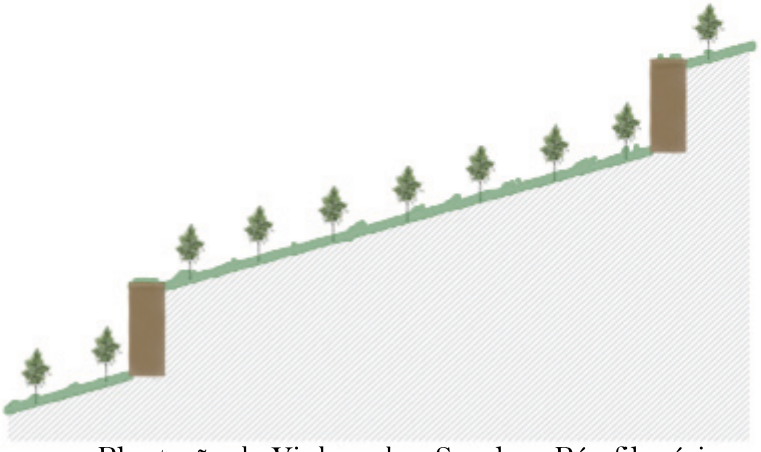
- A terceira e última fase ocorreu no início dos anos setenta do século XX, devido à diminuição de mão–de–obra e ao aumento de exportações, um fenómeno a que gradualmente se vinha assistindo por causa das alterações da conjuntura do meio rural. Mas também devido ao fato de os produtores começarem a utilizar as máquinas para apoiar as plantações da vinha, isto a par da institucionalização de algumas estruturas na região, como por exemplo, a Estação Vitivinícola da Região Duriense, em 1931, e a Casa do Douro, em 1932. Implicou a necessidade de modernizar a cultura da vinha e a introdução da mecanização nas várias fases de produção.
- Foi então que ocorreu no início dos anos setenta do século XX, a fase de mecanização dos processos de plantação, a denominada plantação das vinhas em patamares, ou seja, a construção de grandes plataformas que suportavam várias fiadas de plantação.

  A plantação em patamares é feita da seguinte forma:

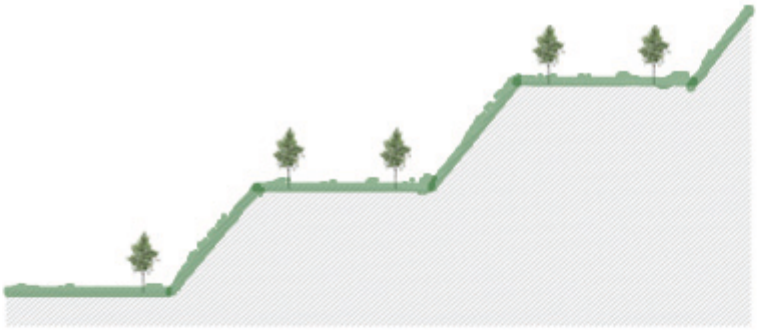
  - A plantação da vinha passa preferencialmente a ser feita em patamares com duas a três fiadas (bardos) de videiras, numa largura não superior a 3,80m ou 4,00m, com a colocação de taludes de terra, porém a inclinação destes últimos é variável consoante o declive natural da encosta.



Plantação da vinha sobre socalcos Pré-filoxéricos



Plantação da Vinha sobre Socalcos Pós-filoxéricos



Plantação da Vinha sobre Patamares com duas ou três fiadas de Videiras



Plantação da Vinha ao Alto

As fiadas são colocadas de forma a haver espaço para permitir a utilização das máquinas que apoiavam esta plantação. A plantação da vinha era realizada em terraços pré–filoxéricos, ou em mortórios ou mesmo em zonas onde a vinha nunca chegara, com declives da encosta superiores a 20%.

Esta operação conduziu à destruição dos muros de pedras salientes, misturando o cascalho com o terreno, formando um solo cascalhento mas possível de ser cultivado, o chamado de antrossolo (solo fabricado pelo Homem, a partir da rocha–mãe destruída). Surgem assim manchas significativas de taludes inclinados, que suportam uma plataforma horizontal sobre a qual assenta a vinha; o importante neste tipo de plantação é que a formação dos patamares tem de estabelecer o máximo de paralelismo entre eles, assim como uma homogeneidade da altura dos taludes. (figura 11)[31].

31.(MAGALHÃES, Nuno - " Manual de Boas Práticas Vitícolas Região Demarcada do Douro.", Instituto das Vinhas do Douro e do Porto, I.P, p. 19)

A plantação da vinha ao alto é feita da seguinte forma:

- O outro processo de plantação está ligado com a plantação da vinha ao alto em socalcos, realizada em terraços de largura e inclinação variável, suportada por muros de pedra.

  Este processo, surgiu na Alemanha, e consiste na plantação da vinha ao alto, plantada em encostas com um menor declive apresentando uma inclinação uniforme, não superior a 20%, possibilitando grandes densidades de plantação. Este tipo de plantação consiste numa disposição dos bardos segundo linhas retas perpendiculares às linhas de nível do terreno, uma técnica que não altera o perfil inicial das vertentes nem o seu declive e facilita os trabalhos mecanizados, uma vez que as máquinas podem circular ao longo de todas as fiadas de videiras. A vinha é armada com postes de madeira tratada, postes metálicos ou soluções mistas.

  Esta técnica de plantação da vinha tem vindo a ser acolhida, maioritariamente, nas sub-regiões do Cima Corgo e Douro Superior. (figura 12)[32]

32.(MAGALHÃES, Nuno - " Manual de Boas Práticas Vitícolas Região Demarcada do Douro.", Instituto das Vinhas do Douro e do Porto, I.P, p. 24)

1.2.3 A Construção das linhas de caminho–de– ferro | Douro, Corgo e Tua

Por fim, o outro acontecimento ocorrido no Douro está ligado com a construção das linhas de caminho-de-ferro. No final do século XIX, após o aparecimento das pragas no Douro, assistimos a uma evolução das técnicas de plantação da vinha mas também, e paralelamente, a uma alteração nas perspetivas de investimento feitas sobretudo por investidores ingleses, que começaram a apostar na compra de novos terrenos localizados na sub-região do Douro Superior, uma vez que a acessibilidade seria garantida pela construção da linha de caminho-de--ferro. Esta perceção e consequente investimento foi também implementado por alguns proprietários do Douro, na tentativa de adquirir novos terrenos que pudessem reerguer a produção vitivinícola, como foi, e por exemplo, o caso de Dona Antónia Adelaide Ferreira. Esta proprietária revelou tal espírito de antecipação e empreendorismo, ao apostar na compra de algumas propriedades localizadas no Cima–Corgo e no Douro Superior, adquirindo, por exemplo, as Quintas do Vale da Pia, em 1871, da Ferreira em 1871, do Vale Meão em 1878, entre outras[33].

Com base na análise do mapa, da página 46, denominado de "Mapa da Região Demarcada do Douro – Marcação do Património de DAAF e as linhas de Caminho-de-ferro", é possível perceber quais as linhas mais importantes que melhoraram a acessibilidade a um maior número de quintas vinhateiras, dentro dos limites que em breve viriam a ser alargados, correspondendo à Região Demarcada do Douro de 1907, relacionando-as ainda com a distribuição do património de Dona Antónia Adelaide Ferreira. A construção das linhas de caminho-de-ferro principiou pela linha do Douro, que atravessa toda a Região Demarcada, seguiu--se a construção da linha do Corgo, situada numa das margens do vale do rio de mesmo nome, caracterizado por ser o local onde a plantação de vinha é mais procurada; e por fim a construção da linha do Tua, na sub-região do Cima-Corgo, e também numa das margens deste terceiro rio.

Estas linhas tornaram-se num fator muito importante para a Região Demarcada do Douro pois melhoraram e estabeleceram uma nova organização territorial e uma movimentação económica e demográfica por toda a região.

A primeira linha de caminho–de–ferro a ser construída foi então a linha do Douro, projetada em 1867, tendo inaugurado o primeiro troço que ligava Ermesinde a Penafiel em 1875. Porém, só em 1887 é que a linha foi concluída com a abertura da ligação do Pocinho a Barca de Alva. Contando com uma extensão máxima de cerca de 200Km, quando em pleno funcionamento, esta linha foi construída paralelamente ao rio Douro, acompanhando o seu curso e provocando grandes alterações no território e na paisagem, nomeadamente na facilidade de circulação de mercadorias e pessoas, enfim na deslocação que até então era

33.(PEREIRA, Gaspar Martins- " A Produção de um espaço Regional o Alto Douro no Tempo da Filoxera", uma síntese deste trabalho foi apresentada às 2.ª Jornadas de Estudo Norte de Portugal- Aquitânia, em Março de 1988 Bordéus, p. 333)

garantida sobretudo pela navegabilidade do rio, e ainda assim condicionada pelo Cachão da Valeira, e que a passagem do caminho-de-ferro veio superar, agora permitindo uma relação mais próxima e um meio de deslocação da mercadoria mais rápido para Porto–Gaia e na possibilidade da produção vinícola ser exportada para o resto da Europa.

A construção desta linha de caminho–de–ferro veio ocupar partes das áreas de propriedades privadas, incluindo algumas das de Dona Antónia Adelaide Ferreira, tendo ocorrido nas três sub-regiões. Para além de atravessar quintas a meio, parte das propriedades destinava-se também a caminhos de acesso e recolha de água, inviabilizando a rentabilidade da exploração e provocando que muitos proprietários perdessem as suas terras. No já referido mapa da página 46, "Mapa da Região Demarcada do Douro – Marcação do Património de DAAF e as linhas de Caminho-de-ferro" e nas imagens da página 30, é possível constatar esta situação nas propriedades *d'A Ferreirinha*, nomeadamente na sub-região do Baixo-Corgo, em que a construção da linha ocupou uma pequena área da Quinta de Caldas de Moledo, sendo denominada de estação de Caldas de Moledo, na sub-região do Cima-Corgo ocupou uma área da Quinta do Tua, tendo feito "jus" ao nome e sendo por isso denominada de estação do Tua e por fim já na sub-região do Douro Superior, a construção da linha ocupou áreas pertencentes a duas quintas, do Vesúvio 1830 e de Vargelhas 1831, fazendo novamente, jus aos seus nomes sendo denominadas respetivamente de estação do Vesúvio e estação de Vargelhas. Nestes casos, embora a construção da linha tivesse ocupado áreas pertencentes às propriedades privadas, acabou por proporcionar importância e melhorias para as mesmas, nomeadamente no que diz respeito à facilitação de escoamento da produção vitivinícola.

Depois da construção da linha do Douro, surgiu a ideia da abertura das linhas do Corgo e do Tua, a primeira no limite entre as sub-regiões do Baixo-Corgo e do Cima-Corgo, e a segunda linha nesta última. Ambas vieram apoiar a mobilidade desde o Douro para o interior de Trás-os-Montes, criando percursos que se ligassem com as várias localidades e possibilitando, assim, uma deslocação do interior para o litoral do País.

A linha do Corgo foi construída com o objetivo de ligar Peso da Régua a Chaves, uma ligação para o interior da região, uma vez que permitia a acessibilidade a aldeias anteriormente não acessíveis, permitindo assim o desenvolvimento das áreas mais próximas à linha. Esta linha percorria todo o Vale do Corgo, proporcionando ainda aos passageiros usufruir das suas diferentes paisagens. Com o plano aprovado em 1905, a inauguração do seu primeiro troço foi a 12 de Maio de 1906, correspondendo à ligação de Peso da Régua a Vila Real, enquanto o segundo troço, que ligava Vila Real a Chaves, foi só inaugurado a 28 de Agosto de 1921.

Rótulos das garrafas do vinho 1887



Fig. 13.(Consultar no site "https://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/16380.pdf", visitado em 19.10.2019)

Fig. 5. Rótulo de Vinho do Porto da Quinta do Vesúvio
Colecção AHCF

Mapa das Linhas de caminho-de-ferro 1895

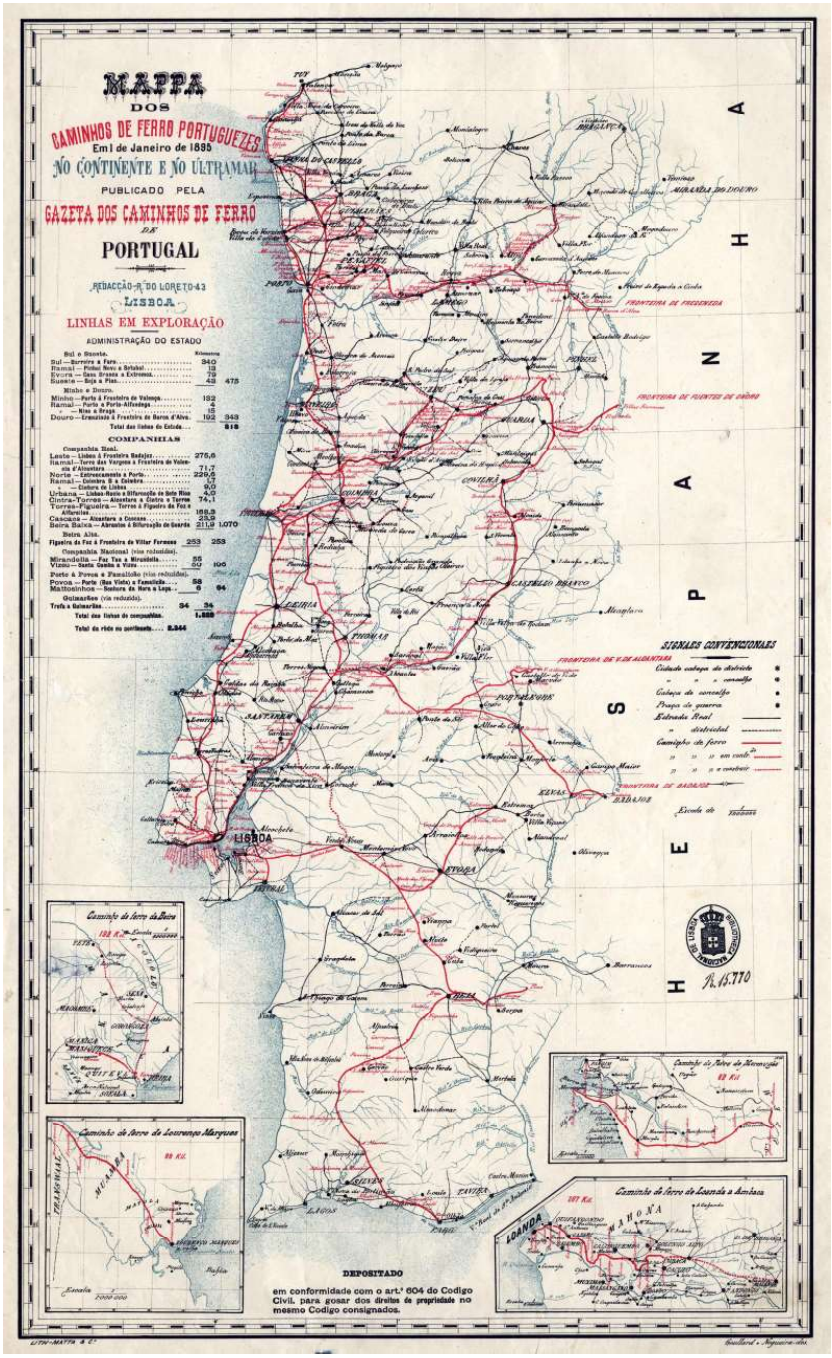


Fig. 14(Consultar no site "http://purl.pt/3367", visitado em 19.10.2019)

No âmbito desta dissertação apenas iremos considerar o primeiro troço, tal como consta no mapa da página 46, "Mapa da Região Demarcada do Douro – Marcação do Património de DAAF e as linhas de Caminho-de-ferro", dada à sua localização próxima dos limites da sub-região do Baixo-Corgo. Este troço, correspondia a parte da linha que percorria a menor distância, cerca de 25km, e era pontuado pelas seguintes estações: Corgo, Tanha, Alvações, Povoações, Carrazedo, Cruzeiro e Vila Real.

Esta linha tornou-se num importante eixo de desenvolvimento até à data de 1990, data que marca o início de uma longa fase de encerramento. O surgimento dos primeiros sinais da crise dos caminhos-de-ferro em 1929, nomeadamente com o crescente acesso ao transporte automóvel, público mas sobretudo particular, levou à desativação desta linha, um processo que decorreu ao longo de 19 anos: a primeira desativação ocorreu em 1990, no troço que ligava Vila Real a Chaves, aquele que percorria a maior distância cerca de 75km, a última desativação ocorreu em 2009, com o encerramento do último troço que ligava Peso da Régua a Vila Real.

Após este encerramento em 2009, começaram as primeiras fases de reabilitação da linha, através de uma série de estudos realizados de modo a analisar as necessidades das populações afetadas. Atualmente têm sido, então, realizadas ações com o objetivo de requalificar esta linha, oferecendo um espaço de ecopista à população. Este troço que mencionamos já se encontra destinado a esta funcionalidade desde 2013, e permite a quem o percorre observar uma tentativa de recuperação do património deixado ao esquecimento. Apesar de algumas das estações ainda se encontram abandonadas, existem várias que se adaptaram a novos usos para servirem a sua comunidade.

Em relação à linha do Tua, esta linha foi construída ao longo do Vale do rio Tua. Nos primeiros 20km a topografia é bastante acidentada, tornando-se menos irregular e mais amplo para norte até chegar a Mirandela. Construída com o objetivo de ligar a Foz do Tua à cidade de Bragança, tal como a anterior também foi construída em duas fases: as obras no vale foram iniciadas em 1884, tendo sido inaugurado o primeiro troço em 1887, que fazia a ligação de Foz do Tua a Mirandela; depois, em 1888 e 1890, foram apresentadas as propostas para a construção do segundo troço, que contudo apenas veio a ser construído em 1906, realizando assim o prolongamento da linha até Bragança.

No mapa da página 46, "Mapa da Região Demarcada do Douro – Marcação do Património de DAAF e as linhas de Caminho-de-ferro", apenas iremos mencionar o primeiro troço, pelas mesmas razões que apontamos para a linha anterior, e pelo facto de antigamente esta parte do percurso ser denominado de "linha de Mirandela". Este torço percorria cerca de 54km, e abrangia as seguintes estações: Tua, Trabalhariz, Santa Luzia, Brunheda, Codeçais, Abreiro, Vilarinho,

Escala : 1/1 000.000


Estª Porto de Rei


Estª Rede


Estª Gondim


Estª Covelinhas


Estª Pinhão


Estª Alegria


Estª Vargelas


Estª Freixo de Numão

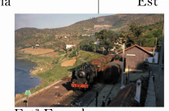

Estª Barqueiros


Estª Caldas de Moledo


Estª Régua


Estª do Ferrão


Estª do Tua


Estª Ferradosa


Estª do Vesúvio


Estª do Pocinho

Linha do Corgo


I - Estª do Corgo


II - Estª Tanha


III - Estª Alvações


IV - Estª Povoação

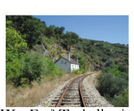

V - Estª Carrezedo


VI - Estª do Cruzeiro


VII - Estª de Vila Real

Linha do Tua


VIII - Estª do Tua


IX - Estª Trabalhariz


X - Estª Santa Luzia


XI - Estª Brunheda


XII - Estª Codeçais


XIII - Estª Abreiro


XIV - Estª Vilarinho


XV - Estª Cachão


XVI - Estª Frechas

Legenda das Quintas:

01 - Quinta de Travassos
02 - Quinta do Vallado
04 - Quinta de Vila Maior
05 - Quinta da Granja
06 - Quinta do Vesúvio
08 - Quinta de Vargelhas
10 - Quinta do Rodo
11 - Quinta das Nogueiras
13 - Quinta de Caldas de Moledo
15 - Quinta do Porto
16 - Quinta de Lourentim
17 - Quinta de Acipreste
18 - Quinta do Tua
19 - Quinta de Boavista
21 - Quinta de Arnozelo
23 - Quinta de Mileu
24 - Quinta do Vale da Pia
25 - Quinta da Ferreira
26 - Quinta do Vale Bom
27 - Quinta de Porrais
30 - Quinta do Lodeiro
31 - Quinta do Pêgo
33 - Quinta de Mera
34 - Quinta da Coalheira
36 - Quinta da Caucella
37 - Quinta do Passadouro
38 - Quinta do Vale Meão
39 - Quinta da Ribeira

Legenda:

- Linha do Douro
- Linhas Desactivadas
- Estações pertencentes á Linha do Douro
- Estações pertencentes á Linha do Corgo e Linha do Tua
- Quintas pertencentes ao Legado de Dona Antónia
- Quintas divididas pela construção da linha de caminho-de-ferro

Referências Bibliográficas:

Desenho do Território elaborado pela autora
Consultado dia 09.09.2019
"https://www.academia.edu/25546575/As_quintas_vinhateiras_de_D._Ant%C3%B3nia_um_legado_para_o_Douro"
Consulta no Arquivo A. A. Ferreira "Partilhas Dona Antónia Adelaide Ferreira, 1889", referência AHC_00067
Consultado dia 01.12.2019
"http://epic-webgis-portugal.isa.ulisboa.pt/maps/epic_pt?startExtent=-1470351.8960175,4356390.2983044,-210669.67005315,5312770.3960754&maxExtent=-2226772,4257328,454026,5524348&visibleBackgroundLayer=Bing+Aerial&visibleLayers=Continente"
Consultado dia 01.12.2019
"https://www.flickr.com/"



Quinta do Vesúvio (retirada do site "https//www.flickr.com/photos/cncporto/9202920945")



Quinta do Vesúvio e a Linha do Douro
(retirada do site "https//www.flickr.com/photos/146831310@N07341880104 30/inphotostream")



Quinta de Vargellas e a Linha do Douro (retirada do site "http//dourovalley.com/Modulos/INESC_Controlos/INESC_GeoDouro/Data/Acess/ShowPOI.aspxid=7194&data_inicio=21-09-2017&data_fim=21-09-2018&iframe=true")



Quinta de Vargellas e a Linha do Douro (retirada do site "http//dourovalley.com/Modulos/INESC_Controlos/INESC_GeoDouro/Data/Acess/ShowPOI.aspxid=7194&data_inicio=21-09-2017&data_fim=21-09-2018&iframe=true")



Quinta de Caldas de Moledo e a Linha do Douro
(retirada do site "https//www.flickr.com/photos/lipezito2206957284/sizesl")



Estação de Caldas de Moledo da Linha do Douro
(retirada do site "https//www.flickr.com/photos/nmorao5118397820/inphotostream")



Quinta do Porto e a Linha do Douro (retirada do site "http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPAArchives.aspx?id=092910cf-8eaa-4aa2-96d9-994cc361eaf1")



Quinta do Porto (retirada do site "http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPAArchives.aspx?id=092910cf-8eaa-4aa2-96d9-994cc361eaf1")



Quinta do Tua e a Linha do Tua
(retirada do site "https//www.flickr.com/photos/vilar9333775941/inphotostream")



Quinta do Tua e a Linha do Tua
(retirada do site "https//www.flickr.com/photos/vilar9333775941/inphotostream")

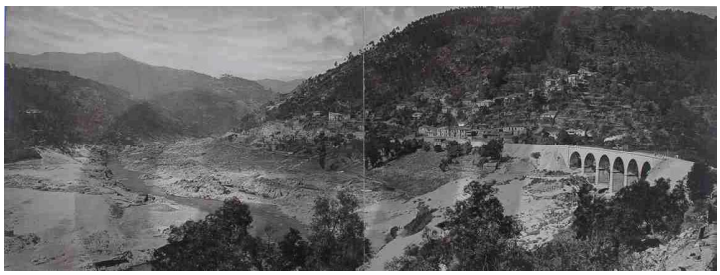


Quinta de Arnozelo e a Linha do Douro (retirada do site "https//vimeo.com/132342296")



Quinta de Arnozelo e a Linha do Douro (retirada do site "https//vimeo.com/132342296")

Linha do Douro



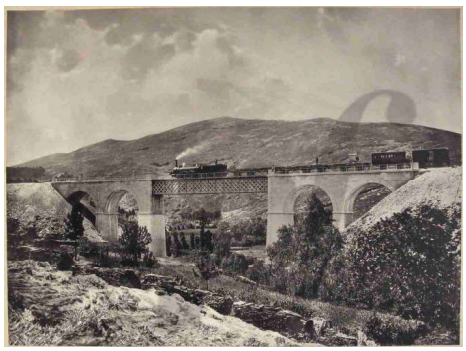


Fig. 15 e 16 (Consultar no site "https://digitarq.cpf.arquivos.pt/results?t=Emilio+-biel&p=75&s=CompleteUnitId&sd=False", visitado em 19.10.2019)

Linha do Corgo

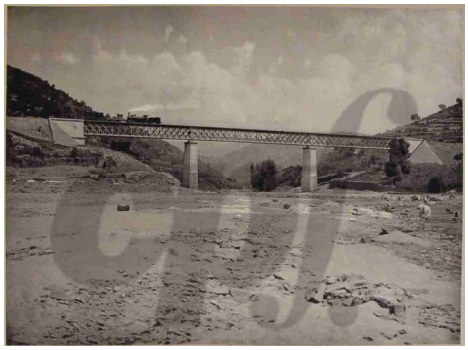




Fig. 17. (Consultar o site: "http://albuminasetc.blogspot.com/2009/04/colecao-emilio-biel-caminho-de-ferro_14.html", visitado em 19.10.2019)
Fig. 18 (Consultar no site "https://digitarq.cpf.arquivos.pt/results?t=Emilio+-biel&p=75&s=CompleteUnitId&sd=False", visitado em 19.10.2019)

Linha do Tua

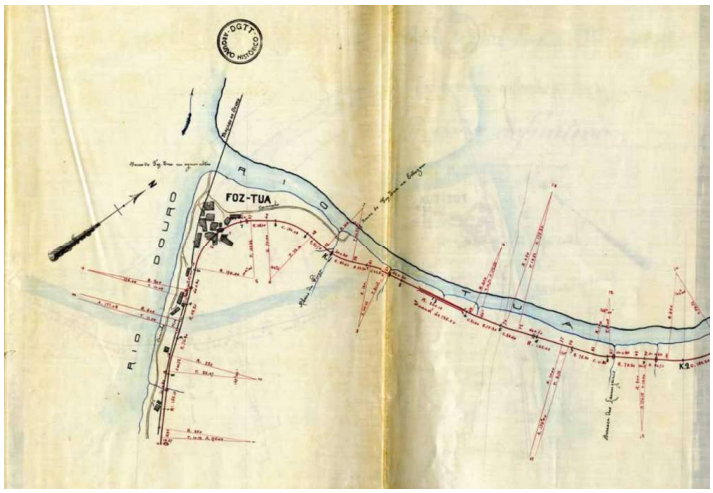


Fig. 19.(Consultar no site "https://issuu.com/foztua/docs/livro_biel", visitado em 19.10.2019)

Cachão e Frechas.

As duas secções da linha de caminho-de-ferro do Tua contribuíram para o transporte de mercadorias e passageiros, sendo a sua organização feita da sguinte forma: o primeiro troço que liga Foz-Tua a Mirandela, fazia o transporte das mercadorias, sobretudo as recolhidas nas estações de Tua, Cachão e Mirandela; já o segundo troço que ligava Mirandela a Bragança, era a parte da linha que fazia o transporte de passageiros, Mirandela beneficiava assim da sua posição central na região, aproveitando os fluxos provindos de Bragança.

Ao contrário da anterior linha, com os primeiros sinais da crise dos caminho-de-ferro em 1929, a linha não foi totalmente afetada, pois apenas foi encerrado o troço que ia desde Mirandela a Bragança, tendo o mesmo sido reabilitado e inaugurado em 1995 como "O Metropolitano de Mirandela", correspondendo à reativação da parte da linha que ligava Mirandela a Carvalhais. Mais tarde, em 2001 o metro passou a fazer o serviço até à estação do Tua.

Árvore Geneológica da Família de Dona Antónia Adelaide Ferreira

Bernardo Ferreira (1747–1808) ∞ 1779 Dona Ana Josefa da Fonseca (1747–1808)

Dona Margarida Rosa Gil (1788–1859) ∞ 1809 José Bernardo Ferreira (1782–1853)

- Qta. de Travassos; 1812
- Qta. da Ortigueira; 1832
- Qta. do Rodo; 1834

António Bernardo Ferreira (1787–1833) ∞ 1811 Dona Josefa Gertrudes da Silva Pereira (1787–1835)

- Qta. do Vallado; 1818
- Qta. de Vila Maior; 1822
- Qta. da Granja; 1829
- Qta. do Vesúvio; 1830
- Qta. do Vargelhas; 1831

Francisco José da Silva Torres (1804–1880) ∞ 2º(1809) Dona Antónia Adelaide Ferreira (1811–1896) ∞ 1º (1834) António Bernardo Ferreira II (1812–1844)

- Qta. de Per-o-Couto; 1831
- Qta. das Nogueiras; 1853
- Qta. da Quebrada; 1862
- Qta. Caldas de Moledo; 1863
- Qta. do Santinho; 1863
- Qta. do Porto; 1863
- Qta. Aciprestes; 1864
- Qta. de Lourentim; 1864
- Qta. do Tua; 1864
- Qta. da Boavista; 1865
- Qta. de Negrilhos; 1865
- Qta. de Arnozelo; 1868
- Qta. das Sete Casas; 1868
- Qta. do Mileu; 1869
- Qta. do Serro; 1869
- Qta. de Vale Bom; 1871
- Qta. de Vale da Pia; 1871
- Qta. de Piscais; 1871
- Qta. de Vale da Pia; 1871
- Qta. de Porrais; 1872
- Qta. de Cristelo; 1874
- Qta. do Lodeiro; 1874
- Qta. de Sampaio; 1874
- Qta. do Pêgo; 1875
- Qta. do Pisão; 1875
- Qta. da Caucella; 1877
- Qta. da Coalheira; 1877
- Qta. da Mera; 1877
- Qta. do Pousa; 1877
- Qta. de Passadouro; 1881
- Qta. de Vale Meão; 1887
- Qta. da Ribeira; 1888

António Bernardo Ferreira III (1835–1907) ∞ 1852 Dona Antónia Cândida Plácido Vieira Braga (1836–1875)

Dona Maria Virgínia Ferreira (1837–1841)

Dona Maria da Assunção Ferreira (1842–1905) ∞ 1860 Augusto Pedro de Mendonça Rolim de Moura Barreto, 3º Conde Azambuja. (1835–1914)

José Bernardo Ferreira (1854–1910)

Jorge Ferreira (1855–1933) ∞ 1880 Sofia Adelaide de Serpa Pimentel (1856–1925)

- Eduardo Serpa Ferreira (1987–1966)

António Bernardo Ferreira (1857–1921) ∞ 1891 Maria Henriqueta da Fonseca Viterbo (1866–1950)

- António Bernardo Ferreira (1892–1942)
- Jorge Viterbo de Viterbo Ferreira (1898–1948)
- José Bernardo Ferreira (1905–1976)

Adelaide Antónia Ferreira (1858–1937) ∞ 1880 Wenceslau de Sousa Pereira Lima (1866–1950)

- Francisco José Ferreira de Lima (1880–1938)
- Isabel Pereira de Lima (1884–1886)
- Isabel Maria Ferreira de Lima (1888–1948)

Pedro Augusto Ferreira (1866–1946) ∞ 1904 Lídia Amélia de Medeiros (1884–1962)

- Margarida Rosa de Medeiros Ferreira (1907–1990)

Álvaro Augusto Ferreira (1866–1930)

- 4º Conde de Azambuja, Nuno José de Mendonça Rolim de Moura Barreto (1861–1919)
- D. Antónia Josefa de Jesus Maria Francisca Xavier de Mendonça Rolim de Moura Barreto (1861–1926)
- António José Jesus de Mendonça Rolim de Moura Barreto (1862–1926)
- D. Ana de Jesus Maria de Mendonça Rolim de Moura Barreto (1863–1914)
- Pedro José de Mendonça Rolim de Moura Barreto (1864–1916)
- D. Maria Margarida José de Jesus Francisca Xavier de Mendonça Rolim de Moura Barreto (1865–1933)
- D. Maria do Carmo de Mendonça Rolim de Moura Barreto (1866–1936)
- D. Carlota José de Jesus Maria Francisca Xavier de Mendonça Rolim de Moura Barreto (1868–1942)
- D. Maria Teresa de Mendonça Rolim de Moura Barreto (1869–1960)
- D. Francisca Xavier José de Mendonça Rolim de Moura Barreto (1870–1949)
- José Maria de Mendonça Rolim de Moura Barreto (1871–1949)

Referências Bibliográficas:

- Consultado dia 07.09.2019 "https://www.geni.com/people/Ant%C3%B3nia-Adelaide-Ferreira-a-Ferreirinha/6000000017153287811"
- Consultado dia 07.09.2019 "https://geneall.net/pt/nome/33256/jose-bernardo-ferreira/ "
- Baena, Visconde de Sanches de; "Archivo Heraldico-Genealogico", Edições Lisboa Typographia universal de thomaz quintino Antunes, Impressor da Casa Real, 1872, pagina 31
- Baena, Visconde de Sanches de; e Torres, João Carlos Feo Cardoso de Castello Branco, " Memorias Historico-Genealogicas dos Duques Portuguezes do século XIX", Edições Lisboa por Ordem e na Typografia da Academia Real das Sciencias,1883, páginas 786 e 787

1.3 A Construção de um Património Vinhateiro

1.3.1 Património de Dona Antónia Adelaide Ferreira

Um dos maiores patrimónios vinhateiros localizados na Região Demacada do Douro foi o pertencente a Dona Antónia Adelaide Ferreira, mais conhecida como *A Ferreirinha*, uma empresária portuguesa do século XIX.

Este património iniciou-se na passagem do século XVIII para o século XIX, onde dois irmãos começaram a investir e a construir um património que tornar–se–ia o maior e mais importante de toda a Região.

José Bernardo Ferreira (1782–1853), casado com D. Margarida Rosa Gil (1788–1859), possuidor de três quintas localizadas no Baixo Corgo, nomeadamente a Quinta de Travassos, 1812, de Ortigueira, 1832 e do Rodo, 1834, inicia a construção deste património juntamente com o seu irmão, António Bernardo Ferreira I (1787–1835), casado com D. Josefa Gertrudes da Silva Pereira (1782–1853), e possuidor de três propriedades localizadas na região do Baixo Corgo, nomeadamente a Quinta do Vallado, 1818, de Vila Maior, 1822 e da Granja, 1829, e mais duas propriedades localizadas na região do Douro Superior, a Quinta do Vesúvio, 1830 e a de Vargelhas, 1831.[34]

Estes dois investidores revelam ter valores de ponderação e prudência nos negócios, mas também um sentido de pensamento de futuro, pelas compras de algumas quintas implantadas em terrenos que na altura não eram nem explorados, como por exemplo no Douro Superior. Revelam assim uma personalidade e um espírito de empreendedorismo, que mais tarde seriam transmitidos aos seus filhos.

O Baixo-Corgo era a região do território Vinhateiro com mais importância nesta altura, pois possuía um terreno bastante xistoso, com um declive mais atenuado, um clima húmido e fértil, favorável ao cultivo da vinha tornando–se nas primeiras extensões de terreno utilizadas para a produção do vinho, sendo este de alta qualidade, como anteriormente referido. Além disto, a região localizada no Baixo Corgo torna–se relevante porque era nesta área que se localizava o cais de embarque das produções vinícolas e onde eram controladas todas as mercadorias que embarcavam. Era no Peso da Régua, que encontrávamos o único meio, na altura, de deslocação, o barco rebelo[35] que transportava as mercadorias desde este cais até ao cais do Porto-Gaia.[36]

Nesta época era comum garantir uma proteção da própria riqueza, promovendo inclusive casamentos entre familiares, como aconteceu nos regimes endogâmicos [37], ou morgados, em que um proprietário é possuidor de um conjunto de bens que estão vinculados e que não podem ser vendidos nem divididos, e após

34.(FAUVRELLE, Natália, e CLUNY, Isabel-"Dona Antónia uma vida singular", segundo capítulo "As Quintas Vinhateiras de D. Antónia- um legado para o Douro", Edição do Museu do Douro, 2012)

35.(Consultado em (https://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/rabelo?div=adjetivo&acp=3 - visitado dia 09.04.2020)
"embarcação típica do rio Douro, de fundo chato, sem quilha e de vela quadrada, construída com tábuas sobrepostas, tradicionalmente utilizada para transportar pipas de vinho por uma tripulação de até 16 elementos, apresenta um formato bicudo em ambas as extremidades, mede cerca de 20 metros de comprimento e tem por leme um remo muito comprido e grosso."

Consultado em - visitado dia 09.04.2020)
" Origem do nome rabelo - O barco rabelo distingue-se por ter como Leme uma peça comprida e grossa, em forma de pá ou reme, a configuração destes barcos com a sua enorme espadela em forma de rabo lhes veio o nome de Rabelos, que é como se disse-se Rabudos. Rabo-Rabudo-Rabelo."

36.(LIDDELL, Alex - "Douro As Quintas do Vinho do Porto", 2º Edição, QUETZAL EDITORES, Lisboa 1995, pag 45)

37.(FIGUEIREDO, Cândido de - "Novo Dicionário da Língua Portuguesa", Edição de 1913, pag 724)

António Bernardo Ferreira II
(1812-1844)



Fig. 20(PEREIRA, Gaspar Martins, e OLAZABAL, Maria Luiza Nicolau de Almeida de "DONA ANTÓNIA", Edições ASA, 1997)

Joseph James Forrester
(1810-1861)



Fig. 21(Consultar o site: "https://www.academia.edu/4975032/Joseph_James_Forrester_uma_hist%C3%B3ria_do_Douro", visitado em 24.09.2020)

a sua morte o seu património passa diretamente para o seu herdeiro primogênito, filho mais velho, que tem como obrigação aumentar esse mesmo património. [38] (Possivel ver explicação no anexo x- Glossário).

Este regime, ou pelo menos o seu espírito, seria seguido pelos dois irmãos, que com o objetivo de manterem a riqueza no seio familiar casaram os seus filhos, Dona Antónia Adelaide Ferreira (1811–1896, filha de José Bernardo Ferreira) e António Bernardo Ferreira II (1812 – 1850, filho de António Bernardo Ferreira I) e deste casamente nasceram três filhos, duas meninas, Maria de Assunção, Condessa de Azambujo (1842-1905) e D. Maria Virgínia Ferreira (1837-1841) e um menino António Bernardo Ferreira III (1835-1907).

António Bernardo Ferreira II (ABF II), primo e marido de Dona Antónia Adelaide Ferreira (AAF), nunca mostrou grande interesse pela produção vitivinícola, resultado de uma educação cosmopolita e de uma vida passada em viagens entre Londres e Paris. Manteve a sua residência no Porto e esteve sempre ligado à política e à atividade empresarial.

Com todas as viagens que realizou acabou por fazer vários investimentos e compras de algumas ações, tais como do Banco Comercial do Porto, da Companhia de Segurança, da Empresa Portuense de Navegação por Vapor, entre outras. Investiu também, junto com Dona Antónia Adelaide Ferreira, na instalação da nova máquina de destilação e encanamento de águas na Quinta do Vesúvio. E, em 1840, António Bernardo Ferreira II fecha um contrato com a Sandeman em Londres, onde garante a compra de todo o vinho produzido na Quinta de Vargelhas e de 400 pipas da Quinta do Vesúvio durante 5 anos.

Contudo, esta conduta cosmopolita, nem sempre foi bem aceite por Dona Antónia Adelaide Ferreira, a sua mulher, nem por Dona Josefa Gertrudes Ferreira, a sua mãe. Mas foram as viagens e os contactos no exterior que permitiram a ABF II, após a morte do seu pai apresentar à mãe um negociante Britânico e amigo de confiança, Joseph James Forrester que, sob ordens de Dona Josefa passa a gerir a herança e a resolver os assuntos de natureza financeira da família, uma vez que o cosmopolitismo de ABF II tendia mais para a vertente boémia.

Dona Antónia acaba por ficar viúva, após a morte prematura, em 1844, do seu marido com apenas 32 anos, recebendo de herança alguns investimentos e 650 contos, dinheiro que a ajudou a investir, uma vez que a herança de seu pai ser–lhe–ia legada apenas pouco tempo depois.[39]

Apoiando–se, então, na estrutura empresarial já montada pelo seu pai e pelo seu tio/sogro, Dona Antónia toma o controlo dos negócios da família, tornando–se numa empresária incluída num mundo dominado por homens. Consegue nos anos seguintes aumentar esse mesmo património, numa época em que o Douro atravessava tempos difíceis.

38.(FIGUEIREDO, Cândido de - "Novo Dicionário da Língua Portuguesa", Edição de 1913, pag 1344) (CARVALHO, António José de e João de Deus - "Diccionario Prosodico de Portugal e Brazil", Edição de Lopes & C.ª sucessores de Clavel, 1890, pag 613)

39.(FAUVRELLE, Natália, e CLUNY, Isabel-"Dona Antónia uma vida singular", capitulo "O casamento esperado e a consolidação do património dos Ferreira", Edição do Museu do Douro, 2012, pag 22)

Durante a sua vida surgiram vários acontecimentos que a própria teve de ultrapassar sozinha, um deles está relacionado com uma tentativa de rapto à sua filha. Quando, o Duque de Saldanha percebe que Dona Antónia era possuidora de um património tão extenso, decidiu propor o casamento do seu filho, o Conde de Saldanha, com a filha Dona Maria da Assunção. Porém esta oferta acaba por ser recusada por Dona Antónia, alegando que a sua filha era muito nova para assumir esse compromisso, e perante o acontecido o Duque decide combinar o rapto de Dona Maria de Assunção com António Bernardo Ferreira III. Uma situação que obrigou a que mãe e filha, para sua proteção, se refugiem primeiramente em Vila Real na casa de uma conhecida e, posteriormente, partissem de Vigo com Francisco José da Silva Torres para Inglaterra.

Já em Londres, Dona Maria de Assunção ingressa no Colégio do Sagrado Coração Roehampton [40], habituando–se aos hábitos londrinos e usufruindo de uma educação muito superior àquela que teria em Portugal. Dona Antónia Adelaide Ferreira através dos conhecimentos que já tinha adquirido com o seu primeiro marido, continuou a conquistar e a investir em negócios, divulgando os vinhos que estava a produzir e internacionalizando assim a marca Antónia Adelaide Ferreira (AAF), que se tornaria símbolo de sucesso da sua empresa.

40.(FAUVRELLE, Natália, e CLUNY, Isabel-"Dona Antónia uma vida singular", capitulo "Da Régua para Londres D. Antónia Adelaide Ferreira, a união com Silva Torres", Edição do Museu do Douro, 2012, pag 32)

Enquanto Dona Antónia se encontrava em Londres, Joseph James Forrester permanecia em Portugal, demonstrando um carácter lutador, disciplinado, objetivo e pragmático. Este negociante britânico que veio para o Porto em 1831, sempre demonstrou uma grande paixão pelo Douro. Em constantes viagens que realizou no rio Douro, para visitar as Quintas do Douro, concebeu uma das obras mais importantes da época para o território Vinhateiro, O Mapa do Vinho do Distrito do Alto Douro [41] (ver página 56).

41.(Possível consultar no site https://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Alto_Douro_Forrester.jpg-consultado pela autora no dia 07.07.2019)

Nesta obra Forrester procurou traçar com rigor os limites cartográficos da Região Demarcada do Douro, denominada na época como Alto Douro, correspondendo as demarcações, pombalina e Marianas, estabelecidas entre 1757-1761 e 1788-1793. De seguida, marcou as cerca de 80 quintas que visitou. Forrester assinala apenas o espaço correspondente ao Douro Superior com a marcação das Quintas das Forneiras, Canais e Cláudio, na margem norte, e das Quintas de Santo Xisto, Vargelhas, Arnozelo, Vesúvio, Pocinho, Daniel, Tulhas, Olga e Silho, na margem sul.

Ainda a par desta marcação Joseph James Forrester, deixou algumas informações sobre a população, os obstáculos que encontrou à navegabilidade do rio, e sobre alguns costumes locais que o marcaram, nomeadamente a sua admiração pelos que viviam na pobreza sem proteção nem segurança próxima para os auxiliarem e mesmo assim transmitiam felicidade e acolhimento a quem ali passava.

"Coitados! no meio da sua mizeria, sem haver proximos estabelecimentos pios onde encontrem algun soccorro, apenas existem.... com tudo não ha povo no mundo mais docil, mais serviçal do que esta boa gente, que canta e reza como se vivesse na abundância, e não de privações e miseria. Vivem na ignorância, teem ouvido contar que em Portugal ha palacios, governos e authoridades, porém infelizmente estão mais habituados à opressão do que á proteção; e se por ventura são offendidos não tendo meios de recorrer à lei, defendem se como é natural ao homem." [42]

42.Norman Bennett, Joseph J. Forrester's viagem para o Douro, Estudos e & Documentos Douro, 20, 2005, p. 247)

Embora este mapa tenha sido uma encomenda feita a Forrester, o seu objetivo principal ao cartografar toda esta região, era dá–la conhecer ao mundo, fornecendo uma visão interna e externa e divulgando a qualidade dos vinhos que eram produzidos naquela zona.

Em 1835 e 1836 o país encontrava–se em crise, por consequência das guerras liberais e porque muitos dos produtores não conseguiam escoar o seu produto devido à interrupção das relações internacionais de Portugal com Inglaterra. Forrester opta então por tentar manter a firma a que pertencia ativa na exportação de vinhos, sendo exemplo disso a compra de vinhos a Dona Josefa Gertrudes Ferreira.

Nos anos 1850 e 1851 foi discutida em Londres a viabilidade de abolir as taxas de importação e promover o aprofundamento do free–trade [43] em Inglaterra, do qual Forrester era um forte defensor.

43. (que quer dizer Livre–comércio, um modelo de mercado no qual a troca de bens e serviços entre países não é afetada por restrições do estado)

Em 1853, o seu trabalho cartográfico torna–se público no jornal Periódico dos Pobres, onde todos passam a admirá-lo, divulgando o valor que este tinha em termos da utilidade e importância para o desenvolvimento do Douro Vinhateiro e para a sua projeção internacional.

Durante todos estes acontecimentos, Dona Antónia Adelaide Ferreira regressa de Londres a Portugal, em 1856, já casada com Francisco José da Silva Torres, um companheiro e amigo que a terá apoiado na viuvez, na preservação da sua casa, no crescimento das suas terras vinícolas e em todas as decisões tomadas por esta.

O negócio da empresa era então controlado pela família e por pessoas de alta confiança, tornando–se 'a família' a dimensão fundamental para o negócio, uma vez que todos os que entravam neste ou pertenciam, à descendência, ou eram de extrema confiança desta. Por isso, à frente dos escritórios e na gestão das quintas estavam pessoas da maior confiança da família Ferreira.

Desta forma, durante o legado de Dona Antónia este património herdado com 8 quintas evolui para um total de 40 quintas todas elas espalhadas pelas três sub-regiões da Região Demarcada do Douro. Sendo que, a incidência maior das



To find any place on the Map

The position of any place on the Map, will be found to be upon a line drawn from the centre of the INDICATOR *to the extremity of the Map and passing through the number in the* INDICATOR, *corresponding to that on the first Column of the following Table, opposite the name of the place.*

Table of the principal places in the Wine Districts of the Alto Douro.

Abaças	47 3	Gouvar	105 6	Pombello	51 4	Galeiras	55 2	Oliveira	54 1	Reris	124 7	Soutello	133 10	Villar de Gonas	115 6
Abelojo	83 3	Casal de Loivos	115 6	Ermelos	51 2	Gaviones	94 5	Paradella do Rispo	54 2	S.Isido da Pesqueira	130 8	Villa Secca d'Armamar	64 2
Alijó	150 7	Gabriels	96 0	Ervedosa	120 7	Gouvinhas	71 4	Paradella	67 4	Samodães	93 11	Villar de Maçadas	109 7
Alvarenga do Corgo	40 7	Gondreu	45 10	Estrada	48 2	Guiaens	59 5	Pinagreia	50 2	Samodaens	41 11	Travaseos	54 10
Alvarenga de Tanha	44 1	Guiavellatros	97 8	Favaios	118 6	Lamego	54 1	Pereyroncha	48 10	Sande	56 1	Tua	130 9	Villa Maior	30 10
Barqueiros	34 2	Gidadelha	34 1	Folgosa	62 2	Lameiro	35 10	Peixoto	84 4	Sanhoane	32 1	Valdejoens	55 1	Villa Jusão	32 2
Barrô	37 3	Gouveira	20 3	Folhadella	11 3	Mandiellas	50 3	Pisa da Regoa	47 —	S.to Adrião	77 3	Val de Mendiz	81 9	Quintas of	
Borrello	24 2	Guiares	128 6	Fontellas	57 1	Mezamonder	25 2	Pinhão	105 2	Xera do Marão	16 4	Valmoja	90 5	ROMEO	120 7
Barcos	83 4	Guastonton	13 3	Fontello	58 1	Malsoens	27 1	Poiares	31 1	S.Christovão	85 5	Vessuvio	142 11		
Candias	52 1	Gôtas	129 7	Fontes	23 2	Mazarêo	32 2	Provesende	52 1	Villa Marim	30 2				
Castanheiro	153 10	Goyas	86 5	Fornellos	10 2	Maria Morta	29 1	Proveizende	97 5	S.Martinho d'Anta	59 4	Villa Real	5 4		
Cotlide	138 8	Covelinhas	62 2	Gavilan	58 0	Nogueilla	127 9	Ribalonga	147 10	S.Miguel	53 0	Villar de Ronsão	94 5		

N.B. The numbers in the second Column, denote the time in hours, and quarters of hours, occupied in travelling from the Quinta de Forrester (Foz do Regoa) to any of the places opposite those numbers. The Author's property at S. Christovão is called 'Quinta das Aguias' or 'of the Eagles'.

Observations

The Vintage generally begins about the end of September, and concludes about the 20th October.
The new wines are brought down to Oporto chiefly in March and April.
During July, August, and September, the river is seldom navigable, owing to the drought.
& in December, January and February, the navigation is rendered difficult by the Freshes, which usually take place at that season.
The extreme length of the Wine District is eight Leagues.
The extreme breadth of the Wine District is three Leagues.

Explanation

Indication of a Parish of the district of the old Wine Company of the Alto Douro	+
High Roads	
Oaks, Chesnuts &c.	
Olives	
Pines	
Roman or Moorish remains	
Terraces of the Vineyards	
Chapel	
Stone Bridge	
Fields	
Farm or Quinta	
Waste Land	
Parish Church	
Rye Roads	
Limits of the Wine Districts	

Observations.

The whole Wine District is very unwholesome & thinly populated.
According to the census concluded in March 1842, the number of Houses in the Wine District of the Alto Douro, was 16283, being in the Province of Traz os Montes 11417
in Beira Alta 4163
in Beira Baixa 603 16183
In the towns without the limits of the Company's district, there were
in LAMEGO 1858
in Villa Real 1006
in S.João da Pesqueira 530
in the remaining & smaller towns 1897 5354
The total number of Houses, therefore, in the Country comprised within this Map was 21537

The soil about the Vines is turned, and the grapes are trodden, entirely by Gallegos, of whom about 8000 are employed at each season, but they remain only during the period of their labour ..... The grapes are cut by women and children, from the adjacent country, of whom great numbers find employment during the vintage ..... The only work done by the resident Farmer is the pruning of the vines.

SCALES.

Geographical Leagues.
Portuguese Leagues.
Actual Measure.

As adopted and published by the House of Commons.

To Illustrate of the Oldenau Price Essay on Portugal.

Published by John Weale, 59 High Holborn; Royston & Brown, 30 Old Broad Street, London. — J. Maclear, Princes Street, Edinburgh. & Cunningham, Oporto.
1843.

ROYSTON & BROWN, PRINTERS.

Baixo Corgo

Cima Corgo

Douro Superior

RIO DOURO

Escala:1/1 000.000

13 Quinta Caldas do Moledo,1863



36 Quinta de Caucella,1877



11 Quinta das Nogueiras,1853



30 Quinta de Lodeiro,1874



33 Quinta de Mera,1877

10 Quinta do Rodo,1834

01 Quinta de Travassos,1812



05 Quinta da Granja,1829



02 Quinta de Vallado,1818



04 Quinta de Vila Maior,1822



16 Quinta de Lourentim,1864

39 Quinta da Ribeira,1888



37 Quinta do Passadouro,1881



15 Quinta do Porto,1863

31 Quinta do Pêgo,1875



27 Quinta Porrais, 1872



18 Quinta do Tua,1864



23 Quinta do Mileu,1869



19 Quinta da Boavista,1865

17 Quinta de Aciprestes,1864



34 Quinta da Coalheira,1877



06 Quinta do Vesúvio,1830



21 Quinta de Arnozelo,1868

08 Quinta de Vargelhas,1831



25 Quinta da Ferreira,1871



24|26 Quinta Vale Bom e Quinta Vale da Pia,1871



38 Quinta do Vale Meão,1887

Referências Bibliográficas:

Maior, Visconde de Vila, " O Douro Ilustrado. Album do Rio Douro e Paiz Vinhateiro", Edições Livraria Universal de Magalhães & Moniz Editores, 1836

Ferreira, Natália Maria Fauvrelle da Costa, " Quintas do Douro. As Arquitecturas do Vinho do Porto", Edições Porto/Flup, 1999

Consultado dia 08.09.2019 "https://digitarq.cpf.dgarq.gov.pt/"

Consultado dia 08.09.2019

"https://www.academia.edu/25546575/As_quintas_vinhateiras_de_D._Ant%C3%B3nia_um_legado_para_o_Douro"

quintas vinhateiras encontram-se situadas na sub-região do Baixo Corgo, tal como é possível observar no mapa da página 62, denominado por "Mapa da Região Demarcada do Douro- Marcação do Património de Dona Antónia Adelaide Ferreira (o que herda e compra)".

1.3.2. Partilhas do Legado de Dona Antónia Adelaide Ferreira

A 26 de Março de 1896, Dona Antónia Adelaide Ferreira morre aos 84 anos, na sua casa da Quinta das Nogueiras localizada em Gondim, Peso da Régua. Tendo sido considerada por todos como umas das pessoas mais marcantes para o desenvolvimento do Douro Vinhateiro, foi apelidada como "A mãe dos pobres" [44] após a sua morte.

Esta designação foi–lhe atribuída por ter sido umas das pessoas que mais auxiliou na subsistência de algumas instituições e da população carenciada, num período em que o Douro passava por diversas crises.

Este mesmo espírito também pode ser constatado na leitura do Testamento deixado por Dona Antónia Adelaide Ferreira, onde reparte a sua herança por um conjunto extenso de pessoas e instituições com importância para si. O seu Testamento iniciava–se com uma solicitação aos seus herdeiros para que após a sua morte realizassem um enterro simples colocando o seu corpo no jazigo da família, construído pela própria no cemitério do Peso da Régua.[45]

De seguida mencionava como haveria de proceder na repartição dos seus bens pela família e alguns amigos de sua confiança, bem como por algumas instituições. Sendo assim, em relação às instituições Dona Antónia deixa uma quantia entre trezentos a quatrocentos mil réis, para as seguintes: o Hospital da Régua, o Senhor da Misericórdia de Jugueiros, o Senhor do Cruzeiro e do Santíssimo Sacramento, e também para o Asylo da Infância Desvalida de Villa Real.[46]

O restante legado é dividido em partes iguais para os seus dois filhos e seus respetivos netos e bisnetos, nomeadamente o seu filho António Bernardo Ferreira III e a sua filha Dona Maria de Assunção, Condessa de Azambujo, tal como é possível observar no mapa da página 63, denominado ""Mapa da Região Demarcada do Douro- Marcação do Património de Dona Antónia Adelaide Ferreira (o que deixa em testamento)". O objetivo desta repartição era que os dois filhos ficassem com uma quantia igual de bens, e que os administrassem não podendo vender os mesmos, nem usufruir destes para pagamento das suas dívidas. Por esta razão, no 1º Testamento elaborado por Dona Antónia Adelaide Ferreira, a 2 de Agosto de 1889, a mesma reparte a sua herança em duas partes iguais pelos dois filhos. Porém esta repartição passa a ser revogada no segundo testamento escrito em 26 de Março de 1896, dois anos antes de morrer,[47] onde a própria, alega que após ter pensado na situação percebeu que estaria a ser

44.(Possível consultar no site https://www.publico.pt/2011/07/03/jornal/uma-mulher--de-coragem-22331112 visitado em 30.07.2019)

45.(Arquivo Histórico da A. A. Ferreira- Documento consultado "Testamento com que faleceu. D. Antónia Adelaide Ferreira aos 2 de Agosto de 1889", Casa Ferreirinha, p. 2)

46.(Arquivo Histórico da A. A. Ferreira- Documento consultado "Testamento com que faleceu. D. Antónia Adelaide Ferreira aos 2 de Agosto de 1889", Casa Ferreirinha, p. 2 e 3)

47.(Arquivo Histórico da A. A. Ferreira- Documento consultado "Testamento com que faleceu. D. Antónia Adelaide Ferreira aos 31 de Março de 1896", Casa Ferreirinha, p. 11)

injusta para com a sua filha Dona Maria de Assunção, pois esta não tinha recebido nada da terceira parte da herança dos avós paternos e maternos, sendo apenas entregue exclusivamente a António Bernardo Ferreira III.

Por esta razão, e verificando que não estaria a deixar a mesma quantia de herança aos dois filhos, Dona Antónia, neste segundo testamento, opta por fazer a divisão da seu património em três partes diferentes, deixando uma parte a cada filho com a mesma quantia para ambos e dividindo a terceira parte da herança de forma desigual pelos dois filhos, deixando duas partes dessa à sua filha Dona Maria de Assunção, Condessa de Azambujo e uma terça parte ao seu filho António Bernardo Ferreira III, com objetivo de igualar a fortuna de ambos.[48]

Para além disto, Dona Antónia deixa também em testamento a repartição igual das ações da empresa "*A Ferreirinha*" a cada um dos seus filhos, uma decisão que obrigava a que os dois irmãos fossem obrigados a aprender a trabalhar em conjunto para gerir este grande património vinhateiro. Herdaram casas e mobiliário de grande valor, bem como joias pertencentes a Dona Antónia Adelaide Ferreira e também para cada um, foi deixado alguns armazéns que se distribuíram da seguinte forma, à Condessa de Azambujo, foram deixados alguns de Vila Nova de Gaia e também de Peso da Régua, ficando os restantes de Vila Nova de Gaia para o seu filho António Bernardo Ferreira III.

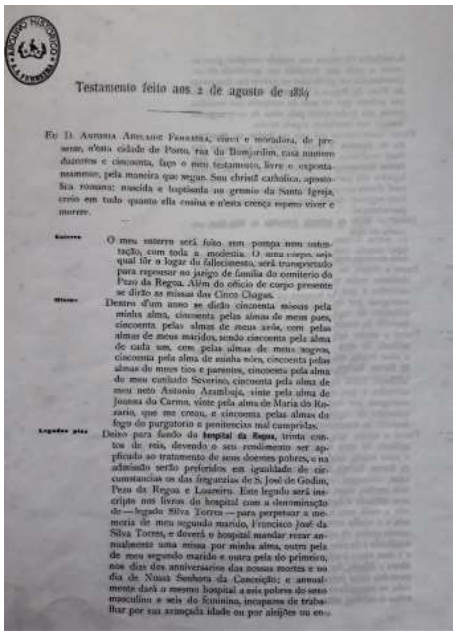
Desta forma, se observarmos o mapa da página 63, conseguimos compreender como é feita a distribuição deste património pelos dois filhos e como é que o mesmo se encontra atualmente, num total de 40 quintas localizadas por toda a Região Demarcada do Douro, esta divisão foi determinada da seguinte forma: para a Condessa de Azambujo e seus filhos um total de quinze quintas, nomeadamente: a de Travassos (01); Granja (05); Per-o-Couto; Quebrada; Caldas de Moledo (13); Lourentim (16); Arnozello (21); Vale Bom (26); Vale da Pia (24); Piscais; Cristelo; Sampaio; Pousa; Vale de Meão (38) e Vargelhas (08) as mesmas que se encontravam maioritariamente localizadas pelas regiões do Cima-Corgo e Douro Superior, tal como é possível observar no mapa. Para António Bernardo Ferreira III foi deixado em testamento um conjunto de vinte e duas quintas, nomeadamente: a do Vallado (02); Monte; Villa Maior (04); Vesúvio (06); Rodo (10); Nogueiras (11); Santinho; Porto (15); Aciprestes (17); Boavista (19); Negrilhos; Mileu (23); Serro; Porrais (27); Lodeiro (30); Pego (31); Mera(33); Coalheira (34); Caucella (36), Ribeira (39), Tua (18) e Passadouro (37) as mesmas que se encontram maioritariamente localizadas nas regiões do Baixo-Corgo e Cima-Corgo.[49]

Deixa as restantes para a empresa administrada pelos dois irmãos, correspondendo a um total de três quintas: Ortigueira; Setes Casas e Passadouro.

48.(Arquivo Histórico da A. A. Ferreira- Documento consultado "Testamento com que faleceu. D. Antónia Adelaide Ferreira aos 31 de Março de 1896", Casa Ferreirinha, p. 12)

49.(Arquivo Histórico da A. A. Ferreira- Documento consultado "Projecto para as Partilhas da Herança da Exma. Senhora D. Antónia Adelaide Ferreira", Casa Ferreirinha, 1896)

1º e 2º Testamento (1889-1896) partilhas das propriedades



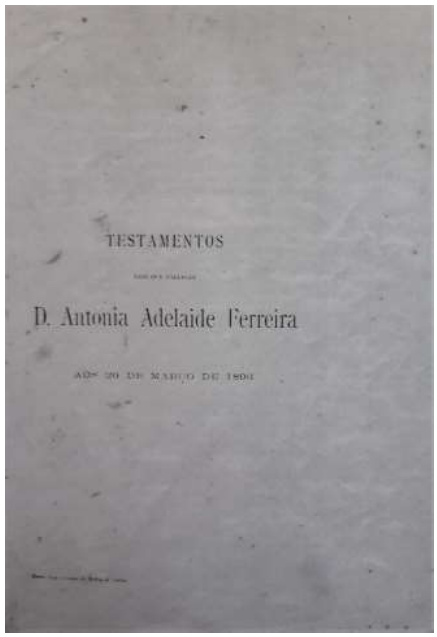
Testamento feito aos 2 de agosto de 1889

Eu D. Antonia Adelaide Ferreira, viuva e moradora, de presente, n'esta cidade do Porto, rua do Bomjardim, casa numero duzentos e cincoenta, faço o meu testamento, livre e espontaneamente, pela maneira que segue. Sou christã catholica, apostolica romana: nascida e baptisada no gremio da Santa Igreja, creio em tudo quanto ella ensina e n'esta crença espero viver e morrer.

Enterro — O meu enterro será feito sem pompa nem ostentação, com toda a modestia. O meu corpo, seja qual fôr o logar do fallecimento, será transportado para repousar no jazigo de familia do cemiterio do Prado da Regoa. Além do officio de corpo presente se dirão as missas das Cinco Chagas.

Missas — Dentro d'um anno se digão cincoenta missas pela minha alma, cincoenta pelas almas de meus paes, cincoenta pelas almas de meus avós, cem pelas almas de meus maridos, sendo cincoenta pela alma de cada um, cem pelas almas de meus sogros, cincoenta pela alma de minha nóra, cincoenta pelas almas de meus tios e parentes, cincoenta pela alma de meu cunhado Severino, cincoenta pela alma de meu neto Antonio Azambuja, sinte pela alma de Joanna da Carma, vinte pela alma de Maria do Rosario, que me creou, e cincoenta pelas almas do fogo do purgatorio e penitencias mal cumpridas.

Legados pios — Deixo para fundo do **hospital da Regoa**, trinta contos de reis, devendo o seu rendimento ser applicado ao tratamento de seus doentes pobres, e na admissão serão preferidos em igualdade de circumstancias os das freguezias de S. José de Godim, Prado da Regoa e Loureiro. Este legado será inscripto nos livros do hospital com a determinação de—legado Silva Torres—para, perpetuar a memoria de meu segundo marido, Francisco José da Silva Torres, e deverá o hospital mandar rezar annualmente uma missa por minha alma, outra pela de meu segundo marido e outra pela do primeiro, nos dias dos anniversarios das nossas mortes e no dia de Nossa Senhora da Conceição; e annualmente dará o mesmo hospital a seis pobres do sexo masculino e seis do feminino, incapazes de trabalhar por sua avançada idade ou por aleijões ou en-



TESTAMENTOS

D. Antonia Adelaide Ferreira

AOS 20 DE MAIO DE 1896

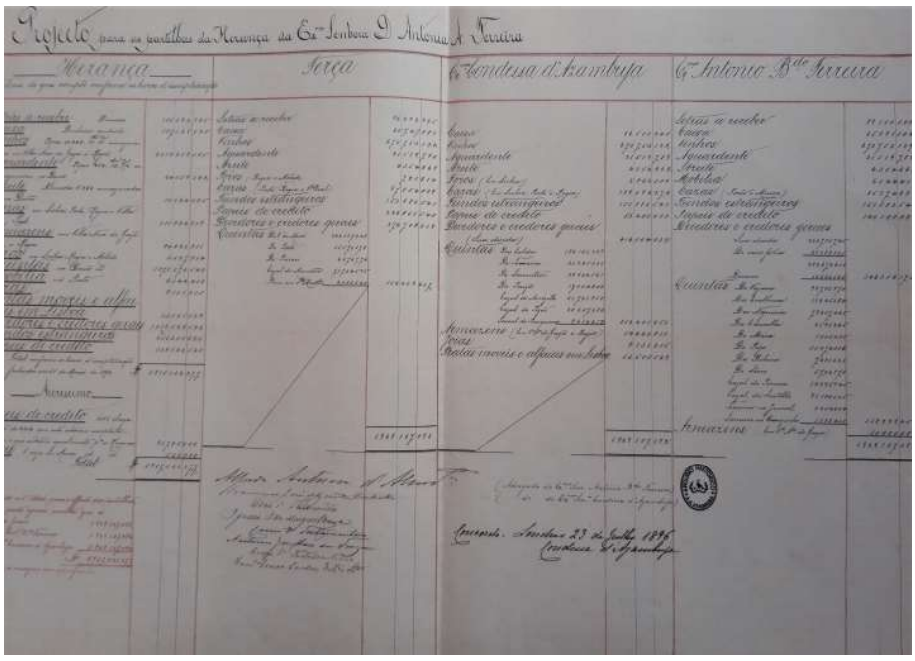


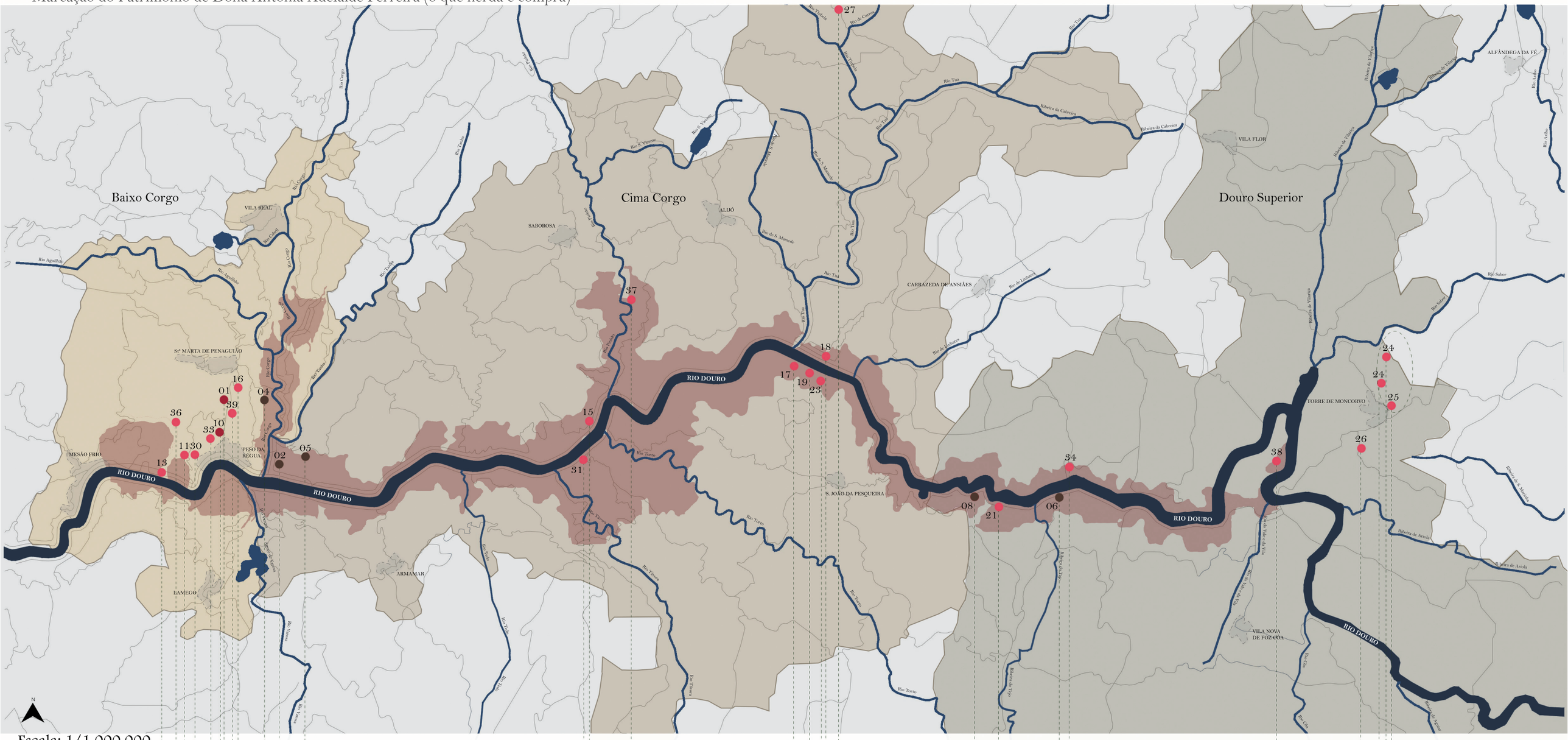
Fig. 22(Consultado no Arquivo Histórico da A. A. Ferreira visitado em 13.08.2019)

Durante o século XX algumas destas quintas pertencentes ao património, foram vendidas a empresas importantes e de renome no mercado vinhateiro, tais como a Sogrape e a Symington. Outras quintas foram também vendidas a proprietários privados, como a Quinta das Nogueiras-Lodeiro e Travassos, vendidas António Monteiro um proprietário privado, morador de Peso da Régua, também de renome na localidade por ser um dos maiores possuidores de propriedades locais. Outras ainda permanecem nos descendentes e por eles são cuidadas, como é o caso da propriedade da Quinta do Vallado e a Quinta de Vila Maior. [50]

Concluindo, Dona Antónia foi muito importante para o desenvolvimento do Douro Vinhateiro, contribuindo de todas as formas para ajudar os vitícultores, bem como tentou sempre superar todos os obstáculos e todas as crises que foram surgindo no Douro. Por todos estes motivos, hoje ainda é lembrada e homenageada através da entrega anual do "Prémio Dona Antónia", destinado a distinguir as mulheres que mais se evidenciaram no mundo empresarial português.

Desta forma, o Património de Dona Antónia tem uma presença referencial em toda a região, no Baixo-Corgo, no Cima Corgo e Douro Superior, sendo que as quintas do Baixo Corgo encontram-se em maior número e localizam-se em zonas de formações graníticas, explicando, desta forma, a presença deste material na construção dos edifícios que a integram, um tema que será aprofundado no capitulo seguinte.

50. (FAUVRELLE, Natália, e CLUNY, Isabel-"Dona Antónia uma vida singular", segundo capitulo "As Quintas Vinhateiras de D. Antónia- um legado para o Douro", Edição do Museu do Douro, 2012)



Escala: 1/1 000.000

05 Qtª da Granja | Comprada por ABF, 1829
02 Qtª do Vallado | Comprada por ABF I, 1818
04 Qtª de Vila Maior | Comprada por ABF I, 1822
16 Qtª Lourentim | Comprada por DAAF, 1864
39 Qtª da Ribeira | Comprada por DAAF, 1888
01 Qtª de Travassos | Comprada por JBF, 1812
10 Qtª do Rodo | Comprada por JBF, 1834
33 Qtª de Mera | Comprada por DAAF, 1877
30 Qtª do Lodeiro | Comprada por DAAF, 1874
11 Qtª das Nogueiras | Comprada por DAAF, 1853
36 Qtª da Caucella | Comprada por DAAF, 1877
13 Qtª Caldas de Moledo | Comprada por DAAF, 1863

37 Qtª Passadouro | Comprada por DAAF, 1881
15 Qtª do Porto | Comprada por DAAF, 1863
31 Qtª do Pêgo | Comprada por DAAF, 1875

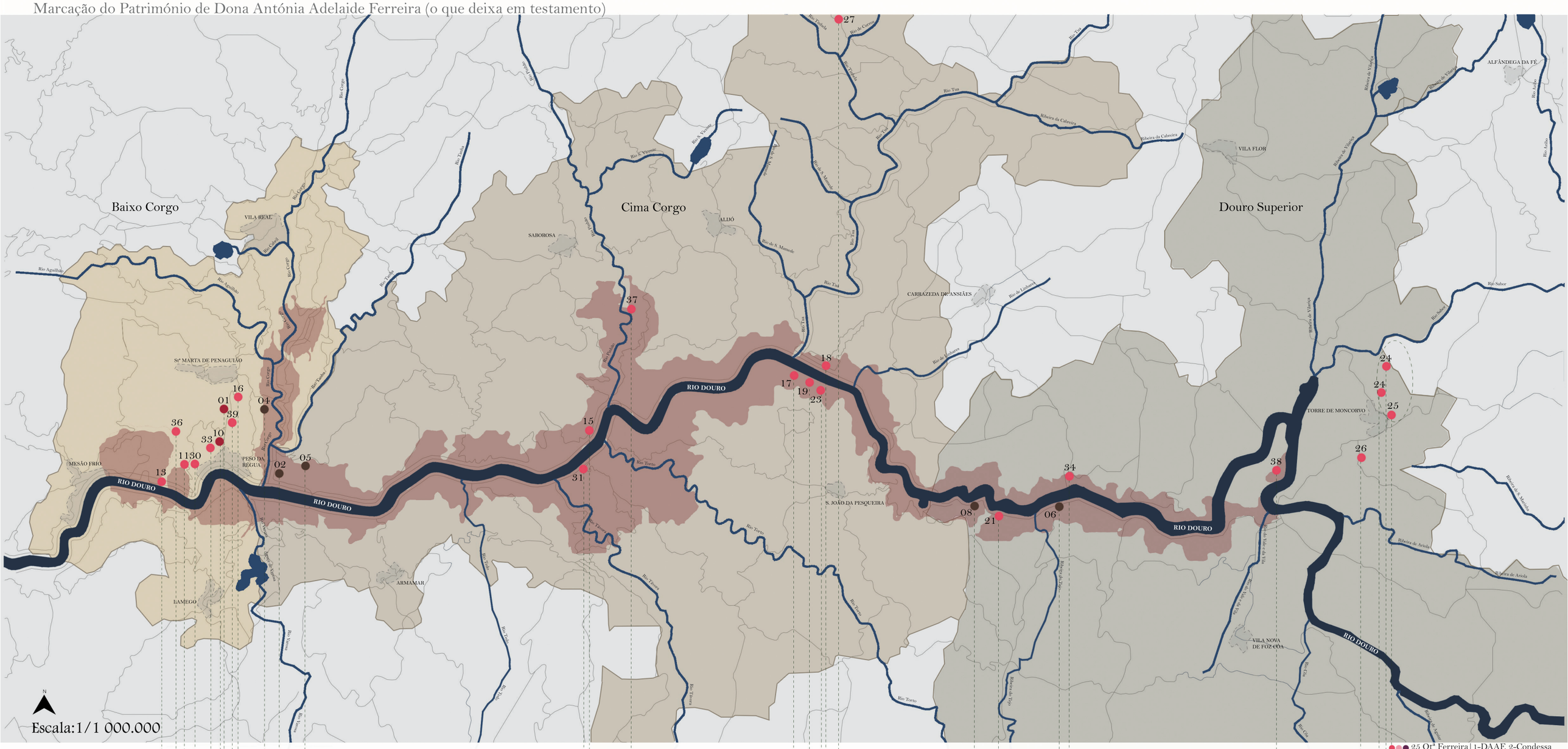
17 Qtª de Acipreste | Comprada por DAAF, 1864
19 Qtª Boavista | Comprada por DAAF, 1865
23 Qtª de Mileu | Comprada por DAAF, 1869
18 Qtª do Tua | Comprada por DAAF, 1864
27 Qtª de Porrais | Comprada por DAAF, 1872
08 Qtª de Vargelhas | Comprada por ABF I, 1831
21 Qtª de Arnozelo | Comprada por DAAF, 1868
06 Qtª do Vesúvio | Comprada por ABF I, 1830
34 Qtª da Coalheira | Comprada por DAAF, 1877
38 Qtª do Vale Meão | Comprada por DAAF, 1887
26 Qtª Vale Bom | Comprada por DAAF, 1871
24 Qtª Vale Pia | Comprada por DAAF, 1871
25 Qtª Ferreira | Comprada DAAF, 1871

Legenda:

- ABF I - António Bernardo Ferreira I
- JBF - José Bernardo Ferreira
- DAAF - Dona Antónia Adelaide Ferreira

Referências Bibliográficas:

Desenho do Território elaborado pela autora
http://mapas.dgterritorio.pt/viewer/index.html
Forrester, Joseph James, "mapa da Região Demarcada do Douro", edições "as adopted and published by the house of commons", 1843
Consultado dia 09.09.2019
"https://www.academia.edu/25546575/As_quintas_vinhateiras_de_D._Ant%C3%B3nia_um_legado_para_o_Douro"
Consulta no Arquivo A. A. Ferreira "Partilhas Dona Antónia Adelaide Ferreira, 1889", referência AHC_00067



- 25 Qtª Ferreira | 1-DAAF, 2-Condessa Azambujo, 3-Empresa Pública
- 24 Qtª da Vale Pia | 1-DAAF, 2-Condessa de Azambujo, 3-Empresa Pública
- 26 Qtª Vale Bom | 1-DAAF, 2-Condessa Azambujo, 3-Empresa Pública
- 34 Qtª Coalheira | 1-DAAF, 2-ABF III, 3-Privado
- 06 Qtª do Vesúvio | 1-ABF I, 2-ABF III, 3-Pública
- 38 Qtª Vale Meão | 1-DAAF, 2-Condessa Azambujo, 3-Descendentes
- 21 Qtª de Arnozelo | 1-DAAF, 2-Condessa de Azambujo, 3- Empresa Pública
- 08 Qtª de Vargelhas | 1-ABF I, 2-Condessa de Azambujo, 3-Empresa Pública
- 27 Qtª de Porrais | 1-DAAF, 2-ABF III, 3-Descendentes
- 18 Qtª do Tua | 1-DAAF, 2-ABF III, 3-Empresa Pública
- 23 Qtª de Mileu | 1-DAAF, 2-ABF III, 3-Empresa Pública
- 19 Qtª Boavista | 1-DAAF, 2-ABF III, 3-Empresa Pública
- 17 Qtª de Acipreste | 1-DAAF, 2-ABF III, 3-Empresa Pública
- 05 Qtª da Granja | 1-ABF I, 2-Condessa de Azambujo, 3- Privado
- 37 Qtª Passadouro | 1-DAAF, 2-ABF III e 3- Empresa Pública
- 02 Qtª do Vallado | 1-ABF I, 2-ABF III e 3-Descendentes
- 15 Qtª do Porto | 1-DAAF, 2-ABF III e 3-Empresa Pública
- 04 Qtª de Vila Maior | 1-ABF I, 2-ABF III e 3-Descendentes
- 31 Qtª do Pêgo | 1-DAAF, 2-ABF III e 3-Empresa Pública
- 16 Qtª Lourentim | 1-DAAF, 2-Condessa de Azambujo e 3-Proprietário Privado
- 39 Qtª da Ribeira | 1-DAAF, 2-ABF III e 3-Empresa Pública
- 01 Qtª de Travassos | 1-JBF, 2-Condessa de Azambujo e 3- Proprietário Privado
- 10 Qtª do Rodo | 1-JBF, 2-ABF III e 3-Empresa Pública
- 33 Qtª de Mera | 1-DAAF, 2-ABF III e 3- Descendentes
- 30 Qtª do Lodeiro | 1-DAAF,2-ABF III e 3-Proprietário Privado
- 11 Qtª das Nogueiras | 1-DAAF, 2-ABF III e 3-Proprietário Privado
- 36 Qtª da Caucella | 1-DAAF, 2-ABF III e 3-Proprietário Privado
- 13 Qtª Caldas de Moledo | 1-DAAF, 2-Condessa de Azambujo e 3-Empresa Pública

Legenda:

- Até morte de DAAF
- Geração dos Filhos
- Situação Actual
- António Bernardo Ferreira I
- José Bernardo Ferreira
- Dona Antónia Adelaide Ferreira
- Condessa de Azambujo(D. Maria de Assunção)
- António Bernardo Ferreira III
- Descendentes
- Proprietário Privado
- Empresa Pública

Referências Bibliográficas:

Desenho do Território elaborado pela autora
http://mapas.dgterritorio.pt/viewer/index.html
Forrester, Joseph James, "mapa da Região Demarcada do Douro", edições "as adopted and published by the house of commons", 1843
Consultado dia 09.09.2019
"https://www.academia.edu/25546575/As_quintas_vinhateiras_de_D._Ant%C3%B3nia_um_legado_para_o_Douro"
Consulta no Arquivo A. A. Ferreira "Partilhas Dona Antónia Adelaide Ferreira, 1889", referência AHC_00067

Tabela de orientação para o 1º capítulo									
Nº Qta	Ano de Compra	Quem adquiriu	Designação	Localização das Quintas				Testamento de DAAF	
				RDD	Concelho	Freguesia	Caminho-de-ferro	1º Herdeiro	Actualmente
01	1812	JBF	Quinta de Travassos	Baixo Corgo	Peso da Régua	Loureiro	-	Condesa de Azambujo	Prop. Privado
02	1818	ABF I	Quinta do Valado	Cima Corgo	Peso da Régua	Vilarinho de Freires	Linha do Corgo	ABF III	Descendentes
04	1822	ABF I	Quinta de Vila Maior	Baixo Corgo	S. Marta Penaguião	Alvações do Corgo	-	ABF III	Descendentes
05	1829	ABF I	Quinta da Granja	Cima Corgo	Peso da Régua	Vilarinho dos Freires	-	Condesa de Azambujo	Prop. Privado
06	1830	ABF I	Quinta de Vesúvio	Douro Superior	V. N. Foz Côa	Numão	Linha do Douro	ABF III	Emp. Publica
08	1831	ABF I	Quinta de Vargelhas	Douro Superior	S. J. Pesqueira	Vale Figueira	Linha do Douro	Condesa de Azambujo	Emp. Publica
10	1834	JBF	Quinta do Rodo	Baixo Corgo	Peso da Régua	Gondim	Linha do Douro	ABF III	Emp. Publica
11	1853	DAAF	Quinta da Nogueira	Baixo Corgo	Peso da Régua	Gondim	Linha do Douro	ABF III	Prop. Privado
13	1863	DAAF	Quinta das Caldas de Moldo	Baixo Corgo	Peso da Régua	Fontelas| Mesão Frio	Linha do Douro	Condesa de Azambujo	Emp. Publica
15	1863	DAAF	Quinta do Porto	Cima Corgo	Saborosa	Covas do Douro	Linha do Douro	ABF III	Emp. Publica
16	1864	DAAF	Quinta de Lourentim	Baixo Corgo	S. Marta Penaguião	São João de Lobrigos	-	Condesa de Azambujo	Prop. Privado
17	1864	DAAF	Quinta de Aciprestes	Cima Corgo	S. J. Pesqueira	Soutelo do Douro	-	ABF III	Emp. Publica
18	1864	DAAF	Quinta do Tua	Cima Corgo	Ribalonga	Carrezeda de Ansiães	Linha do Douro	ABF III	Emp. Publica
19	1865	DAAF	Quinta da Boavista	Cima Corgo	S. J. Pesqueira	Soutelo do Douro	-	ABF III	Emp. Publica
21	1868	DAAF	Quinta de Arnozelo	Douro Superior	V. N. Foz Côa	Numão	Linha do Douro	Condesa de Azambujo	Emp. Publica
23	1869	DAAF	Quinta de Mileu	Cima Corgo	S. J. Pesqueira	Soutelo do Douro	-	ABF III	Emp. Publica
24	1871	DAAF	Quinta do Vale da Pia	Douro Superior	Vila Flor	Sampaio	-	Condesa de Azambujo	Emp. Publica
25	1871	DAAF	Quinta da Ferreira	Douro Superior	Vila Flor	Sampaio	-	Condesa de Azambujo	Emp. Publica
26	1871	DAAF	Quinta de Vale Bom	Douro Superior	Vila Flor	Sampaio	-	Condesa de Azambujo	Emp. Publica
27	1872	DAAF	Quinta de Porrais	Cima Corgo	Candedo	Murça	-	ABF III	Descendentes
30	1874	DAAF	Quinta de Lodeiro	Baixo Corgo	Peso da Régua	Gondim	Linha do Douro	ABF III	Prop. Privado
31	1875	DAAF	Quinta do Pêgo	Cima Corgo	Valença Douro	Tabuaço	-	ABF III	Emp. Publica
33	1877	DAAF	Quinta de Mera	Baixo Corgo	Peso da Régua	Gondim	Linha do Douro	ABF III	Descendentes
34	1877	DAAF	Quinta da Coalheira	Douro Superior	Seixo de Ansiães	Carrezeda de Ansiães	-	ABF III	Prop. Privado
36	1877	DAAF	Quinta de Caucella	Baixo Corgo	?	?	-	ABF III	Prop. Privado
37	1881	DAAF	Quinta do Passadouro	Cima Corgo	?	?	-	ABF III	Emp. Publica
38	1887	DAAF	Quinta do Vale Meão	Douro Superior	V. N. Foz Côa	Vila Nova de Foz Côa	-	Condesa de Azambujo	Descendentes
39	1888	DAAF	Quinta da Ribeira	Baixo Corgo	Peso da Régua	Gondim	-	ABF III	Emp. Publica

Organigrama do segundo capítulo da dissertação

3-Destas quintas em análise foi selecionado quatro quintas para servirem de comparação entre elementos.

- A Qta. de Travassos, representa uma ligação com a vida de Dona Antónia Adelaide Ferreira;
- A Qta. do Vallado, distinguiu-se em relação ás outras pela sua evolução ao longo do tempo, ao integrar no seu conjunto construído o desenvolvimento do enoturismo;
- A Qta. de Vila Maior, destaca-se das restantes pela sua forma de implantação estando situada num ponto de destaque no território.
- A Qta. das Nogueiras-Lodeiro, localiza-se num ponto central da cidade de Peso da Régua, o que implica uma forma distinta de implantação e integração do aglomerado populacional.

2- Sub-Região do Baixo Corgo

- A sub-região mais pequena em relação às restantes, correspondendo a 18% da Região Demarcada do Douro;
- Caracterizando-se por um território com um declive menos acentuado e uma aproximação ao rio
-Região Demarcada do Douro dividida em três sub-regiões, Baixo-Corgo, Cima-Corgo e Douro Superior.

1- Escolha de quais as quintas a analisar e a localização delas

- As quintas para análise localizam-se na sub-região do Baixo-Corgo;
- Um total de 9 quintas, nomeadamente, Caldas de Moledo, Rodo, Nogueiras-Lodeiro, Mera, Ribeira, Travassos, Vila Maior, Lourentim, Valado.

Implantação, Organização e distribuição funcional de um Património Vinhateiro

4- Análise sobre a implantação das Quintas

- As Quintas em análise estão implantadas nas montanhas que circunscrevem um vale e voltadas para os dois afluentes, rio Corgo e a ribeira da Meia Légua.
- As condições morfológicas e bioclimáticas dos terrenos propiciam a implantação das quintas.
- A pendente e o declive do terreno representa outro fator que influencia a implantação das quintas.
- A cota de implantação de uma quinta é importante porque influência o ângulo de visão que cada uma detém sobre o terreno.
- A última característica está relacionada com a forma de acessibilidade que cada quinta tinha para chegar ao cais de Peso da Régua, o único meio antigamente existente para o escoamento do produto.

2º Capítulo

5- Organização dos elementos do conjunto construído em dois sub-conjuntos.

- Estão agrupados pelas seguintes áreas: Habitação, Produção e Paisagem;
- E distribuídas em duas qualificações: logística e funcionalidade, ou simbologia e representatividade;

6- Áreas de organização.

- Habitação: englobas as construções que representam arquitectónica e simbolicamente a propriedade, bem como permite manter activa a produtividade da quinta;
- Produção: engloba as construções que apoiam a produção vinícola da quinta, incluíndo outras estruturas que permitam a produção de outros produtos;
- Paisagem: todos os elementos que fornecam destaque à propriedade na paisagem (jogos de água, miradouros, etc.) e toda a área destinada a produção vitícola e outros produtos.

Análise da Quinta e a sua organização

8- Pontos em destaque no estudo sobre estas quatro quintas.

- Divisão da propriedade em 2 secções;
- Localização dos elementos do conjunto construído na secção com menor declive do território, deixando a outra secção destinada à plantação viticola;
- Umas dispõem o seu conjunto construído longitudinalmente no terreno, outras organizam-se centralmente no terreno formando um "nucleo".
- A casa do Proprietário encontra-se sempre acoplada à construção da capela;
- Utilizar a produção de vinho pela força da gravidade, nas construções do edifício que engloba os lagares e a adega;
- Entre outros pontos analisados e apresentados no fim do capítulo.

7- Análise de cada uma das quatro quintas selecionadas.

- Qta.ª de Travassos;
- Qtaª do Vallado;
-Qtaª de Villa Maior;
-Qtaª das Nogueiras-Lodeiro.

"Mais frequente é, no entanto, o emparcelamento, quer através da aquisição de vários prédios, reunidos depois numa grande propriedade, quer através de «arrendamentos», reunindo parcelas contíguas à propriedade inicial. Formam-se assim quintas enormes de várias centenas de hectares de terras. A compra é facilitada pela ruína de muitos lavradores e pela desvalorização do preço da terra. É o caso de muitas das propriedades de Dona Antónia Adelaide Ferreira, a maior proprietária do Douro,..."*51* (GASPAR Martins, "A Produção de um espaço regional O Alto Douro no tempo da Filoxera, Revista da faculdade de Letras 2016)

"Tudo começa na quinta a ideia, o plano, a organização e a preparação dos meios. Tudo acaba na quinta, as vinhas, as uvas, a colheita, o lagar, o armazém, as pipas e as garrafas." *52* (GASPAR Martins, "A Produção de um espaço regional O Alto Douro no tempo da Filoxera, Revista da faculdade de Letras 2016)

2. Implantação e distribuição funcional de um importante património vinhateiro

O património de Dona Antónia Adelaide Ferreira distinguiu-se devido à importância que representa no desenvolvimento da Região Demarcada do Douro. Para além de ter sido um dos maiores patrimónios existentes nesta região, foi também transformado ao longo do tempo devido aos acontecimentos que se sucederam no Douro (mencionados no primeiro capítulo).

Um património que era composto por 40 quintas, todas elas localizadas nas três sub-regiões da Região Demarcada do Douro, ou seja, distribuídas por diversos pontos do Baixo-Corgo, Cima-Corgo e Douro Superior. A união destas três sub-regiões forma a região que está assinalada por diferentes pluralidades e diversidades que se vão alterando ao longo de toda a extensão de terreno, traduzindo-se assim, numa variedade de características morfológicas e bioclimáticas que determinam o tipo de produção de vinho e o desenho das suas paisagens.

Neste segundo capítulo ir-nos-emos concentrar maioritariamente na parte do legado de Dona Antónia que se insere na sub-região do Baixo-Corgo, que embora seja uma sub-região com menor dimensão em relação às restantes, ocupando uma área de 45.000 hectares que corresponde a 18% da área total de terreno da Região Demarcada do Douro, foi também a primeira sub-região a ser ocupada pela plantação vitivinícola. [53]

Algo que só foi possível porque o território da sub-região do Baixo--Corgo apresenta um declive menos acentuado e uma aproximação ao rio, tendo um clima húmido e terrenos mais férteis. [54] A ocupação agrícola apostou numa relação de escala de maior proximidade com a população local, o que facilitava a produção vitivinícola. Apresenta também nos seus terrenos excelentes condições morfológicas e bioclimáticas com destaque para os que se situam entre o Rio Soromenha e o Rio Corgo, uma área de terreno apetecível onde estavam localizadas algumas das quintas pertencentes ao património de Dona Antónia Adelaide Ferreira.

Para além do que já foi referido, esta sub-região concentrava um polo comercial importante, devido à construção de um cais de escoamento e entrega de mercadorias que se encontrava localizado nas margens do Rio Douro, facilitando a acessibilidade das quintas a este cais, permitindo maiores trocas comerciais e a criação de relações com novos investidores. [55] Desta forma, nesta sub-região estão localizadas, em diferentes freguesias, as quintas pertencentes ao património que produziam vinho de Feitoria, as mesmas que passaremos a referir.

A outra sub-região que iremos mencionar é a do Cima-Corgo que está situada entre a sub-região do Baixo-Corgo e a do Douro Superior. Apresenta

53. (TRIGO, Jorge Miguel -"Arquitectura e Construção de paisagem. O Douro e a Adega da Quinta do Granjal", Tese de Mestrado Integrado, Faculdade de Arquitectura,2016,pag 27)

54. (FERREIRA, Natália Maria Fauvrelle da Costa -"Quintas do Douro As Arquitectura do Vinho do Porto", Dissertação de Mestrado em História da Arte de Portugal,FLUP 1999,pag 17)

55. (PINA, Maria Helena Mesquita, - " Alguns reflexos sobre as acessibilidades no Alto Douro", Revista da Faculdade de Letras - Geografia I série, vol. XII|XIII, Porto 1996/7;,pag 83)

uma área de 95. 000 hectares, que se traduz em 38% do total da área do território que corresponde à Região Demarcada do Douro. [56]

Esta Sub-região, não será mencionada com grande destaque uma vez que, inicialmente, a concentração de propriedades e o investimento foram menores nesta zona em comparação com a anterior sub-região, devido às características que os seus terrenos apresentavam.

A sub-região do Cima-Corgo é, então, caracterizada por um território com um declive acentuado com a presença de linhas de água e por um clima húmido. As características da topografia adaptadas à cultura da vinha realçam na paisagem as várias curvas de nível que constituem o seu declive, uma situação que só acontece pela forma de implantação que as quintas adquirem, colocando no terreno os muros de xisto que sustentam os socalcos pré-filoxéricos de forma a delimitarem as várias altimetrias presentes. Estas formas trabalhadas destacam na paisagem as características morfológicas e bioclimáticas.

Porém e como o objetivo da análise a fazer neste segundo capítulo é estudar algumas das quintas implantadas na sub-região do Baixo-Corgo, nesta sub-região apenas será relevante estudarmos o início da sua formação, ou seja, o local onde está implantada a Quinta do Vallado, que pertence ao património da Dona Antónia e que está localizada na freguesia de Vilarinho de Freires, na encosta do monte de Poiares na margem direita do rio Corgo.

56. (TRIGO, Jorge Miguel -"Arquitectura e Construção de paisagem. O Douro e a Adega da Quinta do Granjal", Tese de Mestrado Integrado, Faculdade de Arquitectura,2016,pag 27)

Baixo Corgo

Cima Corgo

SANTA MARTA DE PENAGUIÃO

01 Quinta de Travassos

02 Quinta do Vallado

04 Quinta de Vila Maior

10 Quinta do Rodo

11 Quinta das Nogueiras

13 Quinta de Caldas de Moledo

16 Quinta de Lourentim

30 Quinta do Lodeiro

33 Quinta de Mera

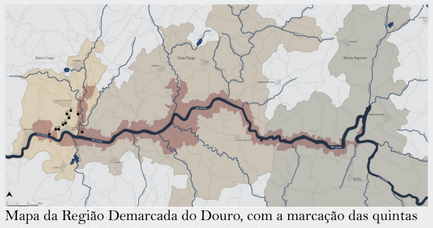
39 Quinta da Ribeira

PESO DA RÉGUA

MESÃO FRIO

ARMAMAR

Escala: 1/500.000



Mapa da Região Demarcada do Douro, com a marcação das quintas existentes no Baixo Corgo - elaborada pela autora

Legenda dos Rios Ribeiras

0 Rio Douro
1 Rio Corgo
2 Rio do Sordo
3 Rio Aguilhão
4 Ribeira de Tanha
5 Rio Teixeira
6 Rio da Seromenha
7 Rib. da meia Légua
8 Rio Ceira
9 Rib. São Martinho
10 Rio Cabril
11 Rio Varosa
12 Açude do Varosa
13 Rib. de Temilobos
14 Rio Tedo

Legenda dos Pontos Altos do Território

0 Penedo Ruívo
1 Seixinhos (Serra do Marão)
2 Serra da Graça
3 São Silvestre
4 Santa Sabina
5 São Gonçalo
6 Medrões
7 Mesquitela (Serra do Poio)
8 Fonte da Mesa (Serra do Poio)
9 Santa Comba
10 São Pedro (Senhora da Graça)
11 Moinho de Veato
12 São Domingos
13 Fraga da Pena
14 Vale do Açor
15 São Leonardo
16 Espírito Santo
17 Asseixas
18 Serra da Guia
19 Marinha
20 Marmeial
21 Forca
22 Marinhela

Legenda das Freguesias

I Fontelas
II Gondim
III Loureiro
IV Lobrigos
V Vilarinho de Freires
VI Cidadelhe
VII Vila Marim
VIII Brunhais
IX Moura Morta
X Sanhoane
XI Sedielos
XII Fontes
XIII Alvações do Corgo
XIV Nogueiras
XV Texeiró
XVI Vilarelho
XVII Teixeira
XVIII Tresouras
XIX Santa Marinha do Zêzere
XX Loivos da Ribeira
XXI Frende
XXII Barqueiros
XXIII Santa Cristina
XXIV Poiares
XXV Abaças
XXVI Galafura
XXVII Guiães
XXVIII Paradela de Guiães
XXIX Gouvinhas
XXX Adorigo
XXXI Vila Seca
XXXII Santa Leocádia
XXXIII Santo Adrião
XXXIV Folgosa
XXXV Vacalar
XXXVI Aldeias
XXXVII Parada do Bispo
XXXVIII Valdigem
XXXIX Figueira
XL Cambres
XLI Sande
XLII Almacave
XLIII Ferreiros de Avões
XLIV Samadães
XLV Avões
XLVI Penajóia
XLVII Barrô
XLVIII São Martinho de Mouros
XLIX São João de Fontoura
L Resende

Legenda do Mapa

- Divisão da Região Demarcada do Douro
- Grupo de Quintas escolhidas para análise
- Quinta com Banhos Termais, Hotel e Plantação da Vinha
- Quintas vitivinícolas
- Escola Profissional e Rural do Desenvolvimento do Rodo
- Quinta destinada à plantação vitícola
- Linha do Campo de Visão
- Ângulo de Visão

Fotografias das Quintas escolhidas para análise

1. Quinta do Valado



Fotografia tirada da Quinta de Vila Maior voltada para a Quinta do Vallado.

2. Quinta de Travassos



Fotografia tirada da Quinta de Vila Maior voltada para a Quinta de Travassos.

3. Quinta das Nogueiras
Quinta do Lodeiro



Fotografia tirada da Quinta de Vila Maior voltada para a Quinta das Nogueiras e do Lodeiro.

Referências Bibliográficas:

Desenho elaborado pela autora
http://mapas.dgterritorio.pt/viewer/index.html
http://epic-webgis-portugal.isa.ulisboa.pt
https://earth.google.com/web/@41.16015905,-7.77284843,141.01445957a,2994.24805149d,35y,305.75329435h,0t,0r
Fotografias tiradas pela autora

2.1 Freguesias e quintas do património, localizadas na sub-região do Baixo-Corgo e Cima-Corgo

Uma vez que a maior parte das quintas pertencentes ao património de Dona Antónia, estão localizadas na sub-região do Baixo-Corgo, como anteriormente mencionámos, prosseguimos com uma descrição breve sobre a localização das mesmas. Porém esta análise será elaborada através de uma explicação em sequência que incide sobre as freguesias onde as quintas se localizam, com o objetivo de facilitar a compreensão do espaço onde as mesmas estão inseridas. Apoiando-se no mapa da "Análise do Território da sub-região do Baixo-Corgo - freguesias e respetivas quintas" da página 70, começamos a análise a poente, prosseguindo para nascente.

Sendo assim, Fontelas (I) é a primeira freguesia que está localizada numa área montanhosa com um clima quente e pouca presença de plantação vitivinícola, embora a que existe consiga contribuir para produzir vinho de feitoria fino.[57]

A quinta pertencente ao património de Dona Antónia e aqui localizada, é a quinta de Caldas de Moledo, que foi adquirida em 1863, sendo uma propriedade composta por um Hotel, Banhos Termais e uma área destinada à produção vitivinícola, azeite e hortas. Esta quinta, por estar situada numa zona despovoada, veio proporcionar alguma comodidade aos habitantes quer ao nível do descanso e convívio como também ao nível da saúde. Estes Banhos Termais funcionavam numa distribuição em ciclo, ou seja, iniciavam-se num banho quente e finalizavam numa diminuição gradual da temperatura. Este sistema de organização e climatização dos banhos termais ajudava a população no tratamento de algumas doenças, como por exemplo, as reumáticas, as hepáticas e as sifilíticas. [58] Em 1875 é expropriada parte da área da cardenha devido à concretização da passagem da linha de caminho-de-ferro.

A segunda freguesia é a de Gondim (II), um local com grandes paisagens marcadas pela presença do rio Douro e de uma região montanhosa. Tem um clima ameno com uma boa temperatura do ar, uma situação proporcionada pelo facto desta freguesia estar rodeada por montanhas. Por este motivo foi um sítio maioritariamente procurado pela população, o que originou que as quintas aqui localizadas se encontrem integradas no aglomerado populacional. A produção vitivinícola é composta principalmente pela produção de vinho de feitoria fino, juntamente com a produção de azeite, milho e feijão.[59]

Nesta freguesia encontram-se algumas quintas pertencentes ao património em estudo, nomeadamente a Quinta do Rodo, de Nogueiras-Lodeiro, de Mera e a da Ribeira, todas elas integradas no aglomerado populacional.

A Quinta do Rodo, foi adquirida em 1834, é uma propriedade que detém uma área aproximadamente de 10 hectares, apresentando uma boa exposição

57. (LISBOA, Academia Real das Ciências de; -"Memorias economicas da Academia Real das Sciencias de Lisboa, : para o adiantamento da agricultura, das artes, e da industria em Portugal, e suas conquistas", Edição 1789, Capitulo IV ,pag 46)

58. (FAUVRELLE, Natália, e CLUNY, Isabel-"Dona Antónia uma vida singular", segundo capitulo "As Quintas Vinhateiras de D. Antónia- um legado para o Douro", Edição do Museu do Douro, 2012, pag 50)

59. (LISBOA, Academia Real das Ciências de; -"Memorias economicas da Academia Real das Sciencias de Lisboa, : para o adiantamento da agricultura, das artes, e da industria em Portugal, e suas conquistas", Edição 1789, Capitulo V ,pag 51)

solar e, por isso, uma excelente produção vitivinícola, que rendia quase 200 pipas de vinho. [60] Esta quinta também produzia azeite e cereais, bem como outros produtos agrícolas decorrentes da plantação de pomares e hortas.

Mais tarde, cerca de 7.6 hectares pertencentes à quinta foram alugados à secção Agrícola da Escola Técnica da Régua, denominada atualmente por Escola Profissional e Rural de Desenvolvimento do Rodo.

Dos vários elementos pertencentes ao seu conjunto construído destaca-se o armazém de produção de azeite e a azenha, cuja roda hidráulica ainda hoje se conserva em ótimo estado.[61]

A Quinta das Nogueiras, foi adquirida em 1853, é uma propriedade formada por área de plantação, produção e habitação. Esta quinta correspondeu ao local de residência de Dona Antónia após o seu segundo casamento, durante as visitas que a mesma fazia às diversas propriedades no Douro. O seu conjunto construído é composto pela casa do Proprietário, um edifício construído na segunda metade do seculo XVIII e ampliado no final do seculo XIX; pela casa do caseiro, que consiste numa construção setecentista, do tipo casa Sobrado, ou seja, uma moradia composta por dois pisos que está dividida por área de produção no piso inferior, e área de habitação no piso superior, o mesmo construído em pavimento de madeira. E, por fim, pela plantação da vinha que ocupa uma extensão de 6 hectares juntamente com uma área de plantação de pomares, e os respetivos recursos necessários para a produção vinícola nomeadamente os Lagares e a Adega.

A Quinta do Lodeiro, foi adquirida em 1874, e foi comprada para agregar e aumentar a área da Quinta das Nogueiras, que estava localizada na mesma rua. É uma propriedade constituída por dois casais, voltados para a rua de acesso e denominados por Lodeiro de Cima (com capela) e Lodeiro de Baixo (sem capela). [62] Em ambos os edifícios pertencentes ao conjunto construído, vemos construções do tipo casa sobrado, com o mesmo sistema de organização funcional descrito na Quintas das Nogueiras.

A Quinta de Mera, foi adquirida em 1877, e tal como a anterior também foi comprada para aumentar a área de plantação vinícola da Quinta das Nogueiras. Foi adquirida como forma de pagamentos de dívidas, sendo vendida a Dona Antónia apenas a parte destinada à área de plantação permanecendo na quinta a área destinada à habitação.[63]

Por fim, a Quinta da Ribeira, foi adquirida em 1888, e tal como a anterior serviu como forma de pagamento de dívidas.

A terceira freguesia que referimos é a de Loureiro (III), situada numa encosta com vista para toda a Régua, é caracterizada por ser uma freguesia muito extensa com terrenos férteis que apostam na produção vitivinícola, na produção de pão e de madeiras. Esta freguesia era a que abastecia a população e os

60 e 61. (FAUVRELLE, Natália, e CLUNY, Isabel--"Dona Antónia uma vida singular", segundo capitulo "As Quintas Vinhateiras de D. Antónia- um legado para o Douro", Edição do Museu do Douro, 2012, pag 60)

62. (FAUVRELLE, Natália, e CLUNY, Isabel-"Dona Antónia uma vida singular", segundo capitulo "As Quintas Vinhateiras de D. Antónia- um legado para o Douro", Edição do Museu do Douro, 2012, pag 55)

63. (FAUVRELLE, Natália, e CLUNY, Isabel-"Dona Antónia uma vida singular", segundo capitulo "As Quintas Vinhateiras de D. Antónia- um legado para o Douro", Edição do Museu do Douro, 2012, pag 55)

mercados de Mesão Frio e Peso da Régua.

A quinta aqui situada é a de Travassos, que corresponde à primeira quinta adquirida para o património, tendo sido comprada em 1812. É a propriedade onde estava localizada a residência dos pais de Dona Antónia Adelaide Ferreira e da própria até à morte do seu primeiro marido. Esta quinta está situada numa encosta com vista para o vale de Jugueiros [64] e está distribuída ao longo dos socalcos, de forma a tirar partido do declive do terreno. Um exemplo deste aproveitamento é a casa do Proprietário, que está adossada ao terreno, e implantada em forma de L sendo composta por três pisos.

64. (MONTEIRO, Manuel, - "O Douro : principaes quintas, navegação, culturas, paisagens e costumes / Manuel Monteiro." Editora Emílio Biel & Cª Editores, Porto 1911;,pag 73)

A quarta freguesia, e última, é a de Lobrigos (IV), que é caracterizada por abranger terrenos que apresentam condições favoráveis para a produção de vinhos de feitoria fino, sendo os melhores os que estão situados nas margens do rio Corgo, mais concretamente no lugar de Vila Maior. Tal como descrito por Francisco Pereira Rebelo da Fonseca:

> "Ao Sul de S. Miguel está situada a Freguezia de Lobrigos, que pelo Poente confina com a de Sanhoane, pelo Nascente com o rio Corgo, e pelo Sul com a Freguesia do Pezo da Regua: tem esta Freguezia uma grande produção de vinhos de embarque, os quaes para a parte do Rio Corgo, e lugar de Villa-maior são finos" [65]

65. (LISBOA, Academia Real das Ciências de; -"Memorias economicas da Academia Real das Sciencias de Lisboa, : para o adiantamento da agricultura, das artes, e da industria em Portugal, e suas conquistas", Edição 1789, Capitulo V ,pag 50)

E também como descrito por Gaspar Martins Pereira no seu livro "O Douro":

> "No período pombalino é no Baixo Corgo que se concentram as maiores explorações e as maiores adegas, em especial nas freguesias da Régua, Gondim, S.João de Lobrigos, S.Miguel de Lobrigos e Cambres."[66]

66. (PEREIRA, Gaspar Martins, - "O Douro. A vinha, o vinho e a região de Pombal a João Franco", CENPA,Porto 1990,pag 15)

Existem algumas quintas pertencentes ao património que se localizam nesta freguesia, respetivamente a quinta de Lourentim e a quinta de Vila Maior.

A primeira quinta é a de Lourentim, foi adquirida em 1864, tendo sido umas das primeiras quintas onde se apostou nas experiências de diversas formas de plantação vinícola.

Esta quinta apresenta uma zona destinada à plantação de amoreiras e outra destinada à plantação vinícola, servindo de apoio à mesma a construção modesta de um armazém composto por lagares e adega. No seu conjunto construído também integra a casa do caseiro, e, uma vez que esta quinta se encontrava próxima da quinta das Nogueiras, não integrava a casa do proprietário, sendo esta função garantida pela construção já existente na quinta das Nogueiras.

Por fim, a quinta integra as ruínas de uma capela existente que remonta ao século XVIII, localizada no ponto mais alto da propriedade, junto à área de plantação de vinhas e junto ao ponto de entrada da mesma, o que facilitava naquela altura o acesso da população do exterior ao interior da capela para assistir às cerimónias religiosas.

A quinta de Vila Maior foi adquirida em 1822 e está localizada numa das margens do rio Corgo, no Lugar de Vila Maior, sendo uma propriedade destinada à plantação e produção vitivinícola. Em relação à área de plantação, esta ocupa quase toda a extensão de terreno da quinta. Já em relação à área de produção, esta ocupa um edifício composto por dois pisos, encontrando-se a adega no piso inferior e os lagares no piso superior, mantendo estes dois espaços uma ligação visual interna através de uma mezanine localizada no piso superior com vista para o piso inferior. Este edifício tem outra particularidade, pois no piso superior, para além do espaço dos lagares, encontra-se também, construída junto a estes, a antiga casa do caseiro e da sua família.

Terminando a análise das freguesias que integram as quintas do património localizadas no Baixo-Corgo, prosseguimos para a análise da freguesia onde se localiza a quinta do Vallado.

No limite definido pelo rio Corgo, inicia-se a sub-região do Cima-Corgo com a freguesia de Vilarinho dos Freires. Esta freguesia assenta na margem pertencente ao monte do Poiares, sendo caracterizada por um declive acentuado com terrenos que apresentam excelentes condições para a produção de vinhos de feitoria finos.[67] As quintas pertencentes a esta freguesia e à sub-região do Cima-Corgo, implantam o seu conjunto construído longitudinalmente no terreno e pintam-no em tons neutros.

67. (LISBOA, Academia Real das Ciências de; -"Memorias economicas da Academia Real das Sciencias de Lisboa, : para o adiantamento da agricultura, das artes, e da industria em Portugal, e suas conquistas", Edição 1789, Capitulo VII ,pag 58)

Um exemplo deste tipo de implantação é a Quinta do Valado, que estabelece o seu conjunto construído longitudinalmente no terreno e paralelamente ao rio Corgo tal como acontece com a quinta vizinha implantada na margem oposta, nomeadamente a Quinta de Vila Maior. A Quinta do Vallado destaca-se também na paisagem pelo desenho cuidado da topografia do local, mantendo uma continuidade entre o presente/passado/futuro. O seu conjunto construído é composto pela casa do Proprietário, casa do Caseiro, capela, lagares e adega. Atualmente é a primeira quinta que apostou em algo inovador como o enoturismo.

Tendo analisado este território e sendo estas as sub-regiões com as melhores condições para a plantação vitivinícola, iremos selecionar quatro quintas das dez mencionadas anteriormente. Esta seleção foi feita tendo em conta a implantação das quintas no terreno e o tipo de funcionamento a que as mesmas se destinam.

Sendo assim, escolhe-se para analisar com mais detalhe as seguintes quatro quintas:

A quinta de Travassos, que se implanta no terreno de forma a relacionar-se com a envolvente e aproveitar as melhores características do terreno. Para além deste facto, o seu conjunto construído encontra-se completo e adequado às funções da quinta. Esta quinta também apresenta uma relação importante com a vida de Dona Antónia e com os momentos iniciais de aquisição do seu património.

A quinta do Vallado, que, tal como a anterior, é composta por um conjunto construído completo que corresponde a todas as funções a que a quinta se destina. Mas principalmente, porque foi a quinta que se distinguiu em relação às outras pela sua evolução ao longo do tempo ao integrar no seu conjunto construído o desenvolvimento do enoturismo.

A quinta de Vila Maior, porque embora esta quinta não inclua a casa do Proprietário nem a capela no seu conjunto construído, distingue-se das restantes pela sua forma de implantação ao situar-se num ponto de destaque no território adquirindo assim uma visão sobre todas as outras e servindo quase como polo de união entre todas.

E, por fim, a quinta das Nogueiras-Lodeiro, porque tal como a primeira esta quinta também mantem uma relação com Dona Antónia, sendo a sua residência após o seu segundo casamento e até morrer. Para além disso, esta quinta localiza-se num ponto central da cidade de Peso da Régua o que implica uma forma destinta de implantação e integração no aglomerado populacional.

Em relação às restantes quintas, a razão por que não foram selecionadas deveu-se aos seguintes motivos:

A quinta do Rodo, como apresenta um carácter mais educacional, não possibilita a comparação com as outras quintas ao nível do seu conjunto construído, porque obrigatoriamente este irá ser diferente.

A mesma situação acontece com a quinta de Caldas de Moledo, que está mais direcionada para o público e para tratamentos ao nível da saúde, o que impossibilita uma comparação com as outras quintas ao nível do seu conjunto construído pois o mesmo exige diferentes elementos para responder às suas funções.

As restantes quintas, nomeadamente, a de Lourentim, de Mera e da Ribeira não foram escolhidas por falta de informação disponível em relação às mesmas, e que permita complementar este estudo, por este motivo a comparação e análise para com as outras quintas pertencentes ao património não se torna exequível.

Tabela de orientação para o 2º capítulo														
Nº Qta	Ano Compra	Designação	Freguesia RDD	Factores de escolha	Organização interna de uma quinta								
					Habitação					Produção		Paisagem	
					Simbologia e Representatividade		Logística e Funcionalidade			Simbologia e Representatividade	Logística e Funcionalidade	Simbologia e Representatividade	Logística e Funcionalidade
					Proprietário	Capela	Proprietário	Caseiro	Cardenhos	Estruturas que apoiem a produção	Adega e os Lagares	Muros de limitação da propriedade, portão de entrada principal,…	Plantação da vinha, Laranjeiras, oliveiras, pomares e hortas
01	1812	Quinta de Travassos	Loureiro Baixo Corgo	Representa a vida DAAF e o começo da aquisição deste património	√	√	√	√	x	x	√	√	√
02	1818	Quinta do Valado	Vilarinho de Freires Cima Corgo	Evolução ao integrar no seu conjunto construído o enoturismo	√	√	√	√	√	√	√	√	√
04	1822	Quinta de Vila Maior	São João Lobrigos Baixo Corgo	Situada num ponto de destaque adquirindo visão sobre todas	x	x	x	√	x	√	√	√	√
10	1834	Quinta do Rodo	Gondim Baixo Corgo	Apresenta um caracter mais educacional	-	-	-	-	-	-	-	-	-
11	1853	Quinta da Nogueira	Gondim Baixo Corgo	Localiza-se num ponto central de Peso da Régua, integração do aglomerado populacional	√	√	√	√	√	x	√	√	√
13	1863	Quinta Caldas de Moledo	Fontelas Baixo Corgo	Direcionada para o público e para tratamentos ao nível da saúde	-	-	-	-	-	-	-	-	-
16	1864	Quinta de Lourentim	São João Lobrigos Baixo Corgo	Falta de informação existente	-	-	-	-	-	-	-	-	-
30	1874	Quinta de Lodeiro	Gondim Baixo Corgo	Junção de dois casais | Localiza-se num ponto central de Peso da Régua, integração do aglomerado populacional	√	√	√	√	x	x	√	√	√
33	1877	Quinta de Mera	Gondim Baixo Corgo	Falta de informação existente	-	-	-	-	-	-	-	-	-
39	1888	Quinta da Ribeira	Gondim Baixo Corgo	Falta de informação existente	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Este conjunto de desenhos, da página 80 e 81, apresenta uma análise relativa às lógicas de implantação no território das quatro quintas vinhateiras. Esta análise só é relevante uma vez que estabelece relações entre as quintas pertencentes ao mesmo património.

O património em estudo pertence a Dona Antónia Adelaide Ferreira e foi adquirido pela seguinte ordem, tal como apresentado no esquema 1: primeiro, Quinta de Travassos, em 1812 por JBF, segundo, Quinta do Valado, em 1818 por ABF I, terceiro, Quinta de Vila Maior, em 1822 por ABF I, e por último Quinta das Nogueiras-Lodeiro, em 1858 -1874 por DAAF. [68]

68. (PEREIRA, Gaspar Martins & OLAZABAL, Maria Luísa Nicolau de Almeida, - "Dona Antónia, Dona Editora ASA, Porto 1996; ,pag 163 a 193, capitulo Cronologia da História de Portugal, Cronologia de Dona Antónia Adelaide Ferreira)

As quatro quintas localizadas nesta parte do território formam entre si um limite quadrilátero abstrato, pois os pontos que as representam são aproximadamente equidistantes entre si, ainda que as mesmas estejam inseridas num vale compreendido entre dois afluentes que desaguam no rio Douro, que são a ribeira da Meia Légua, a poente, e o rio Corgo, a nascente.

Este vale onde se localizam as quintas, está também dividido por três linhas de festo que correspondem às montanhas de São Gonçalo, a poente, de São Pedro (Senhora da Graça), a norte, e ao monte de Poiares, a nascente. Causando assim, a formação de um local plano no seu centro apresentado no mapa pelas letras a, b e c, e que circunscreve a aglomeração de Peso da Régua, que apresentava o antigo cais de escoamento de produtos, e que por isso se tornou a freguesia mais importante desta sub-região.

Sendo assim, as quintas em análise estão implantadas nas encostas que circunscrevem este vale, voltadas para os dois afluentes que o atravessam. Assim, as quintas das Nogueiras-Lodeiro e a de Travassos, encontram-se voltadas para a ribeira da Meia Légua na margem poente e localizam-se na encosta da montanha de São Gonçalo. As Quintas do Valado e de Vila Maior estão voltadas para o rio Corgo cada uma localizada numa margem do rio, nomeadamente Valado a nascente na encosta do monte de Poiares e Vila Maior a norte na encosta da montanha de São Pedro (Senhora da Graça).

Neste sentido, evidenciar que este vale é dividido por estes afluentes é relevante, porque os mesmos representam um dos fatores que caracterizam a posição das quintas, visto que estas implantam-se próximo das linhas de água para poderem usufruir das mesmas no sistema de rega, algo que podemos atestar ao ler o que o Visconde de Vila Maior escreve sobre a Quinta de Valado (1)[69], mencionando esta mesma procura. Uma situação idêntica acontece também com as restantes quintas (2),(3) e (4).

69. (VILLA MAIOR, Visconde de - "Douro Ilustrado , Album do Rio Douro e Paiz Vinhateiro," Livraria universal de Magalhães & Moniz Editores, 1836, página 137)

Outra questão que também está presente e é fundamental para a escolha destes locais prende-se com as condições morfológicas e bioclimáticas que os

terrenos apresentam e que propiciam a implantação das quintas. Por exemplo, os terrenos nas margens do rio Corgo são considerados como uns dos que apresentam melhores condições para a produção vitivinícola, permitindo a produção de vinho de alta qualidade, denominado de vinho de feitoria.

Torna-se também relevante mencionar quais as montanhas que circunscrevem este vale, uma vez que estas determinam a pendente do terreno onde as quintas se vão implantar.

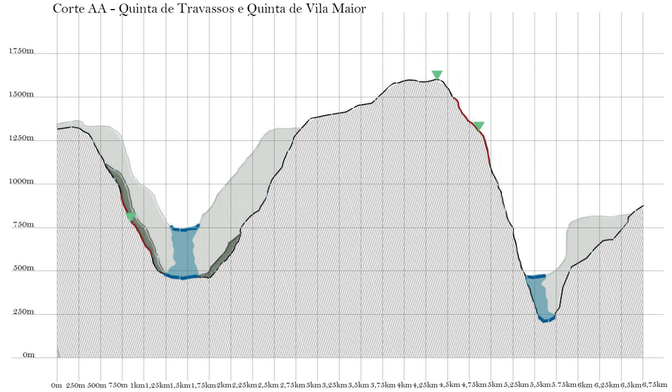
Se observarmos o mapa, e o esquema 2, constatamos que duas quintas estão implantadas a poente (1 e 2) e outras duas a nascente (3 e 4). Porém, nem todas apresentam a mesma pendente, existindo três que estão implantadas em terrenos com um declive acentuado que são: a Quinta de Travassos (2), a do Valado (3) e a de Vila Maior (4). Embora estas quintas correspondam a propriedades com grande declive, implantam-se no terreno de forma diferente. A Quinta do Valado corresponde a uma propriedade com uma forma mais oval, aproveitando a extensão do terreno nos dois sentidos embora privilegiando o sentido em que o mesmo se apresenta o mais de nível possível, a quinta de Vila Maior apresenta uma implantação mais estreita e alongada no terreno com os seus limites definidos a nascente pela construção de habitações. A quinta de Travassos apresenta uma combinação das implantações das outras duas quintas, ou seja, podemos dizer que tende para uma forma ovalada, ainda que relativamente alongada e tira proveito da topografia apresentando uma parte mais plana. A Quinta de Nogueiras-Lodeiro (1), apresenta um declive mais atenuado, uma vez que se localiza próxima do lugar de Peso da Régua num local relativamente plano. Por esta razão os limites desta propriedade estarão menos condicionados à topografia do terreno.

Esta característica relativa à pendente | declive do terreno representa outro fator que influencia a implantação das quintas, determinando que, quanto maior for o declive que o terreno apresenta mais distantes são os limites de propriedade da quinta no seu comprimento maior, pois esta desenvolve-se de forma mais estreita e alongada crescendo no sentido em que o mesmo se apresenta o mais de nível possível e tentando contornar este declive através da plantação da vinha em socalcos. Porém se o declive for reduzido, os limites da quinta são controlados por fatores que não dependem diretamente da topografia, e a plantação pode ser marcada pela vinha ao alto.

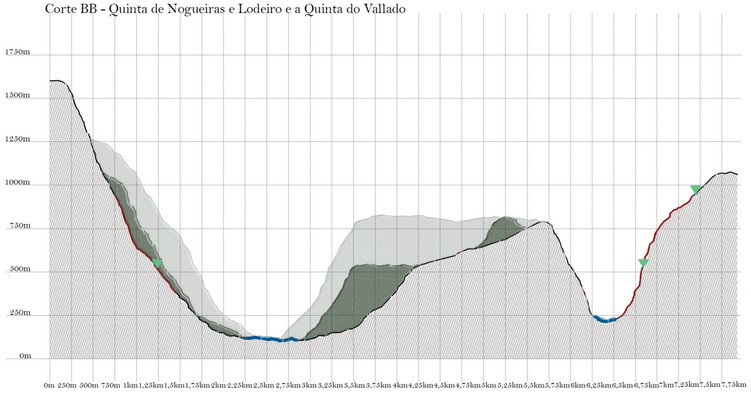
Desta forma, podemos constatar que as quintas vinhateiras mantêm uma relação entre a pendente do terreno onde se implantam, a forma dos limites da propriedade e as técnicas de cultivo que praticam.

Uma outra característica que podemos observar no mapa e no esquema 3, prende-se com a cota a que cada quinta se implanta. Através da observação dos cortes que estão representados, podemos perceber que três destas quintas

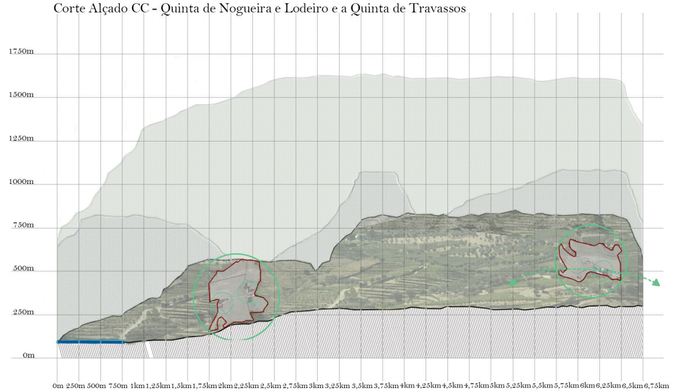
Corte AA - Quinta de Travassos e Quinta de Vila Maior



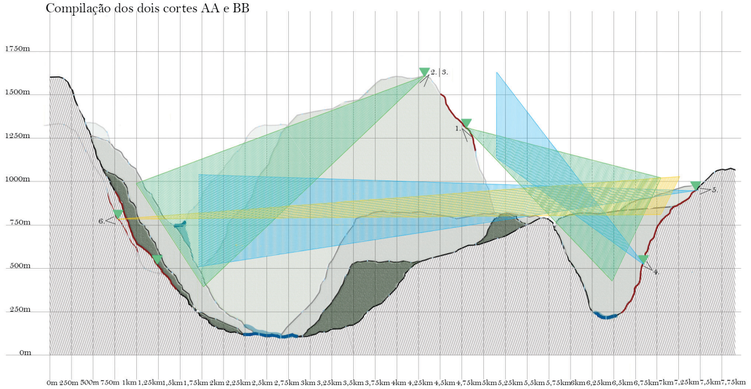
Corte BB - Quinta de Nogueiras e Lodeiro e a Quinta do Vallado



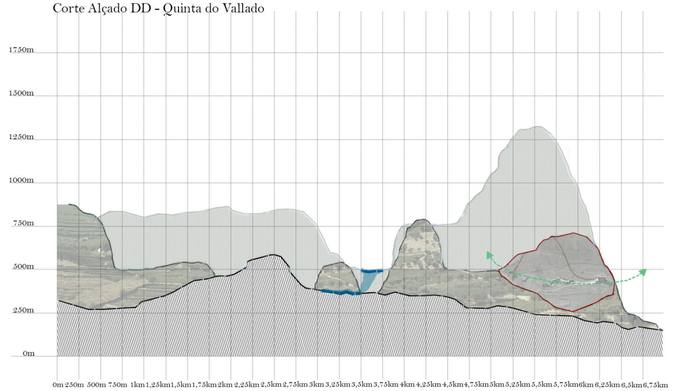
Corte Alçado CC - Quinta de Nogueira e Lodeiro e a Quinta de Travassos



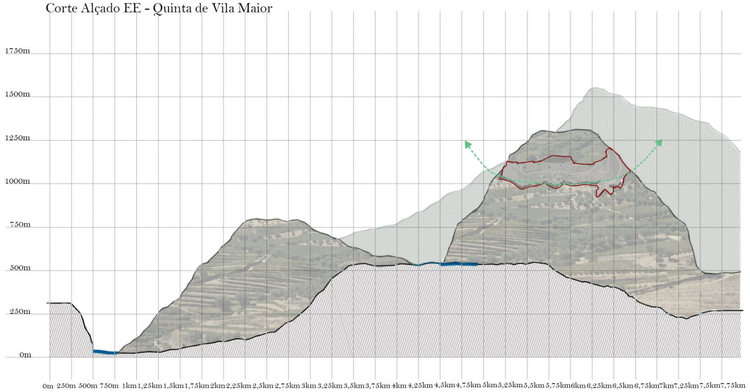
Compilação dos dois cortes AA e BB



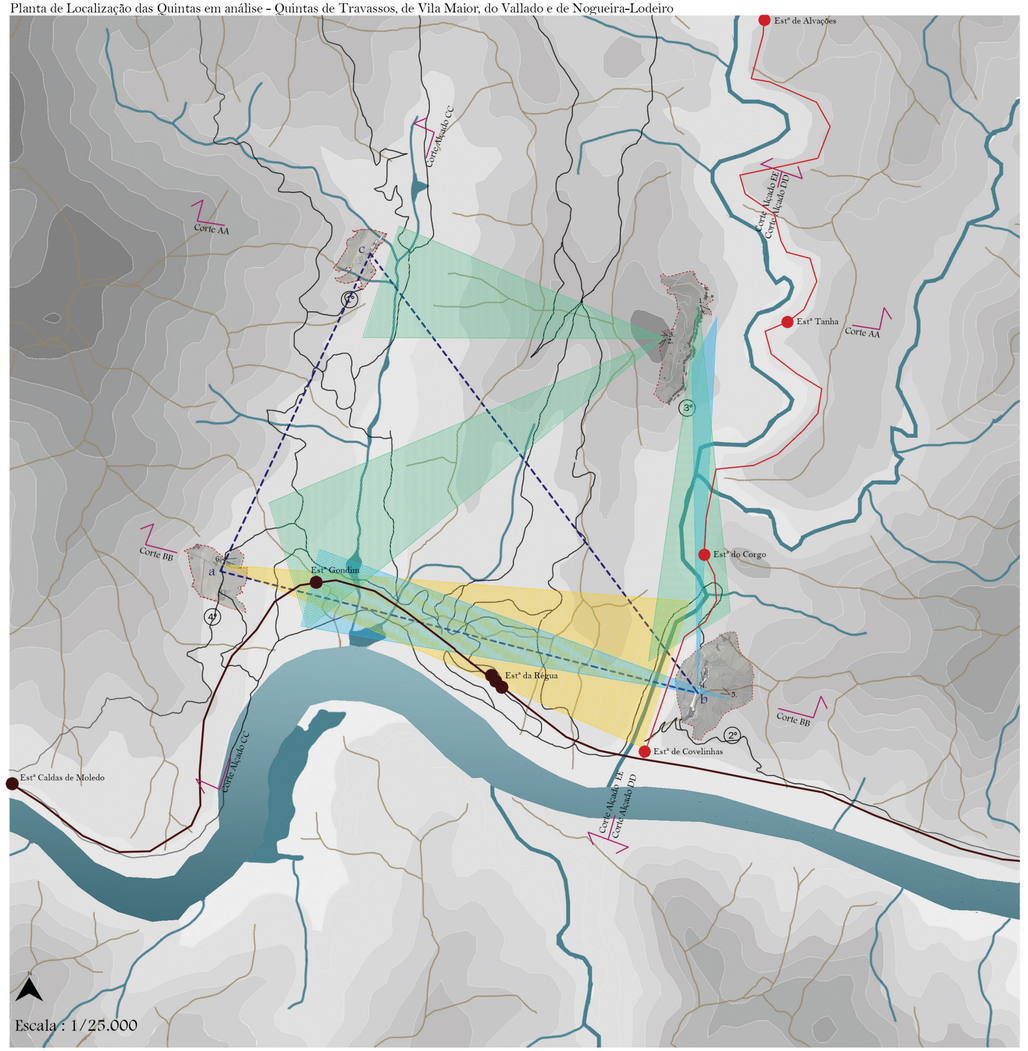
Corte Alçado DD - Quinta do Vallado



Corte Alçado EE - Quinta de Vila Maior



Planta de Localização das Quintas em análise - Quintas de Travassos, de Vila Maior, do Vallado e de Nogueira-Lodeiro



Esq. 1
Ano de Compra



Esq. 2
Pendente | Declive



Esq. 3
Cota Altimétrica da Implantação



Legenda:
- Ângulo de visão Vila Maior
- Ângulo de visão Vallado
- Ângulo de visão Nogueira e Lodeiro
- Linha do Douro
- Linha do Corgo
- Estações da linha do Douro
- Estação da linha do Corgo
- Área que circunscreve a zona mais plana de Peso da Régua



1.
Quinta do Vallado no horizonte da Quinta de Vila Maior



2.
Quinta das Nogueiras-Lodeiro no horizonte da Quinta de Vila Maior



3.
Quinta de Travassos no horizonte da Quinta de Vila Maior



4.
Quinta do Vila Maior no horizonte da Quinta do Vallado



6.
Quinta do Vila Maior no horizonte da Quinta das Nogueiras-Lodeiro

Referências Bibliográficas:
Desenho elaborado pela autora
http://mapas.dgterritorio.pt/viewer/index.html
http://epic-webgis-portugal.isa.ulisboa.pt
https://earth.google.com/web/@41.16015905,-7.77284843,141.01445957a,
2994.24805149d,35y,305.75329435h,0t,0r
Fotografias tiradas pela autora

encontram-se implantadas no mesmo intervalo de cotas que varia entre os 50m e os 150m, sendo estas as quintas de Nogueira-Lodeiro (1), de Travassos (2) e do Valado (4). Apenas uma quinta se destaca no horizonte, sendo esta a Quinta de Vila Maior (3), localizada entre os 230m e os 300m de cota.

Esta característica relacionada com a cota de implantação de uma quinta é importante porque influencia o ângulo de visão que cada uma detém sobre o território envolvente. Ou seja, se a quinta está implantada numa cota mais alta, vai apresentar um maior ângulo de visão, o que proporciona que em diferentes cotas possa observar diferentes elementos no seu horizonte, tal como acontece com a Quinta de Vila Maior, uma vez que do ponto mais alto desta propriedade se consegue ter um ângulo de visão que abrange a Quinta de Nogueiras-Lodeiro e a Quinta de Travassos, e na zona de entrada da propriedade consegue-se observar a Quinta do Valado e a "linha do Corgo" de caminho-de-ferro assim como a sua estação de Alvações.

Nestes cortes também podemos observar que, nas três outras quintas que se implantam em cotas próximas, os seus ângulos de visão apresentam-se muito reduzidos. A amplitude visual melhora no ponto mais alto de cada propriedade, nomeadamente nos casos da Quinta do Valado e da Quinta de Nogueiras-Lodeiro. Porém esta situação não acontece com a Quinta de Travassos porque se encontra implantada entre três linhas de festo o que faz com que esteja inserida num ponto mais recôndito sem grande amplitude visual.

A reflexão sobre o ângulo de visão que cada quinta detém sobre o território envolvente torna-se relevante por estarmos a analisar quintas pertencentes a um mesmo património, o que significa que do ponto mais alto da propriedade de Vila Maior, Dona Antónia Adelaide Ferreira conseguia controlar todas as outras quintas e perceber como as suas propriedades se encontravam. Tendo em conta a sequência de compra das quintas representada no esquema1, podemos constatar que talvez a terceira quinta tenha sido comprada tendo em vista garantir o controlo visual de âmbito territorial.

Por fim, a última questão associada à implantação das quintas está relacionada com a acessibilidade que cada quinta apresenta para chegar ao cais de Peso da Régua, o único meio antigamente existente para garantir o escoamento do produto.

Sendo assim, observando o mapa podemos perceber que a quinta que se encontra mais próxima deste cais é a Quinta de Nogueiras-Lodeiro, que foi a quarta quinta adquirida. Algo que podia representar uma medida estratégica de desenvolver o negócio praticada por Dona Antónia Adelaide Ferreira que, ao estabelecer naquela quinta a sua casa de estadia, mantinha-se próxima deste cais controlando a quantidade dos seus produtos que saiam e entravam.

As outras três quintas mantêm uma distância a estes cais idêntica, ou seja, de qualquer uma delas demora-se sensivelmente mesmo tempo a aceder a este cais. Apesar da distância ser maior do que a da quinta das Nogueiras--Lodeiro, a proximidade logística a esta e ao cais do Peso da Régua permitia potenciar as suas melhores características ao nível topográfico, climático, ambiental, entre outras, tornando-as polos de grande produção.

Concluindo, podemos constatar que as quintas que se encontravam mais distantes do cais de Peso da Régua eram as que funcionavam como grandes pólos de produção. Já a que se encontrava próxima, continha uma área reduzida de plantação funcionando mais como o polo relacionado com o comércio, o negócio e a residência de Dona Antónia Adelaide Ferreira.

2.3 Análise sobre as quintas e a sua organização

Para podermos compreender "O que é uma Quinta?", primeiramente temos de perceber qual o tipo de funcionamento a que se destina, como é composta e como é organizada.

Tendo em conta que a análise desta parte da dissertação se foca em estudar quintas vinhateiras, podemos mencionar três tipos de funcionamento: o primeiro refere-se à quinta que só serve para plantação da vinha (produção vitícola), o segundo corresponde à quinta que só produz o vinho (produção vinícola) e o terceiro está relacionado com as quintas que se destinam às duas funções (produção vitivinícola). Sendo que, as quatro quintas em estudo enquadram-se todas no terceiro tipo.

Uma quinta é então composta por um conjunto de elementos e estruturas que são definidos consoante o tipo de funcionamento a que a mesma se destina. [70] Este princípio origina que cada quinta conte apenas com as construções necessárias para o desempenho das funções que lhe são inerentes, sendo estas construções denominadas por conjunto construído.

Em relação à sua organização, guiar-nos-emos por Alex Liddell e Janet Price ou Natália Fauvrelle.[71]

Estes autores mencionam que uma quinta pode organizar os seus elementos e equipamentos pertencentes ao conjunto construído distribuindo-os em área de Habitação, de Produção e Paisagem. Esta organização pressupõe agrupar na área de Habitação a casa do proprietário, a casa do caseiro e os cardenhos[72]; na área de Produção os lagares e a adega, e demais estruturas que apoiam a produção de outros produtos, nomeadamente, azeite e criação animal;[73] e na última área, identificada como Paisagem, tudo o que tem a ver com a plantação vitícola (vinhas e respetivas técnicas de plantação) bem como a restante área correspondente à plantação de pomares, árvores de fruto, etc.[74]

70.(LIDDELL, Alex -"Douro. As Quintas do Vinho do Porto", Edição Quetzal Editores Lisboa 1995,2º Edição,pag 23)

71. (LIDDELL, Alex, e Janet Price - " Douro: as quintas do Vinho do Porto." Editor Quetzal, Lisboa 1995;) e (FAUVRELLE, Natália, - "Quintas do Douro: as arquiteturas do vinho do Porto / Natália Maria Fauvrelle da Costa Ferreira"; FLUP Porto 1999;)

72. (FAUVRELLE, Natália, - "Quintas do Douro: as arquiteturas do vinho do Porto / Natália Maria Fauvrelle da Costa Ferreira"; FLUP Porto 1999; pag. 26 até 50)

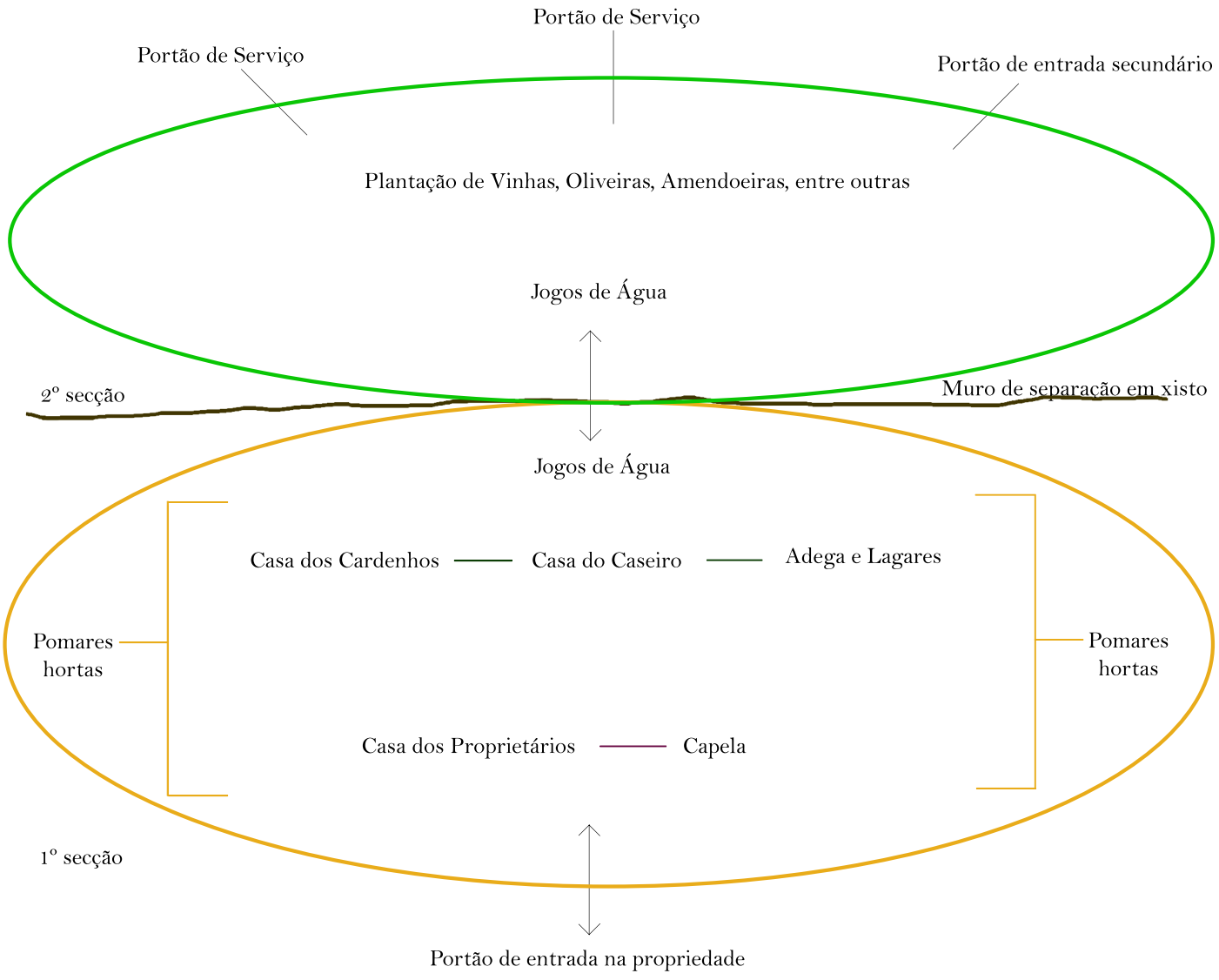
73. (FAUVRELLE, Natália, - "Quintas do Douro: as arquiteturas do vinho do Porto / Natália Maria Fauvrelle da Costa Ferreira"; FLUP Porto 1999; pag. 51 até 64)

74. (FAUVRELLE, Natália, - "Quintas do Douro: as arquiteturas do vinho do Porto / Natália Maria Fauvrelle da Costa Ferreira"; FLUP Porto 1999; pag. 65 até 83)

Tabela 1:

Áreas Pragamáticas / Qualidades	Logística e Funcionalidade	Simbológico e Representatividade
Área de Habitação	Casa dos Proprietários Casa do Caseiro Casa dos Cardenhos	Casa dos Proprietários Capela
Área de Produção	Adega e os Lagares	Outras estruturas que apoiem a produção, como anexos
Área de Paisagem	Área de plantação da vinha, laranjeiras e oliveiras Pomares e hortas Portão de Serviço	Muros de xisto de separação das seções Tanques de água e/ou fontes Escadas e miradouros Portão de entrada pricipal e os secundários

Esquema 1:



Nesta dissertação tivemos em consideração as áreas propostas por estes autores, mas distribuímo-las de uma forma diferente, considerando dois subconjuntos. Ou seja, os elementos e os equipamentos pertencentes ao conjunto construído de cada quinta ficam agrupados pelas seguintes áreas: Habitação, Produção e Paisagem, como proposto pelos autores atrás referidos; no entanto, consideramo-las distribuídas também por duas qualificações diferentes: a primeira corresponde à logística e funcionalidade e a segunda corresponde à simbologia e representatividade.

Esta diferente qualificação é percetível quando analisamos as quintas vinhateiras. Todos sabemos que as quintas são constituídas e integram um conjunto construído, porém percebemos que muitas delas obtêm destaque perante as demais porque apresentam componentes que as distinguem. Ou seja, quando mencionamos que uma quinta tem elementos que se inserem na qualificação logística e funcionalidade, estamo-nos a referir a todas as estruturas que apoiam a operacionalidade da quinta em termos práticos, mencionando as estruturas ou espaços em que toda a produção é feita e como é. Mas quando nos referimos a uma qualificação no âmbito de simbologia e representatividade, estamos a aludir a todos os elementos que enaltecem a importância e o valor de uma quinta em relação às outras, ou que a destaca no contexto envolvente.

Observando-se a tabela 1 da página 84, esta proposta de organização concretiza-se da seguinte forma: na Área de Habitação integra-se na qualificação de simbologia e representatividade a casa do proprietário e a capela, pelo facto de estas construções representarem a nobreza da quinta e se situarem geralmente na zona de entrada da mesma, mostrando a quem chega quem é e qual é a importância do proprietário daquela unidade vinhateira. Já na qualificação de logística e funcionalidade temos integrada, novamente, a construção da casa do proprietário, a casa do caseiro e a dos cardenhos; uma vez que estas construções são as que permitem que a produtividade da quinta se mantenha. Na Área de Produção encontramos distribuídos pela qualificação de logística e funcionalidade a adega e os lagares, pois são as estruturas que apoiam a produção vinícola da quinta, e pela qualificação de simbologia e representatividade outras estruturas que apoiam a produção de outros produtos. As últimas construções nem sempre estão presentes no conjunto construído de uma quinta vinhateira, porém se tiverem garantem assim uma maior relevância desta em relação às outras.

Por fim, na área correspondente à Paisagem na qualificação de logística e funcionalidade consideramos as áreas destinadas à plantação de vinha, laranjeiras, oliveiras, pomares e hortas e na qualificação de simbologia e representatividade todos os elementos que destacam a quinta das demais existentes, como são: os muros de limitação de propriedade, o portão de entrada principal que contem a inscrição com o nome da quinta ou as iniciais do proprietário,o brasão de família

Casa Proprietário



Fig.23 Fotografia tirada pela autora

Quinta das Nogueiras, casa do Proprietário



Fig. 24 Fotografia tirada pela autora

Quinta do Vallado, casa do Proprietário



Fig. 25 Consultado no site "https://prazeres-damesa.uol.com.br/colunas/waterloo-port/" visitado em 10.11.19

Quinta do Porto, Casa do Prorietário

Capela



Fig. 26 e 27 Fotografias tiradas pela autora

Quinta do Valado, pátio de entrada da Capela



Quinta do Valado, Brasão da entrada da Capela



Fig. 28 Fotografias tiradas pela autora

Entrada Quinta do Lodeiro de cima

, os jardins, as áreas de lazer, os pontos de água (tanques ou fontes), as escadas e os miradouros.

O esquema 1 da página 84, traduz as ideias apresentadas na tabela 1, anteriormente referidas, e tenta explicar, sob o ponto de vista desta dissertação, a organização de uma quinta vinhateira.

Quando falamos de uma quinta vinhateira, falamos de uma grande estrutura produtiva que necessita de um controlo económico constante, permitindo manter no ativo as funções a que a mesma se destina. A sua compra e o controlo da produção e da comercialização são garantidos pelo proprietário que, embora não esteja no local permanentemente, deixa alguém da sua confiança para fazer o controlo continuado da produção e reportar-lhe qualquer acontecimento, ficando apenas concentrado nas questões económicas – custos e receitas – associadas à produção de cada quinta, na comercialização dos produtos produzidos e na divulgação da sua marca.

A função de controlo permanente dos trabalhos relativos à produção da quinta é então destinada ao caseiro. Este é um interveniente importante para garantir a produtividade da quinta, pois é quem implementa e verifica todas as ações determinadas pelo proprietário; é quem distribui as funções pelos trabalhadores sazonais e orienta a execução de todos os trabalhos agrícolas, nomeadamente a colheita da vinha e a produção do vinho, entre outros; e é quem controla também todo o perímetro da quinta para que não aconteça nada, garantindo que a propriedade nunca fica abandonada.[75]

Os trabalhadores sazonais apoiam o caseiro na execução dos trabalhos agrícolas; estes trabalhadores podiam estar presentes tanto nas quintas que apenas se destinavam à plantação vitícola, como também nas quintas que se destinavam à produção vinícola, sendo neste caso necessários o Lagar e a Adega para a produção do vinho.

Sendo assim, podemos compreender que a Casa do Proprietário é uma construção que tinha que estar inserida nas duas qualificações, uma vez que não era obrigatória e servia, na maior parte das vezes, apenas como casa de curta estadia para os proprietários.[76] No entanto, quando construída numa quinta, marcava a importância que esta tinha perante as demais, pelo facto de se localizar perto do portão de entrada principal e, por isso, de representar arquitetónicamente e simbolicamente a propriedade, revelando a quem é que a mesma pertencia. Significava também que o proprietário habitava nesta quinta visitando as demais em muitas das suas viagens e estadias pontuais, tal como acontecia na Quinta das Nogueiras-Lodeiro com a casa de Dona Antónia Adelaide Ferreira.

A Casa do Caseiro era um elemento fundamental no conjunto construído, pois significava que a quinta estava ativa e controlada na execução das suas funções. Por este motivo esta é uma construção que está inserida na segunda

75. (FERREIRA, Natália Maria Fauvrelle da Costa -"Quintas do Douro As Arquitectura do Vinho do Porto", Dissertação de Mestrado em História da Arte de Portugal,FLUP 1999,pag 44)

76. (LAGE, Otília, - "As Quintas do Douro. Unidades Estruturantes da Região de Origem do Vinho do Porto", Revista CEPIHS, 2015;pag 352)

Casa Caseiro



Fig. 29 Fotografia tirada pela autora

Segunda Casa do Caseiro da Quinta de Vila Maior



Fig. 30 Fotografia tirada pela autora

Quinta das Nogueiras, casa do caseiro

Lagares



Figura 31 e 32 Fotografias tiradas pela autora

Quinta de Vila Maior, Lagar



Quinta de Vila maior, Lagar

Adega



Figura 33 e 34 Fotografias tiradas pela autora

Quinta de Vila Maior, Adega



Quinta de Vila maior, Adega

categoria, relativa à área de logística e funcionalidade de uma quinta. Outra construção também inserida nesta designação são os Cardenhos, que correspondem a casas térreas que alojavam os trabalhadores sazonais, que garantiam a mão-de-obra necessária para o funcionamento da quinta.

A produção de cada quinta variava, portanto, consoante o tipo de funcionamento a que esta se destinava. Assim, a produção de cada quinta – vitícola, vinícola ou vitivinícola – determina as instalações ou construções necessárias que a mesma integra.

Na maior parte das quintas vinhateiras em análise, devido à sua produção vitivinícola, observa-se a existência das duas áreas. O conjunto de Produção de uma quinta correspondia aos Lagares e às Adegas, que funcionavam como os locais onde era transformado e armazenado o vinho. Estes dois espaços adaptavam-se a uma construção "tipo casa sobrado", composta por dois pisos, em que a produção do vinho tira partido da força da gravidade. Ou seja, no piso superior ficam localizados os Lagares, que servem para a transformação e seleção da uva, e no piso inferior fica localizada a Adega, que corresponde ao espaço de fermentação e armazenamento do vinho. Sobrepostos num mesmo edifício considera-se, então, que estes dois espaços encontram-se integrados na categoria de logística e funcionalidade

O espaço dos Lagares é composto pelos tanques de madeira ou pedra (granito ou xisto), com dimensões variadas e que estão apoiados numa laje em pedra que os eleva do chão para o vinho não apodrecer. No piso inferior temos localizada a Adega, que correspondia à área de instalação dos tonéis, que tinham como parede de divisão uma caleira com bicas de granito para depositar o vinho em cada recipiente. Neste piso temos uma espécie de mezanine por cima dos tonéis, de modo a garantir o domínio visual sobre toda a sala, apresentando esta o mesmo comprimento que a sala dos Lagares, e apenas diferenciando-se dela em termos de pé-direito, que neste caso é muito superior para ser possível colocar a mezanine e para ter espaço suficiente para o arejamento do vinho. [77 e 78]

Podem encontrar-se também, em algumas situações, outras estruturas que estão presentes em algumas quintas e que também apoiam a sua produção. Essas estruturas podem servir como locais para alojar os animais, como por exemplo, galinheiros, cavalariças entre outros, estando, neste caso, localizadas no piso inferior da Casa do Caseiro ou dos Cardenhos. Podem também integrar locais destinados à produção de outros produtos, como por exemplo, azeite, aguardente, cereais, entre outros.

As áreas fundamentais de produção de uma quinta são as áreas destinadas à plantação da vinha, que representavam uma parte importante desta. Estas áreas ocupam a maior extensão da propriedade e a vinha podia ser plantada de várias formas: em socalcos pré-filoxéricos, em socalcos pós-filoxéricos, em

77. (MAIOR, Visconde de Vila- "O Douro Illustrado, edição Livraria Universal de Magalhães & Moniz Editores, 1836,Porto,pag 59)

78. (FERREIRA, Natália Maria Fauvrelle da Costa -"Quintas do Douro As Arquitectura do Vinho do Porto", Dissertação de Mestrado em História da Arte de Portugal,FLUP 1999,pag 51 a 57)

patamares e em vinha ao alto. Todavia, em algumas quintas não se destinavam apenas à vinha, pois podiam considerar, em menor escala, a plantação de laranjeiras, oliveiras, cereais, pomares, hortas, entre outras.

As áreas de plantação atrás referidas, para além de pertencerem à categoria de produtividade da quinta, também fazem parte do desenho da sua Paisagem. A estas acrescentam-se, ainda, outros elementos que denotam uma presença que atribuí destaque à propriedade na Paisagem.

De entre esses elementos evidenciamos a Capela, que representava o local de culto religioso tanto da família como da comunidade próxima. Este tipo de construção está inserido na categoria de simbologia e representatividade, construída sempre junto com a Casa do Proprietário. Representava o poder que a quinta tinha no local: como nem todas as quintas incluíam a construção de capelas, as que tinham apresentavam alguma importância perante as demais. Sendo um local bastante requisitado por todos, geralmente as capelas eram construídas perto dos portões de entrada da propriedade para facilitar o acesso da população que habitava em redor da quinta. Encontravam-se associadas à Casa do Proprietário permitindo o acesso privativo deste e da sua família pelo andar superior, através duma tribuna ligada com o interior da Capela, e admitia o acesso a todos os outros pelo portal térreo.

Outro elemento também inserido nesta categoria de simbologia e representatividade, são os brasões de família, colocados no portão principal da entrada da propriedade, ou nas construções com maior importância. Estes elementos eram sinais de prestígio, evidenciando que aquela família tinha uma origem nobre ou nobilitada e anunciando qual era a sua linhagem.

Os portões de entrada da quinta estavam sempre sinalizados com as iniciais dos proprietários da mesma. O portão de entrada principal era sempre sinalizado com maior destaque e com a inscrição do nome da quinta, razão pela qual este se insere na qualificação de simbologia e representatividade, porque correspondia à entrada mais importante de acesso comercial e familiar, bem como representava a frente da propriedade. Já os portões secundários, denominados de portões de serviço, só serviam para os trabalhadores da quinta, razão pela qual se inserem na categoria de funcionalidade e logística.

Os últimos elementos que podemos encontrar, ainda que a sua existência não seja obrigatória, são as áreas de recreio, nomeadamente, as alamedas, os jardins, os jogos de água, as fontes, os tanques, as áreas de lazer, os miradouros, entre outros que também integram o conjunto de elementos de embelezamento da quinta, e que maioritariamente são criados para usufruto dos proprietários. Estes elementos ficam então inseridos na qualificação de simbologia e representatividade.

Concluindo, nesta análise podemos dizer que o conjunto construído pertencente a uma quinta poderá estar agrupado segundo as áreas Habitação, Produção e Paisagem, mas cada uma delas encontra-se subdividida em dois subconjuntos, um que qualifica os elementos pela sua proximidade à dimensão logística e funcional que mantém em ativo as funções da quinta e outro que qualifica em simbologia e representatividade com um carácter mais de embelezamento e representação de prestígio.

Para podermos compreender melhor esta organização interna de uma quinta vinhateira, em termos pragmáticos, apresentamos em seguida uma análise relativa às quatro quintas pertencentes ao património de Dona Antónia Adelaide Ferreira, que correspondem: à Quinta de Travassos, 1812; à do Vallado, 1818; à de Vila Maior, 1822; e, por fim, à de Nogueiras-Lodeiro, 1858-1874.



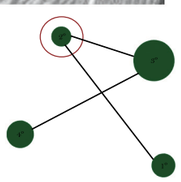
Escala: 1/3.000

Legenda:

- Terreno de Plantação da Vinha entre outros;
- Terreno Baldio| Abandonado
- Habitação
- Arborização | Vegetação
- Passeio Público
- Passeio Privado

Referências Bibliográficas:

Mapa elaborado pela autora;
Fotos tiradas pela autora “in loco”;
Consultado em 21.02.2019, https://www.cm-pesoregua.pt/pages/688;
Consultado em 21.02.2019,
https://www.cm-pesoregua.pt/cmpesodaregua/uploads/document/file/98/roteiro_toponimico_pesoregua.pdf;





QUINTA DE TRAVASSOS

> "Muito lhe queria D. Antónia porque n´ella vivera e se finara seu pae, cujo o retrato n`uma sala se conserva. Avalie-se, pois, como são de primeira ordem as officinas onde se fabricam as 100 pipas de vinho que produz."[79]

79. (MONTEIRO, Manuel- "O Douro principais Quintas, Navegação, Culturas, Paisagens e custumes", edição Emilio Biel & C.ª Editores, MCMXI,pag 73)

A Quinta de Travassos, que antigamente era denominada de Quinta Amarela, foi a primeira quinta a integrar o património de Dona Antónia Adelaide Ferreira, e foi comprada pelo seu pai, José Bernardo Ferreira, em 1812. Esta compra decorreu durante a época em que o património estava a ser construído, e viria a ser legado, pelo mesmo e pelo seu irmão António Bernardo Ferreira I (tio e sogro de Dona Antónia). Foi nesta propriedade que Dona Antónia cresceu, passou a sua infância e realizou o seu primeiro casamento.

A quinta encontra-se localizada numa encosta com vista para o vale de Jugueiros e organiza-se ao longo dos socalcos do terreno, de forma a tirar partido do declive para a disposição do seu conjunto construído.

Esta unidade vinhateira estava organizada por três áreas, a primeira destinada a Habitação com a casa do proprietário, a capela de Nossa Senhora da Conceição e a casa do caseiro; a segunda destinada à Produção, com os edifícios de produção, nomeadamente, lagares e a adega; e por fim a terceira destinada à Paisagem com as áreas de plantação de vinha, hortas, pomares, oliveiras e laranjeiras e englobando também todas as áreas que traziam beleza à quinta e conforto a quem lá vivia, sendo esta composta pelos jardins, pelos tanques de água, pelos portões de acesso à quinta.

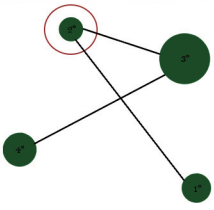
A entrada na propriedade é feita através de uma rampa localizada a sudoeste da casa do proprietário, esta rampa dá acesso ao portão principal que é construído em grades de ferro, e ao entrar na propriedade podemos observar umas escadas exteriores adossadas à casa que dão acesso ao primeiro andar da habitação.

Esta descrição do momento de entrada é relatada por vários autores, pois encontra-se associada a um dos acontecimentos da vida de Dona Antónia, da sua filha Maria de Assunção, da sua mãe/avó Margarida Rosa Gil e do seu filho António Bernardo Ferreira III. Este acontecimento corresponde a uma tentativa de rapto orquestrada por António Bernardo Ferreira III e o Conde de Saldanha, para puderem casar o filho do conde com a irmã de António Bernardo Ferreira III. Esta tentativa foi descoberta por Dona Antónia e pela sua filha Dona Maria de Assunção,

Esquema de organização interna da propriedade de Travassos



Escala: 1/3.000



Legenda:

1º Organização interna - 1º secção
2º Organização interna - 2º secção
Limite da divisão das duas secções
Limite da propriedade
Portão de entrada principal
Portão de entrada secundário
Área de Habitação
Área de Produção
Via de acesso principal
Caminhos internos da propriedade
Capela
Jogos de água
Percursos internos da propriedade
Cota mais elevada
Cota mais baixa
Área de Habitação + Produção
Localização dos elementos do conjunto construído

obrigando-as a fugirem e a refugiarem-se em Londres com Francisco José da Silva Torres. Após regressarem ao Douro, Dona Antónia opta por fixar a sua residência em outra quinta, utilizando para isso a Quinta das Nogueiras-Lodeiro. [80]

Esta propriedade exibe na sua organização interna uma particularidade que poderá ter influenciado a organização de outras quintas pertencentes ao património. Essa particularidade está relacionada com o facto de dividir o espaço em duas secções, separadas pela construção de muros de xisto que, pelo seu alinhamento e corte do terreno, vão formando espaços de contemplação e estadia. Assim sendo, na secção inferior do terreno, junto ao portão de entrada, é possível observar a distribuição de todo o conjunto construído pertencente à quinta; na outra secção que é formada na parte superior do terreno na cota mais elevada da quinta, temos localizadas todas as áreas destinadas à plantação de vinha, laranjeiras, oliveiras entre outras, pertencentes à produção e à área de Paisagem da unidade vinhateira.

Tal como mencionado anteriormente o primeiro elemento do conjunto construído que observamos nesta quinta e que está localizado junto ao portão de entrada é a casa do proprietário, uma moradia que se encontra adossada ao terreno e construída numa planta em forma de L composta por três pisos. Esta constituiu a casa de residência de Dona Antónia e dos seus pais, tendo ficado mais tarde também para os dois filhos do seu primeiro casamento com António Bernardo Ferreira II, onde vivia também a sua mãe Margarida Rosa Gil.

À direita da casa do proprietário encontra-se localizado outro edifício pertencente ao conjunto construído e que se compõe pelos espaços dos lagares e da adega. Este edifício era composto por dois pisos, localizando-se, nas traseiras do primeiro piso, os lagares que faziam a trasfega do vinho, através da força da gravidade e da ajuda de caleiras de granito, para as pipas que estavam instaladas no piso do rés-do-chão, o espaço que se denominava adega da quinta.

À esquerda da casa do proprietário e ao nível do rés-do-chão encontra-se localizada a capela e a casa do caseiro. A capela de Nossa Senhora da Conceição representava o poder que a quinta tinha no local, pois representava um símbolo da importância na sociedade, construída próxima do portão de entrada para facilitar o acesso da população do exterior que quisesse assistir às missas. Teve também uma grande importância na vida de Dona Antónia porque foi o local onde a própria foi batizada e onde se casou com o seu primeiro marido António Bernardo Ferreira II (22.10.1834).

A casa do caseiro encontrava-se também neste nível, de maneira a estar próxima do portão principal de entrada da propriedade, para poder controlar quem visitava o local, e também próxima das escadas de acesso às áreas de plantações que se situavam na cota superior do terreno.

80. Sessões do Tribunal na Querela do Duque de Saldanha contra o Editor do Periódico dos Pobres no Porto. Historia d´este processo. Provas dadas pela acusação. Provas dadas pela defeza. Analyse sucinta do julgamento. Publicado por Library of Fernando Palha, 3 de December, 1928 – " 12º P. que, postando a gente armada n´um canavial e, roda da Quinta de Travassos, bateu António Bernardo Ferreira ao portão; e um criado, que lhe conheceu a voz, lhe abrio a porta. E tendo entrado com mais dous ou três sujeitos, um dos quaes era Eduardo Soveral, e outro D. Rodrigo d´Almeida, que ficou dentro do portão, mas fora da casa, subio António Bernardo Ferreira ao quarto de sua Avó, onde pouco se demorou, por ter sabido della que sua mãi e sua irmã havião ido para a Regoa. Fora da porta forão vistos alguns cavallos com armas suspensas aos aparelhos."

Este elemento de acesso evidencia um desenho rigoroso e cuidado, abrindo-se em dois conjuntos de escadas simétricas e apresentando no seu centro um chafariz e um pequeno tanque circular ladeado por bancos de pedra, servindo de momento de contemplação. Este tanque estava ligado a outro situado na parte de trás das escadas, que funcionava como parte do sistema de rega de todas as áreas de plantação da quinta. Hoje em dia não se mantém ativo.

Além desta serventia, as escadas também davam acesso a um percurso junto ao muro de xisto, que se ligava com outra estrutura em tanque, porém esta era utilizada como local onde se lavava a roupa. Relacionado com esta estrutura e localizado numa cota um pouco inferior temos outro jardim, o "Jardim de Carrancas", [81] denominado assim por conter nele elementos de cantaria lavrada em xisto.

Na outra secção que se organiza na cota mais elevada da quinta localizam-se as áreas de plantações pertencentes à produção da quinta. Num primeiro plano, mais próximo do muro de xisto de separação das duas secções, encontramos os pomares e uma excelente plantação de laranjeiras. Mais a montante temos a restante área de plantação da vinha, plantada em socalcos, e que, devido às características morfológicas e bioclimáticas dos terrenos, garantia a produção de vinho de feitoria. Esta plantação formava-se desde a cumeada até à casa, prolongando-se ao longo da encosta a Oeste.

Foi nesta quinta que Dona Antónia apostou no desenvolvimento de algumas técnicas contra a filoxera. Atualmente a quinta está na posse de José Meirelles, empresário de sucesso, filho de António Meirelles, um dos antigos caseiros de outra quinta da Ferreirinha, nomeadamente, a Quinta do Vallado.

81. (FAUVRELLE, Natália, e CLUNY, Isabel-"Dona Antónia uma vida singular", segundo capitulo "As Quintas Vinhateiras de D. Antónia- um legado para o Douro", Edição do Museu do Douro, 2012, pag 61 e 62)



Escala: 1/3.000

Legenda:

- Terreno de Plantação da Vinha entre outros;
- Terreno Baldio| Abandonado
- Habitação
- Arborização | Vegetação
- Passeio Público
- Passeio Privado

Referências Bibliográficas:

Mapa elaborado pela autora;
Fotos tiradas pela autora “in loco”;
Consultado em 21.02.2019, https://www.cm-pesoregua.pt/pages/688;
Consultado em 21.02.2019,
https://www.cm-pesoregua.pt/cmpesodaregua/uploads/document/file/98/roteiro_toponimico_pesoregua.pdf;

QUINTA DO VALLADO

> "... quinta do Vallado, uma das muitas que possue o snr. António Bernardo Ferreira, e em que elle colhe de 90 a 100 pipas de vinho, reputado bom entre os de 2ª classe. Há n´esta quinta um excelente e grande pomar de laranjeiras, notável entre os primeiros do Douro, e que se rega com as águas tiradas do Corgo por meio de uma possante roda hydraulica" [82]

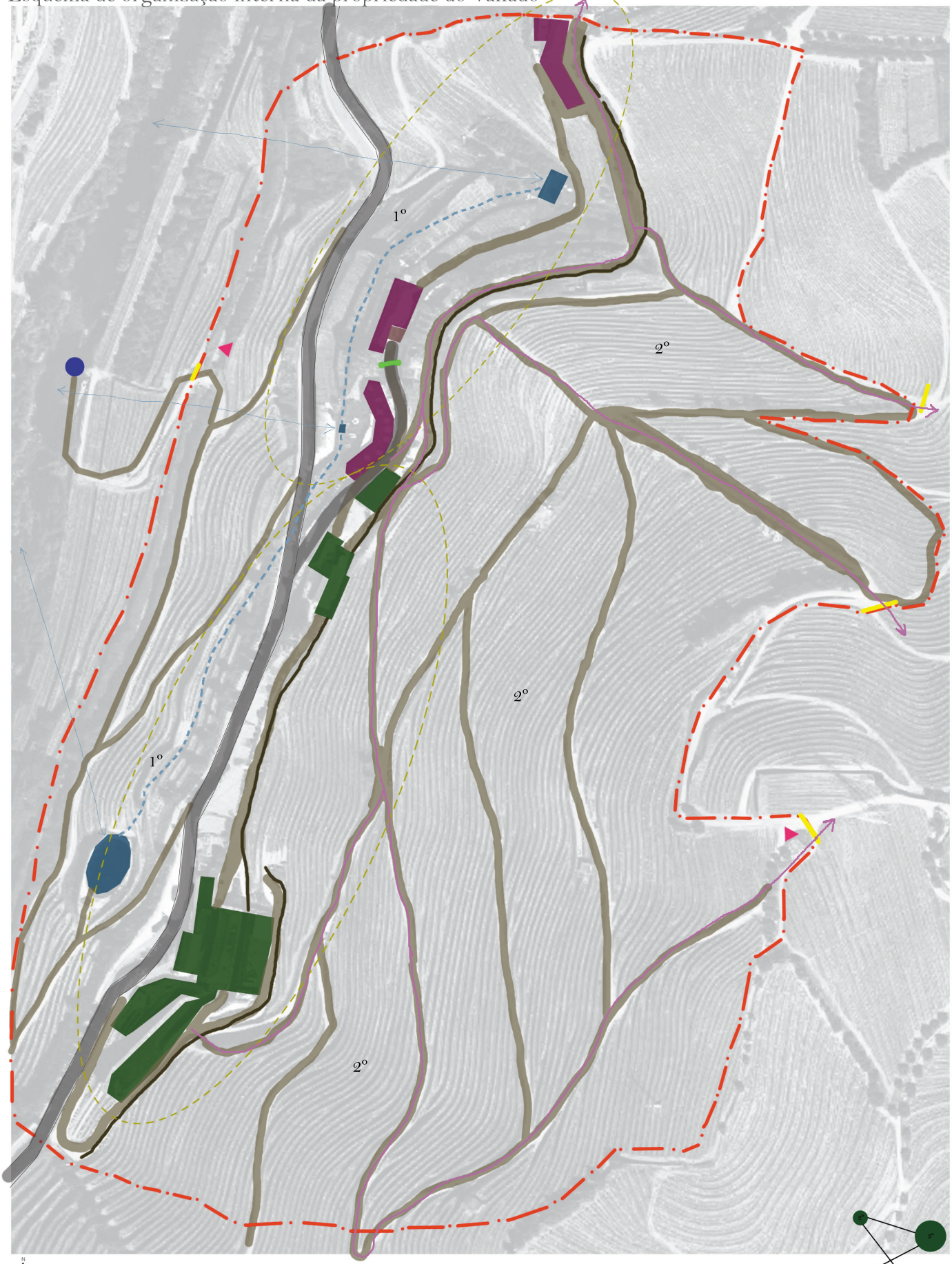
82. (MAIOR, Visconde de Vila- "O Douro Illustrado, edição Livraria Universal de Magalhães & Moniz Edi- tores, 1836,Porto,pag 137)

A Quinta do Valado foi fundada em 1716 sendo uma das quintas mais antigas do Vale do Douro. Foi apenas comprada em 1818 por António Bernardo Ferreira I, tio/sogro de Dona Antónia Adelaide Ferreira. Esta compra decorreu, portanto, durante a época em que o património estava a ser construído pelo mesmo e pelo seu irmão José Bernardo Ferreira (pai), sendo, posteriormente legado a seus filhos. Foi nesta propriedade que Dona Antónia lançou o seu investimento apostando em diferentes perspetivas, nomeadamente, na plantação de vinha com idades diferentes e na comercialização de vinhos com marca própria. Mais tarde, depois da sua morte, também aqui se verificou a iniciação do enoturismo.

A propriedade está localizada na margem esquerda do vale do rio Corgo, voltando-se para o mesmo, e situa-se na encosta do Monte de Poiares, na freguesia de Vilarinho dos Freires. A sua estratégia de ocupação territorial, desenho do terreno e paisagem, procura manter uma continuidade com o que já existe no local. Assinala a junção de duas ideias de ocupação. A primeira traduz-se numa ideia idêntica à utilizada na Quinta de Travassos, ou seja, o terreno é dividido em duas secções diferentes, que estão separadas pela construção e disposição do seu conjunto construído. Assim sendo, na secção inferior do terreno é possível observar a distribuição de todo o conjunto construído pertencente à quinta e na outra secção, formada na parte superior do terreno, na cota mais elevada da quinta, encontram-se localizadas todas as áreas de plantação pertencentes à produção e à área de Paisagem da unidade vinhateira. A segunda ideia traduz-se numa ocupação territorial pensada em ambos os sentidos, tanto no sentido altimétrico como no planimétrico, algo que proporciona um controlo sobre a área total da quinta. Estabelece então o aproveitamento do declive do terreno para organizar o espaço na cota superior para as plantações da vinha distribuindo-as pelos vários patamares, e na cota inferior para dispor todo o conjunto construído longitudinalmente, reaproveitando os socalcos para apoiar as construções, que se localizam sequencialmente, permitindo uma maior ligação entre elas e uma leitura contínua.

Esta quinta está estruturada em três áreas, a primeira destinada a Habitação com a casa do proprietário, a capela e a casa do caseiro; a segunda destinada à Produção, com os edifícios de produção, nomeadamente, os lagares e

Esquema de organização interna da propriedade do Vallado



Escala: 1/3.000

Legenda:

- 1º Organização interna - 1º secção
- 2º Organização interna - 2º secção
- Limite da divisão das duas secções
- Limite de propriedade
- Portão de entrada principal
- Portão de entrada secundário
- Área de Habitação
- Área de Produção
- Via de acesso principal
- Caminhos internos da propriedade
- Capela
- Jogos de água
- Local de acesso ao Rio Corgo
- Percursos internos da propriedade
- Cota mais elevada
- Cota mais baixa
- Localização dos elementos do conjunto construído

a adega; e, por fim, a terceira destinada à Paisagem com as áreas de plantação de vinha, as hortas, os pomares, com oliveiras e laranjeiras, e englobando tambem todas as áreas que fornecem beleza à quinta e conforto a quem lá vive, sendo esta composta pelos jardins, pelos tanques de água, integrando os portões de acesso à quinta e os brasões que representam os valores da família.

A propriedade tem três entradas, todas elas localizadas na secção inferior do terreno, porém a mais antiga, e que correspondia na época à entrada principal, era a que se encontra assinalada por um portão construído em ferro e pintado à cor verde, que tem marcado no seu topo uma faixa a dizer *"Quinta do Vallado. Antónia Adelaide Ferreira"*. Este portão fica localizado numa cota superior em relação à via de acesso, e posicionado centralmente na propriedade de forma a que as construções se distribuam a norte ou a sul, tal como apresentado no esquema da página 100. Atualmente já não corresponde à entrada principal na propriedade.

Esta entrada permitia o acesso direto a duas construções importantes que estabelecem uma lógica de construção e distribuição, já presente na Quinta de Travassos: a casa do proprietário e a capela. Ao entrarmos na propriedade vemos um pátio retangular com uma fonte circular no seu centro, em frente da qual se localiza a capela que está adossada à casa do proprietário e, neste caso, implantada numa cota superior.

A capela correspondia a um edifício que, por estar implantado neste local, facilitava o acesso da população do exterior às missas, demonstrando naquela altura o poder que a quinta tinha relativamente às demais. Para além disso a entrada da capela também continha um outro símbolo importante: por cima da porta de entrada principal estão marcadas as iniciais de Dona Antónia Adelaide Ferreira e o brasão de família, o mesmo que representava as tradições e a nobreza daquela família.

A casa antiga dos proprietários corresponde a um edifício setecentista (1773), uma construção "tipo Casa Sobrado", composta por dois pisos implantados numa forma regular. No interior do edifício e no piso superior existia uma entrada interna que estava ligada com o piso da capela. Já no exterior, este edifício estava rebocado em tons ocre amarelo, e na sua fachada principal apresentava a abertura de vãos de guilhotina organizados geometricamente. Mais tarde, em 2005, esta construção sofre uma reabilitação da autoria do Arq.º Manuel Magalhães, que será o início da concretização da ideia de transformar o espaço numa propriedade ligada ao enoturismo, passando a funcionar como um Hotel Rural Vínico, mas mantendo todas as características exteriores iguais às anteriormente existentes. [83]

Ao lado esquerdo desta construção podemos encontrar um edifício que não resulta do legado de Dona Antónia Adelaide Ferreira, tendo sido construído apenas em 2009 pelo Atelier Menos é Mais, também para reforçar os espaços

83. (CHOAY, Françoise - "A alegoria do Património", Edição Lisboa, 1996.

" A arquitectura é o unico meio de que dispomos para conservar vivo um laço com um passado ao qual devemos a nossa identidade e que é construtivo do nosso ser")

destinados ao enoturismo. O Hotel Vínico, está implantado e apoiado nos socalcos do terreno e reporta a uma linguagem arquitetónica mais contemporânea.

A última construção implantada a norte da propriedade e na secção inferior do terreno é a casa do caseiro. A casa do caseiro corresponde a um edifício composto por dois pisos, organizado da seguinte forma: no piso inferior encontrava-se a área destinada aos cardenhos e no piso superior a área reservada para residência do caseiro e da sua família. Este edifício também é uma construção setecentista e apresenta os mesmos acabamentos da antiga casa dos proprietários, ou seja, está rebocado com tons de ocre amarelo que se misturam com as cores da paisagem. Durante a administração dos tetranetos de Dona Antónia Adelaide Ferreira, e após as alterações feitas à quinta, esta construção passou a servir como a nova casa dos proprietários.

O conjunto construído localizado a sul da propriedade e na secção inferior, está relacionado com as áreas de produção, nomeadamente, os lagares e a adega.

A adega sofreu uma remodelação e ampliação em 2009, que consistiu na recuperação da adega existente, a qual também estava encaixada nos socalcos do terreno e afastada da casa do proprietário. A nova adega foi construída em três pisos, o que permite que a produção de vinho seja realizada através da força da gravidade e dos processos de mecanização. [84] Esta situação veio reforçar uma ideia de produção que existia antigamente e que consistia na entrada do vinho à cota alta ocorrendo todos os processos de transformação à medida que o vinho percorre cada cota, tal como refere Gaspar Martins Pereira, no seu livro "Quinta do Vallado 300 anos no coração do Douro", o qual passo a citar:

> "Simultaneamente, foi construída uma nova adega, junto à existente e num plano superior, concebida de forma a aproveitar o transporte por gravidade, dispensando a utilização de bombas na condução das uvas dos esmagadores para as cubas de fermentação… Nessa altura procedeu-se à remodelação da adega antiga, com a substituição de algumas cubas de cimento por cubas de inox." [85]

Por fim, na outra secção pertencente à propriedade, localizada na cota mais alta do terreno, encontram-se as restantes áreas de produção, correspondendo às plantações de vinha, e pomares. Esta parte da propriedade apresenta uma diversidade nas idades das plantações de vinhas o que permite a confeção de diferentes tipos de vinhos.

84. (Disponível em https://www.publico.pt/2009/08/30/jornal/quinta-do-vallado-a-adega-que-promete-tornar-se-num-dos-simbolos-do-novo-douro-17675022, consultado em 28.11.2019

85. (PEREIRA, Gaspar Martins Pereira - "Quinta do Valado 300 anos no coração do Douro", Edição Douro 2016,pag 154)

Em 1993 ocorre na quinta uma restruturação das vinhas, tendo como objetivo primordial a produção de uvas de grande qualidade e a utilização dos vários sistemas de plantação. Sendo assim, a quinta é composta por 65 hectares de plantação de vinha em solo xistoso, voltadas a sul e a poente, entre os 50 e os 450 metros; 55 hectares constituídos por vinha plantada da década de 1990 e por fim 10 hectares de plantação de vinhas muito velhas, correspondentes às décadas de 1920 e 1950. Para além da plantação de vinha também existia um grande pomar de laranjeiras e outros frutos. Estas plantações faziam parte da produtividade da quinta, bem como outras construções, nomeadamente, a roda hidráulica que apoiava o sistema de rega da produção vitícola, sistema que também estava ligado com os tanques existentes na propriedade e que constituíam lugares de contemplação da paisagem.

Este aproveitamento das águas do rio Corgo era muito usual nas quintas implantadas nas margens do vale, como também era habitual o atravessamento do próprio rio para facilitar o acesso aos locais situados na outra margem.

> "O aparecimento motriz das águas do Rio Corgo conduziu à construção de uma série de moinhos, com os respetivos açudes, que embora parcialmente arruinados ainda são bons testemunhos deste tipo de construção. Nesta zona dos moinhos passava, outrora, uma barca de travessia de margens para Lobrigos." [86]

Desta forma, observando a compra das quintas pertencentes ao património de Dona Antónia Adelaide Ferreira, verificamos que a compra que se segue à Quinta do Vallado, é a da Quinta de Vila Maior, tendo sido também comprada por António Bernardo Ferreira I, em 1822. Esta relação torna-se relevante se observarmos as duas quintas em conjunto, o que permite encontrar alguns pontos em comum entre as duas. Ambas estão voltadas para o rio Corgo e adaptadas ao declive do terreno em que se inserem; ambas utilizam as águas do rio para apoiar o seu sistema de rega para a plantação da vinha e dos vários pontos de água que a quinta apresenta; e, por fim, ambas apresentam no seu conjunto construído as mesmas cores, ou seja estão pintadas em ocre amarelo, uma cor que mantém uma relação com as cores presentes na paisagem e ao mesmo tempo destaca os edifícios das demais construções da envolvente.

86. (DOURO, Universidade de Trás-os.-montes e Alto - "Plano Intermunicipal de ordenamento do território do Alto Douro Vinhateiro- Relatórios Volume III - Anexos, , anexos VI, pag 26)



Escala: 1/3.000

Legenda:

- Terreno de Plantação da Vinha entre outros;
- Terreno Baldio| Abandonado
- Habitação
- Arborização | Vegetação
- Passeio Público
- Passeio Privado

Referências Bibliográficas:

Mapa elaborado pela autora;
Fotos tiradas pela autora "in loco";
Consultado em 21.02.2019, https://www.cm-pesoregua.pt/pages/688;
Consultado em 21.02.2019,
https://www.cm-pesoregua.pt/cmpesodaregua/uploads/document/file/98/roteiro_toponimico_pesoregua.pdf;



1.


2.


3.


4.


5.


6.


7.


8.


9.


10.


11.


12.


13.


14.


15.


16.


17.


18.


19.


20.


21.


22.


23.


24.


25.


26.


27.


28.


29.


30.


31.


32.

QUINTA DE VILA MAIOR

A Quinta de Vila Maior foi comprada em 1822, por António Bernardo Ferreira I, tio/sogro de Dona Antónia Adelaide Ferreira. Esta compra decorreu durante a época em que o património estava a ser construído pelo mesmo e pelo seu irmão José Bernardo Ferreira (pai), constituindo posteriormente o legado dos seus filhos.

Esta propriedade fica localizada na freguesia de São João de Lobrigos, no lugar de Vila Maior, representando na década de quarenta do século XIX, um dos lugares mais importantes desta freguesia com cerca de 500 moradores.

A quinta de Vila Maior, estabelece a sua ocupação territorial de uma forma alongada e extensa no sentido planimétrico, uma vez que a mesma se implanta num terreno com grande declive e, de forma a ultrapassar isso, implanta o seu conjunto construído longitudinalmente, distribuindo-o ao longo de uma estrada que acompanhava a margem direita do rio Corgo, e que correspondia à antiga estrada de acesso à quinta. Determina, assim, a implantação de um conjunto de edificações habitacionais que acabam por estabelecer o limite nascente da propriedade. Este conjunto representa uma forma de fixação da população junto da quinta e apresenta-se como uma tentativa de manter perto desta uma concentração de mão-de-obra, uma espécie de conjunto de "cardenhos". Este aglomerado habitacional, estruturado ao longo da estrada de acesso, apresenta edifícios com um carácter arquitectónico diversificado, com diferentes materiais de construção, existindo desde as construções mais antigas, construídas em xisto e em pedra com acesso a alguns terrenos localizados nas traseiras que ainda permanecem no local, e algumas construções mais contemporâneas, com uma linguagem bastante diversa.

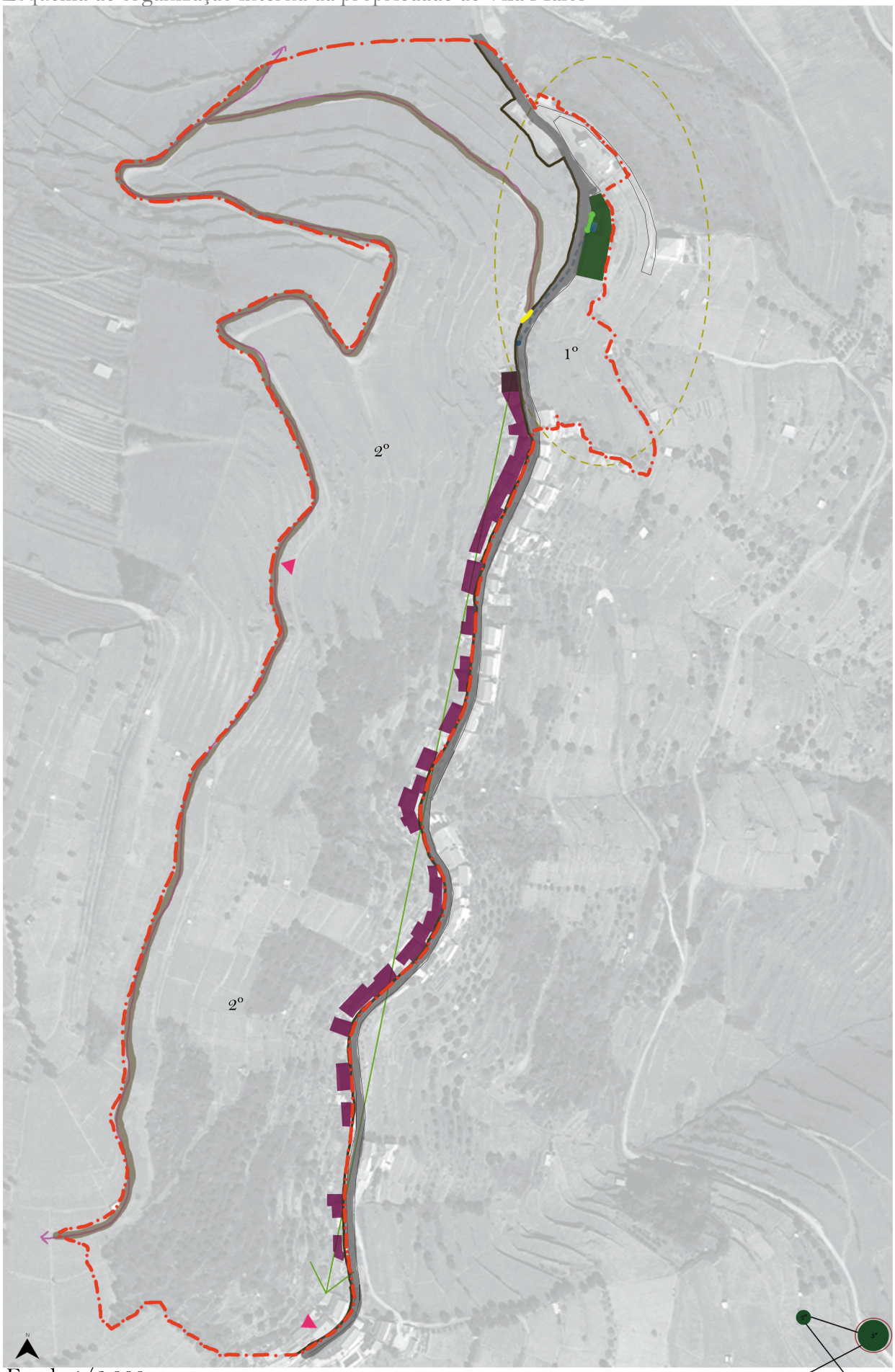
Esta quinta está estruturada em três áreas, a primeira destinada a Habitação com a casa do caseiro e a existência de alguns cardenhos; a segunda destinada à Produção, com os edifícios de produção, nomeadamente, lagares e a adega; e, por fim, a terceira destinada à Paisagem com as áreas de plantação de vinha, hortas e oliveiras e também pelos jardins, pelos tanques de água, pelas hortas e pelos portões de acesso à quinta.

Esta propriedade é maioritariamente constituída pela área de Paisagem /Produção, esta área localiza-se a este da propriedade e ocupa uma extensão de 13.39 hectares, correspondendo 12,59 hectares a plantação da vinha ao alto, 0,44 hectares a plantação de oliveiras e os restantes 0,36 hectares a plantação de arbustos. Esta propriedade apresenta excelentes condições morfológicas e bioclimáticas que permitiam que o vinho aqui produzido correspondesse a vinho de feitoria fino, um dos melhores da região.[87]

Estas áreas de plantações integravam a produção da quinta, bem como o edifício onde estavam localizados os lagares e a adega: uma construção "tipo Casa

87. ("Memorias Económicas da Academia Real das Sciencias de Lisboa, para o aditamento da Agricultura, das artes, e da Industria em Portugal, e suas conquistas."; Lisboa na oficina da mesma Academia; pag 50, ANNO M.D.C.C.X.C.I.)

Esquema de organização interna da propriedade de Vila Maior



Escala:1/3.000

Legenda:

1º Organização interna - 1º secção
2º Organização interna - 2º secção
Limite da divisão das duas secções
Limite de propriedade
Portão de entrada principal
Portão de entrada secundário
Área de Habitação da população geral
Área de Produção
Via de acesso principal
Caminhos internos da propriedade
Capela
Jogos de água
Percursos internos da propriedade
Cota mais elevada
Cota mais baixa
Localização dos elementos pertencentes ao conjunto
Utilização de parte do terreno para fixação da população

Sobrado", que era adossada ao terreno e composta por dois pisos, em que os lagares estavam colocados no piso superior e a adega no piso inferior, e a produção de vinho tirava partido da força da gravidade, uma situação idêntica ao que acontecia nas outras quintas também pertencentes ao património de Dona Antónia Adelaide Ferreira. Estes dois espaços mantêm uma ligação interna e visual que é realizada através da construção de uma mezanine colocada sobre a adega, o que facilitava o controlo, e de um pé direito suficientemente alto para arejamento do vinho, melhorando assim, a qualidade do mesmo.

Este edifício revelava outras particularidades, a primeira é que no piso superior, para além de existir o espaço dos lagares, encontrava-se acoplada a este a antiga casa do primeiro caseiro e da sua família, uma casa pequena, com três quartos e uma zona de entrada que estava diretamente ligada à cozinha da habitação. Esta área era a única que integrava a área de Habitação. A segunda particularidade é que esta construção representava a fachada da quinta e estava localizada fora dos limites da propriedade, localizando-se no lado a nascente da via de acesso à mesma, encontrando-se pintado com as mesmas cores das edificações da Quinta do Vallado, ou seja, em tons ocre amarelo. Por último, a terceira particularidade prende-se com o facto de esta edificação representar o único ponto de controlo da quinta, uma vez que era a única edificação mais destacada na paisagem e também porque nesta quinta não existia a casa dos proprietários.

Este facto simboliza o motivo pelo qual esta quinta se distinguia das demais pertencentes ao património, demonstrando que a mesma se destinava mais à produção vitivinícola, integrando apenas as estruturas e os elementos que correspondiam às necessidades da mesma. Consequentemente, distingue-se, também, pelo facto de não integrar a casa dos proprietários, não fornecendo assim espaço para a fixação dos mesmos, nem para a construção da capela pois, na altura, a mesma era construída acoplada à casa dos proprietários.

Nesta propriedade existem também algumas estruturas que se inserem na área de representatividade e simbologia. Sendo estas, alguns dos elementos que constituem o sistema de rega e a os portões da quinta. Uma vez, que se encontrava localizada próxima de uma nascente, do rio Corgo, foi construído um sistema de rega que permitia usufruir das águas retiradas da mesma, para apoio da plantação vitícola.[88] Este sistema estava ligado a uma fonte construída no muro de limitação da via de acesso à propriedade. Em relação aos acessos à quinta não existe um portão principal, sendo este substituído pelo portão de entrada para o edifício dos lagares e adega, visto que esta era a edificação principal da quinta e representando arquitetonicamente e simbolicamente a propriedade. Este portão estava sinalizado com o nome da quinta e as iniciais de Dona Antónia Adelaide Ferreira (DAAF). Os portões secundários, os de serviço, uma vez que só serviam para os trabalhadores da quinta, eram construídos em ferro e localizados nos pontos mais importantes de acesso à mesma.

88. (FAUVRELLE, Natália, e CLUNY, Isabel-"Dona Antónia uma vida singular", segundo capitulo "As Quintas Vinhateiras de D. Antónia- um legado para o Douro", Edição do Museu do Douro, 2012, pag 67)



Escala: 1/3.000

Legenda:

- Terreno de Plantação da Vinha entre outros;
- Terreno Baldio| Abandonado
- Habitação
- Arborização | Vegetação
- Passeio Público
- Passeio Privado

Referências Bibliográficas:

Mapa elaborado pela autora;
Fotos tiradas pela autora “in loco”;
Consultado em 21.02.2019, https://www.cm-pesoregua.pt/pages/688;
Consultado em 21.02.2019,
https://www.cm-pesoregua.pt/cmpesodaregua/uploads/document/file/98/roteiro_toponimico_pesoregua.pdf;

QUINTA DE NOGUEIRAS-LODEIRO
QUINTA DE NOGUEIRAS

> "nos jardins de floração deslumbrante, nas hortas vistosíssimas, nos pomares selectos, onde nada perturba a sua composição esthetica, nos vinhedos geometricamente alinhados em bardos e nas instalações do trabalho agrícola. Mansão edénica, na verdade em que os sentidos se inebriam e onde parece que sôa indefinidamente a fascinante canção da felicidade..." (relativo à quinta das Nogueiras) [89]

89. (MONTEIRO, Manuel- "O Douro principais Quintas, Navegação, Culturas, Paisagens e custumes", edição Emilio Biel & C.ª Editores, MCMXI,pag 74)

A junção destas duas quintas vinhateiras deu origem a uma única propriedade. A sua aquisição decorreu durante a época em que o património passa a ser construído por Dona Antónia Adelaide Ferreira, constituindo, mais tarde, o seu legado.

A primeira quinta que foi adquirida foi a Quinta das Nogueiras, em 1853, localizada próxima do cais de Peso da Régua, na freguesia de Gondim, constituindo a residência de Dona Antónia após o seu segundo casamento. Esta decisão de aquisição podia estar ligada com o facto de esta quinta estar localizada próxima do polo de comercialização (o cais de Peso da Régua), o que facilitava o estabelecimento de relações comerciais e apresentava-se como um bom local para a receção de investidores e ou da família.

A propriedade encontra-se integrada no aglomerado populacional e a sua entrada principal é feita através de um portão que fica voltado para a via de acesso principal a ambas as quintas. Este portão é construído em ferro e pintado, datado de 1895, apresentando em destaque a seguinte designação "Quinta das Nogueiras, Dona Antónia Adelaide Ferreira". Diferenciando-se das anteriores quintas, esta apresenta uma distribuição de todas as áreas – Habitação, Produção e Paisagem – tal como um núcleo edificado com o seu centro concentrado que se vai espalhando em volta. Ou seja, a entrada na quinta dá acesso a um pátio onde se concentra todo o conjunto construído, nomeadamente, à esquerda, observa-se a casa do proprietário e a capela acoplada a esta, em frente, a casa pequena correspondente aos cardenhos e, à direita, a casa do caseiro. Este tipo de organização traduz o pensamento associado ao investimento, visto que mantém uma concentração dos edifícios principais da quinta, perto do ponto de entrada da mesma, com a localização das áreas de produção no rés-do-chão de cada um dos edifícios facilitando a divulgação do produto ao investidor.

Dentro destes edifícios temos primeiro, a casa do proprietário que é desenvolvida numa planta em L e composta por três pisos, servindo o piso do rés-do-chão de apoio à produção, já os restantes dois pisos superiores destinavam-se

ao espaço de habitação do proprietário. Este edifício foi construído na segunda metade do século XVIII e ampliado no final do seculo XIX, todas as fachadas estavam circundadas por espaços ajardinados e desenvolvidos em diferentes terraços. Acoplado na fachada norte do edifício encontrava-se a capela. A capela estava diretamente ligada ao interior da casa do proprietário através da construção de uma tribuna localizada na lateral da edificação, como uma espécie de camarim, o que origina um recuo que marca o acesso principal à habitação.

O segundo edifício, correspondente à casa pequena, servia como área de cardenhos, uma construção pequena composta por dois pisos, que apresenta a mesma logica de organização que a casa dos proprietários, ou seja, no piso do rés-do-chão situa-se o armazém de apoio à produção e no piso superior encontramos a área de habitação.

Entre estes dois edifícios, existe uma escadaria que dá acesso a um nível superior com a localização de uma fonte circular posicionada junto à plantação de pomares e hortas.

Por fim, a terceira construção corresponde à casa dos caseiros, desenvolvida a este da casa pequena, uma construção do século XVIII, de forma regular, retangular, composta por dois pisos, que se organizava novamente como as anteriores edificações, encontrando-se no piso inferior os lagares e as adegas, elementos que apoiam a produtividade da quinta, e no piso superior a habitação do caseiro e da sua família, este tipo de organização facilitava o controlo da produção vitivinícola e a sua exibição. A sua fachada principal está rasgada por aberturas de vão de guilhotina dispostas numa seguinte ordem geométrica.

A sul da casa do proprietário localizam-se os jardins que formam as áreas de lazer da quinta, estes elementos apresentam um desenho cuidado e estão delimitados por um muro em pedra que marca o percurso até às vinhas. Nestes jardins podemos encontrar no seu centro um nicho para as almas, zonas de estadia e miradouros com vista para a zona de produção vitícola e para o Vale de Gondim. Seguindo o percurso para norte, observamos a construção de um tanque com uma bica e de uma fonte que tinha gravado as iniciais de Dona Antónia Adelaide Ferreira.[90] Estes últimos dois elementos para além de embelezarem toda a quinta também serviam como apoio para o sistema de rega de toda as áreas de plantações da quinta, sendo estas águas retiradas de uma pequena nascente ligada à ribeira da Meia Légua. Seguindo por este mesmo caminho, vamos ter às áreas de plantação da quinta, com uma extensão de 6 hectares, divididas em áreas destinadas à plantação vitícola e áreas destinadas à plantação de pomares.

Através das palavras de Gaspar Martins Pereira no seu livro "O Douro", podemos compreender que esta quinta era formada pelas áreas destinadas à Habitação, Produção e Paisagem, demonstrando um cuidado no posicionamento de cada elemento e estrutura pertencente à quinta. Refere também que esta

90. (FAUVRELLE, Natália, e CLUNY, Isabel-"Dona Antónia uma vida singular", segundo capitulo "As Quintas Vinhateiras de D. Antónia- um legado para o Douro", Edição do Museu do Douro, 2012, pag 61 e 62)

quinta poderia representar o ponto onde se iniciava qualquer troca comercial, daí ser onde se manteve a residência de Dona Antónia Adelaide Ferreira até à sua morte em 1896.

QUINTA DO LODEIRO

A segunda quinta a integrar esta propriedade é a Quinta do Lodeiro que foi comprada em 1874, por Dona Antónia, com o objetivo de aumentar a área da Quinta das Nogueiras. É uma propriedade composta pela junção de dois casais, denominados de Lodeiro de Baixo (sem capela) e Lodeiro de Cima (com capela). A organização desta quinta segue a mesma lógica de ocupação da Quinta das Nogueiras, distribuindo-se numa espécie de núcleo que se vai disseminando para este. Este núcleo concentra todo o conjunto construído pertencente aos dois casais, ou seja, temos a sul a casa do caseiro com a área de produção, e a norte podemos observar a casa dos proprietários acoplada à capela, e uns armazéns que apoiavam as áreas de produção.

Esta quinta está então estruturada em três áreas, a primeira destinada a Habitação com a casa do caseiro e a casa dos proprietários; a segunda destinada à Produção, com os edifícios de produção, nomeadamente, um armazém, os lagares e a adega; e, por fim, a terceira relativa à Paisagem com as áreas de plantação de vinha, hortas e oliveiras e composta pelos jogos de água e pelos portões de acesso à quinta.

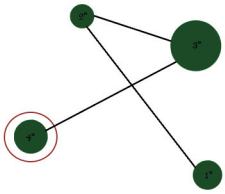
Lodeiro de Baixo (sem capela), integra um edifício em forma de U voltado para a rua de acesso e organiza-se funcionalmente em dois pisos. Este edifício integra duas áreas distribuídas pelos pisos, ou seja, no rés-do-chão temos acesso ao espaço de produção (lagar e adega) e no piso superior temos acesso ao espaço de habitação do caseiro e da sua família, encontrando-se este último piso ligado ao exterior através de uma escada. Esta edificação não demonstrava qualquer riqueza nem nobreza. É uma construção bastante simples, disposta de maneira a formar um pátio na zona de chegada à propriedade, não apresentando, por isso, um portão de entrada sendo este substituído pela fachada da edificação e por este espaço relativamente contido de receção. As fachadas da edificação são muito simples, organizando-se a fachada a sul com vãos de abrir e a frontal com abertura no piso superior de vão de guilhotina.

Em frente a este casal temos o outro casal, denominado Lodeiro de Cima (com capela). Neste caso as construções apresentam uma forma regular, organizada funcionalmente como em Lodeiro de Baixo, ou seja, no piso do rés-do-chão temos a zona de produção com a área dos lagares e a adega, e no piso superior a zona de habitação dos proprietários, estando este último piso ligado internamente com a capela. Embora a construção mantenha uma linguagem arquitetónica

Esquema de organização interna da propriedade de Nogueiras-Lodeiro



Escala: 1/3.000



Legenda:

1º Organização interna - 1º secção
2º Organização interna - 2º secção
Limite da divisão das duas secções
Limite de propriedades
Limite da propriedade Nogueiras
Limite da propriedade Lodeiro
Portão de entrada principal
Portão de entrada secundários
Área de Habitação
Área de Produção
Via de acesso principal
Caminhos internos da propriedade
Capela
Jogos de água
Área de Habitação + Produção
Percursos internos da propriedade
Cota mais alta
Cota mais baixa
Localização interna dos elementos do conjunto

simples obtém mais importância pois a fachada principal da habitação está voltada para a via de acesso à propriedade, apresentando dois vãos de guilhotina no piso superior e, junto a esta, a fachada principal da capela que apresenta uma entrada direta e, por cima, uma abertura de um vão fixo central.[91]

Esta situação é relevante porque, neste caso, a posição do conjunto construído permitia o acesso da população exterior ao interior da capela sem ser necessário entrar na propriedade, uma vez que, o portão de acesso à quinta encontrava-se mais adiante em relação à entrada na capela e apenas garantia o acesso à casa dos proprietários, ao armazém de apoio às áreas de produção, e às respetivas áreas de plantação.

Nesta propriedade é possível reparar que na fachada da capela não temos a colocação de um brasão de família, o que talvez possa estar relacionado com o facto da mesma pertencer a um casal com estruturas vinhateiras que não apresentam qualquer tipo de nobreza.

91. (PINHO, Maria Carolina Guedes Osório Aguiar de-"Casas de Quinta no Douro-Proposta para um Manual de Intervenção", Dissertação de Mestre em Engenharia Civil- Especialização em Construções, Janeiro de 2012, pag 27)

Considerando que a análise apresentada anteriormente foi realizada entre quintas pertencentes ao mesmo património, respetivamente o de Dona Antónia Adelaide Ferreira, é possível constatarmos alguns elementos comuns na organização e distribuição funcional interna, em cada uma das propriedades. Tratando-se de quintas que foram adquiridas em datas quase seguidas e em alguns casos pelo mesmo proprietário, facilita o reconhecimento de algumas constantes trazidas e implantadas de quinta para quinta.

A primeira quinta analisada foi a de Travassos, que corresponde à primeira propriedade pertencente ao património, tendo sido adquirida por José Bernardo Ferreira. A sua organização funcional interna consistia numa divisão do terreno em duas secções paralelas entre si e separadas pela construção dos muros de xisto. A distribuição dos elementos baseava-se na concentração de todo o conjunto construído na primeira secção, que se localizava na cota mais baixa do terreno da propriedade, junto ao portão de entrada. E na concentração de toda a área de plantação de vinha, laranjeiras, oliveiras, entre outras, na segunda secção, que se estendia desde a cumeada da propriedade até ao encontro com os muros de xisto.

Esta organização interna demonstrava outra particularidade, porque na primeira secção também era possível observar uma distribuição de todo o conjunto construído de forma estratégica, ou seja, junto ao portão de entrada principal, localizavam-se os elementos com maior relevância: a casa do proprietário e a capela que estava acoplada a esta. Estas duas construções representavam a fachada da propriedade, ou seja, representam arquitetonicamente e simbolicamente a propriedade e eram construídas em conjunto traduzindo esse mesmo objetivo. Na fachada da casa poderíamos encontrar representadas, no momento de entrada, as iniciais do proprietário, ou então a inscrição do nome da quinta. Já na fachada da capela encontrava-se, por cima da entrada, o brasão de família, simbolizando a nobreza que aquela família possuía.

Para além disto, como a capela era uma construção requisitada pela população do exterior, representava novamente o poder que a quinta adquiria ao ter este elemento no seu conjunto construído. Ela tinha de ficar acoplada à casa do proprietário, para permitir a criação de um acesso privativo deste e da sua família ao interior da capela, separando assim o espaço privativo do espaço público.

Seguidamente a estas construções encontram-se as dependências que apoiavam as áreas de produção, nomeadamente a casa do caseiro, a casa dos cardenhos, os lagares e a adega. São construções que se encontram situadas na secção inferior do terreno, à cota baixa da propriedade, e mantêm ligação com outros espaços e elementos que se situam junto aos muros de xisto, que englobavam as plantações de pomares e espaços de lazer que serviam como miradouros

sobre a paisagem, bem como, todos os jogos de água que, para além de embelezarem todo o espaço, também apoiavam o sistema de rega de toda a área de plantação localizada na secção superior.

Na segunda secção, situada na cota mais alta do terreno da propriedade, localizam-se todas as áreas destinadas à plantação de vinha, podendo estas estar plantadas segundo várias técnicas de plantação.

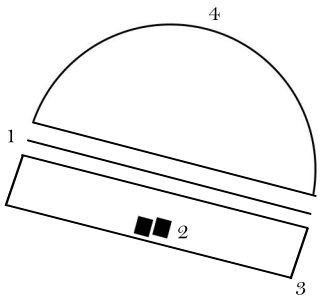
Este tipo de organização interna presente na primeira quinta adquirida, acaba por ser aplicada nas restantes quintas que foram adquiridas pelo irmão António Bernardo Ferreira I, nomeadamente, na quinta do Vallado e na quinta de Vila Maior, uma vez que ambas apresentam a mesma divisão interna da propriedade. Porém na quarta quinta analisada e adquirida pela Dona Antónia Adelaide Ferreira, nomeadamente a quinta de Nogueiras-Lodeiro, essa organização torna-se diferente, porque embora mantenha a mesma divisão de propriedade em duas secções e a mesma localização do conjunto construído, este encontra-se distribuído de uma forma mais centralizada concentrando-se num pequeno núcleo que se vai espalhando.

Ou seja, a entrada na quinta dá acesso a um pátio onde se concentra todo o conjunto construído pertencente à quinta, e na secção superior fica a área destinada à plantação de vinha. Este tipo de organização resulta de um pensamento orientado pelo investimento, pois mantem uma concentração dos edifícios principais da quinta, perto do ponto de entrada da mesma, com a localização das áreas de produção no rés-do-chão de cada um dos edifícios facilitando assim a divulgação do produto ao investidor.

Em relação às duas quintas adquiridas por António Bernardo Ferreira I, existem nelas características que mantêm uma ligação entre ambas. Primeiramente é possível perceber que têm a mesma organização interna, ambas as quintas distribuem o seu conjunto construído longitudinalmente no terreno, reaproveitando os socalcos para apoiar as construções e seguindo as ideias já presentes na quinta de Travassos (divisão da quinta em duas secções).

A segunda característica em comum entre ambas as quintas está relacionada com a sua localização, uma vez que ambas se situam nas margens do rio Corgo, encontrando-se uma voltada para a outra, permitindo desta forma uma observação mais clara do terreno pertencente a cada propriedade. Para além disto, o proprietário ainda reforça essa mesma ideia revestindo as suas construções com o mesmo acabamento e pintando-as na mesma cor, nomeadamente em ocre amarelo, uma cor que se realça na paisagem, destacando-as sobre a mesma, e facilitando assim a observação das quintas de uma margem para a outra.

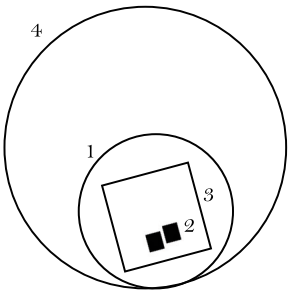
A terceira característica está relacionada com o facto de ambas as quintas utilizarem a mesma ideia para apoiar o sistema de rega das suas propriedades. Este facto, para além de estar relacionado com estas duas quintas também está



Distribuição funcional de todas as quintas do património

1 - Muro de divisão de propriedade em duas secções
2 - Elementos do conjunto construído que representam a arquitectónica e simbólicamente a propriedade
3 - 1º seção, onde se situam todos os elementos do conjunto construído
4 - 2º secção, onde se situam as áreas de plantação de vinha

Pontos em comum

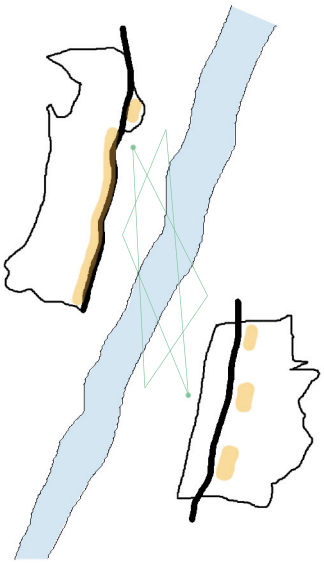


Distribuição funcional de todas as quintas do património

1 - Muro de divisão de propriedade em duas secções
2 - Elementos do conjunto construído que representam arquitectónica e simbólicamente a propriedade
3 - 1º seção, onde se situam todos os elementos do conjunto construído
4 - 2º secção, onde se situam as áreas de plantação de vinha

Pontos distintos

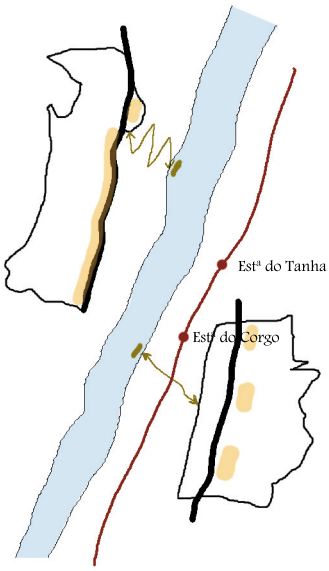
- Nas primeiras quintas adquiridas pelo José Bernardo Ferreira e pelo António Bernardo Ferreira I, podemos observar que a organização interna consiste numa distribuição da propriedade em duas seções que estão dispostas longitudinalmente no terreno



Pontos em Comum entre Qtª Vila Maior e Qtª Vallado

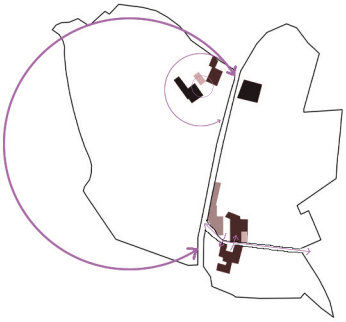
- As duas quintas foram adquiridas pelo mesmo proprietário António Bernardo Ferreira I
- As duas estão situadas nas margens do rio Corgo
- Em ambas a localização do conjunto construído posiciona-se longitudinalmente no terreno e na mesma secção
- As construções do conjunto construído de cada quinta obtém as mesmas cores, nomeadamente ocre amarelo, para que se destaquem na paisagem
- E em ambas as quintas verificamos a utilização das águas do rio Corgo, para apoiar o sistema de rega de cada quinta.

- Nas quintas adquiridas por Dona Antónia Adelaide Ferreira, podemos observar que a organização interna consiste numa distribuição da propriedade em duas seções que estão dispostas centralmente no terreno, com a criação de um núcleo que se vai espalhando.



Pontos distintos entre a Qtª de Vila Maior e a Qtª do Vallado

- Na Qtª do Vallado observamos melhores meios de acessibilidade; com a Estª do Corgo e a Estª do Tanha, junto com a estrada de acesso. Diferente do que acontece na Qtª de Vila Maior que apenas tem como acesso principal uma estrada.
- Tambem percebemos que a Qtª do Vallado tem melhores meios de acessibilidade ao rio Corgo para realizar a travessia de uma margem para a outra, por barco. A Qtª de Vila Maior tambem tem acesso ao rio Corgo porem esse acesso é mais complicado.
- O conjunto construído pertencente à Qtª do Vallado é completo, com todas as construções inclusivé a casa do Proprietário e a Capela que representam a cara da propriedade. Já a Qtª de Vila Maior apenas contem como elementos do conjunto constrído um unico edifício que represente a cara da propriedade, este edifício contem a primeira casa do caseiro, lagares e a adega.



Pontos em relação á Qtª da Nogueira - Lodeiro

- A quinta das Nogueiras-Lodeiro foram adquiridas por Dona Antónia Adelaide Ferreira
- Esta propriedade é composta por uma quinta vinhateira, denominada de Qtª das Nogueiras, com a junção de dois casais, denominados de Qtª de Lodeiro.
- Na Qtª das Nogueiras a sua organização interna é centralizada sobre si mesma.
- Os dois casais estão voltados para a rua de acesso ás propriedades, e não obtém a mesma organização interna que a quinta anterior



Observação do conjunto construído pertencente à quinta de Vila Maior implantado longitudinalmente no terreno.



Observação da quinta de Vila Maior localizada na margem oposta.



Observação do conjunto construído pertencente à quinta do Vallado implantado longitudinalmente no terreno.
Observação da quinta do Vallado localizada na margem oposta.





O proprietário opta por utilizar o mesmo acabamento e pintura em ambas as quintas, ocre amarelo.



O proprietário opta por utilizar como acabamento e pintura a mesma em ambas as quintas, ocre amarelo.

Legenda:

Linha de acesso por rio
Localização da Quinta

Bibliografia:

Fotografias tiradas pela autora





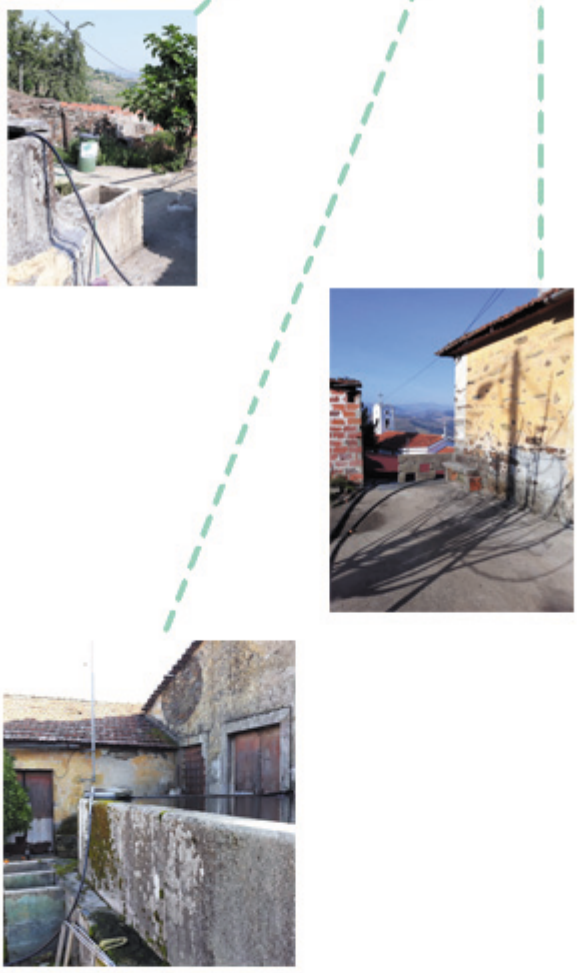
Maiores facilidades de acessibilidade, através de estrada, comboio ou barco



Menores facilidades de acessibilidade, apenas através de estrada ou barco



Conjunto construído pertencente á quinta completo. Com diferentes elementos.



Conjunto construído pertencente á quinta composto por só um elemento.

Legenda:

- Conjunto construído pertencente a cada quinta
- Linha de Caminhos-de-ferro
- Linha de acesso por estrada
- Linha de acesso por rio
- Localização da Quinta

Bibliografia:

Fotografias tiradas pela autora



Interior da Quinta das Nogueiras forma-se num nucleo fechado.



Um nucleo que cresce dentro dos limites da propriedade.



1º Fotografia-Portão de entrada principal da Quinta de Nogueiras;
2º Fotografia-Portão de entrada secundária.



1º Fotografia-Portão de entrada secundária da Quinta de Lodeiro de Baixo (sem Capela),
2º Fotografia-percurso exterior que rodeia a quinta.





Estrada comum ás duas quintas, nomeadamente Nogueiras e Lodeiro



Lodeiro de Baixo (sem Capela), observamos a criação de um pátio como momento entrada/chegada à casa.









Lodeiro de Cima (com Capela), as suas construções são localizadas de forma estratégifca, pois privatiza o espaço de entrada através de um portão de madeira. A capela encontra-se acoplada á casa do proprietário, com a sua entrada voltada para a estrada de acesso aos casais, facilitando assim a acessibilidade da população do exterior.

presente em todas as quintas vinhateiras. Ou seja, na maioria das quintas vinhateiras o sistema de rega é apoiado na utilização de águas retiradas das nascentes ou rios mais próximos, na ideia de utilização dos recursos naturais. E nestas duas quintas esse princípio mantem-se, utilizando as águas retiradas do rio Corgo para apoiar o abastecimento dos tanques e fontes que estão ligados aos sistemas de rega pertencentes a cada quinta.

Desta forma, percebe-se que da comparação entre a quinta do Vallado e a quinta de Vila Maior verificam-se muitas características em comum, porém também existem algumas situações que as distinguem. Uma delas está relacionada com os meios de acessibilidade à quinta, enquanto que uma se encontra localizada num ponto estratégico a outra não se encontra tão favorecida.

Assim sendo, e analisando cada uma das quintas, podemos observar que a quinta do Vallado é a que se localiza numa posição mais favorecida, visto que a mesma se implanta numa cota baixa da encosta do monte de Poiares relativamente perto do rio Corgo, uma posição que facilitava a sua acessibilidade ao rio e o atravessamento do mesmo através de um barco, algo que era comum na época. Outra característica que também está relacionada com os meios de acessibilidade à quinta, refere-se à construção das linhas de caminho-de-ferro, nomeadamente a linha do Douro e a linha do Corgo. Com a existência da estação de Covelinhas e do Apeadeiro do Corgo e do Tanha, respetivamente, a quinta do Vallado possuía perto de si mais um meio de deslocação de pessoas e mercadorias. Por último, o outro meio de acessibilidade que a quinta dispunha, estava garantido pelas estradas que também se ligavam com a propriedade.

Por outro lado, quando analisamos a quinta de Vila Maior verificamos mais dificuldades ao nível dos meios disponíveis para aceder à quinta. Embora ainda exista uma ligação com o rio Corgo, como a quinta está implantada numa cota alta do monte de São Pedro (Senhora da Graça), a acessibilidade ao rio torna-se mais complicada sendo realizada através de um caminho comprido e sinuoso. Contrariamente ao que acontece na quinta do Vallado, esta quinta apenas dispõe de mais um meio de acessibilidade, sendo este a estrada que dá acesso à mesma.

Por fim, a outra característica que as distingue está relacionada com os elementos do conjunto construído que cada uma possui, ou seja, a quinta do Vallado é composta por todos os elementos necessários para corresponder às suas funções, sendo uma quinta que serve para habitação permanente e temporária e também para produção vitivinícola. Esta quinta passa então a ser composta por algumas estruturas importantes, tais como, a casa do proprietário, a capela, a casa do caseiro, os cardenhos, os lagares, a adega e outras estruturas que apoiam a produção.

Situação diferente acontece com a quinta de Vila Maior, que por ser uma quinta que só se dedica à produção vitivinícola, apenas necessita dos elementos que permitam manter no ativo essas funções, e que correspondem à casa do caseiro, aos cardenhos e aos lagares e à adega. Com isto percebemos que nesta quinta estes elementos mantêm-se inicialmente todos reunidos num único edifício, representando arquitetonicamente e simbolicamente a propriedade. Ou seja, como não se observa a existência da casa do proprietário e consequentemente da capela, uma vez que estas duas edificações só funcionam em conjunto, tal como referido anteriormente, este edifício passa a representar essa mesma simbologia, demonstrando a quem visitava a quinta, quem era o proprietário dela.

Na última quinta analisada, a quinta das Nogueiras-Lodeiro, existem alguns pontos a mencionar após a sua análise. Como esta quinta foi adquirida em duas fases por Dona Antónia Adelaide Ferreira, resultando da união de uma quinta com dois casais, conseguimos observar alguns pontos chaves para notar essas mesmas diferenças.

Neste caso, a quinta das Nogueiras é uma unidade vinhateira que se fecha sobre si mesma num núcleo que cresce dentro dos limites da propriedade, tal como as quintas anteriormente analisadas, definindo esses mesmos limites com os muros e garantindo a existência de alguns portões de serviço que dão acesso às áreas de plantação da vinha. Todo o seu conjunto construído encontra-se disposto num pátio central que está diretamente ligado com o portão de entrada principal, que se liga com a via de acesso à propriedade. Ou seja, ao analisarmos o mapa da quinta verificamos que, mesmo que a quinta seja em teoria ligada com estes dois casais, na prática ela está separada dos mesmos pela via de acesso.

A quinta do Lodeiro é composta pela junção dos dois casais referidos, denominando-se de Lodeiro de Cima (com capela) e Lodeiro de Baixo (sem capela). Neste caso verificamos que as duas unidades encontram-se voltadas para a estrada de acesso a ambas, que posteriormente se une com a via de acesso à quinta das Nogueiras.

Ao observamos o mapa com os terrenos relativos a esta união de propriedades, verificamos que na área onde estão situados os dois casais, o conjunto contruído pertencente a ambos está posicionado de forma a servir de fachada da rua voltando as suas dependências para a estrada e facilitando o acesso da população do exterior às mesmas. Ou seja, no casal denominado de Lodeiro de Baixo, observamos a criação de um pátio como momento de entrada/chegada à casa. Porém em nenhum ponto encontramos um portão que delimite essa mesma entrada/chegada à propriedade, simplesmente o espaço de aproximação ou acolhimento mantem-se aberto a quem por ali passar. O mesmo acontece quando observamos Lodeiro de Cima que localiza as suas construções de forma estratégica, pois privatiza o espaço de entrada para a casa do proprietário e para as

estruturas que apoiam a produção, através da construção de um portão de madeira, porém dispõe de uma outra estrutura, nomeadamente a capela que se encontra acoplada à casa do proprietário, com a sua entrada voltada para a estrada de acesso aos casais, facilitando assim a acessibilidade da população do exterior.

Podemos então concluir que na quinta das Nogueiras-Lodeiro, os casais são unidades vinhateiras que utilizam a fachada das suas construções para representarem arquitetonicamente e simbolicamente a propriedade, abrindo-se para a população exterior e incluindo-as na limitação da propriedade. Porém quando nos referimos à quinta das Nogueiras, esta unidade vinhateira apresenta-se de uma forma completamente diferente, fechando-se sobre si mesma e delimitando todo o perímetro da propriedade, utilizando para isso a construção de um portão de entrada principal que representa arquitetonicamente e simbolicamente a propriedade.

Concluindo, ao analisarmos as quintas vinhateiras temos de ter em atenção alguns pontos chave:

A casa do proprietário está sempre acoplada a capela, estruturas que marcavam a importância que a quinta tinha perante as demais. Estas construções estavam sempre localizadas próximas do portão de entrada principal.
Porém, quando analisamos uma quinta que não integre no seu conjunto construído a casa do proprietário, geralmente deparamo-nos com uma propriedade que consequentemente não tem capela.

Na maioria das quintas analisadas verificou-se um tipo comum de construção para o edifício dos lagares e a adega que se baseia numa organização espacial que permite a produção do vinho tirando partido da força da gravidade. Este tipo de construção facilita os processos de produção melhorando a qualidade do vinho, porque ao longo do percurso desenvolvido desde a matéria prima ao produto final ocorrem todos os tipos de transformação.

As quintas vinhateiras dispõem as estruturas mais importantes pertencentes ao conjunto construído próximas do portão de entrada principal.

O portão de entrada principal contém sempre as iniciais do proprietário da quinta, bem como a inscrição do nome da quinta. Já os portões secundários, os de serviço, mantêm apenas a inscrição das

iniciais do proprietário.

O sistema de rega que apoia as áreas de plantação da vinha, existente em cada uma das quintas vinhateiras, é apoiado pelas águas retiradas de nascentes ou rios próximos, como se verifica nas quintas mencionadas anteriormente.

Por fim, ao analisarmos estas quintas detetámos que as mesmas se distinguem ao nível do tipo de funcionamento a que se destinam. Desta forma, podemos dizer que a Quinta das Nogueiras-Lodeiro, representa uma propriedade ligada com os negócios e a família, ou seja, uma área que por estar localizada num ponto estratégico facilitava as trocas comerciais e a criação de novos investimentos, bem como proporcionava a habitação para a família que visitava ou passava uma curta estadia no Douro. A Quinta de Travassos demonstra um lado mais pessoal para a proprietária, pois representava o local onde esta passou a sua infância e realizou o seu primeiro casamento, acontecendo nela demasiadas situações que marcaram em sua vida. A Quinta do Vallado apresenta um lugar que serviu para a proprietária apostar em grandes experiências e investimentos que fizeram crescer o património: a aposta em novas técnicas de plantação vitícola, plantando vinha com diferentes idades o que exigia diferentes técnicas de plantação, a aposta numa marca própria que divulgasse os produtos internacionalmente e fizesse crescer o património, e, atualmente, a aposta no enoturismo. Por último, a Quinta de Vila Maior representa um ponto de produção vitivinícola onde as únicas estruturas construídas são as necessárias para apoiar a produção.

Considerações Finais

Em virtude do que foi analisado, podemos compreender que embora o universo das quintas vinhateiras tenha sempre existido, antes e depois do legado de Dona Antónia Adelaide Ferreira, o objectivo desta dissertação focou-se em compreender as razões pelas quais este património se tornou tão importante, conseguindo destacar-se na transversalidade dos temas que estão associados a uma quinta vinhateira.

Em primeiro lugar destacamos o facto de Dona Antónia Adelaide Ferreira se tratar de uma mulher empreendedora, num mundo governado por homens, em segundo porque consegue expandir por toda a extensão do território do Douro Vinhateiro o seu património, e em terceiro e último pelo facto de deter um conjunto significativamente numeroso de quintas o que permitiu realizar uma comparação e detetar alguns elementos de conexão entre elas.

Ao longo da sua vida e em função dos seus feitos reconhece-se que Dona Antónia Adelaide Ferreira contribui para a estabilidade produtiva, social e económica num período de médio a longo prazo e para a construção da ideia de um sistema territorial.

O património cresce e fixa-se por toda a Região Demarcada do Douro, uma região que sofreu três demarcações e grandes transformações ao longo do tempo. Importa assinalar a primeira demarcação que foi decretada pelo Marquês de Pombal, representando um visionarismo, com a Criação da Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro, que tinha como objectivo regrar todo o território do Douro e garantir que a produção fosse cultivada em terrenos que permitissem a produção de vinho de Feitoria, considerado na altura como um dos melhores vinhos finos de embarque. A ideia, ao estabelecer esta norma, não era necessariamente produzir mais e sim para produzir melhor, ou seja, ao invés do produtor conduzir o seu investimento para a produção em grandes quantidades passaria a escolher produzir vinhos de melhores qualidades e, desta forma, obter um maior lucro, evidenciando um pensamento que tem por base a relação de valor pela qualificação e competitividade do produto.

De acordo com esta análise e após a elaboração deste estudo, podemos relacionar a atitude de Marquês de Pombal com a ação de Dona Antónia Adelaide Ferreira, pensando neles como elementos-chave para a requalificação do Douro Vinhateiro. Ou seja, se considerarmos que o Marquês de Pombal foi fulcral na definição inicial do território do Douro Vinhateiro, e que foi visionário no estabelecimento de normas para criar um equilíbrio entre as condições de produção, controlo e qualidade; Dona Antónia foi pioneira na sua lógica de investimento, devido aos conhecimentos que adquiriu pelas relações privilegiadas, seja com o seu primeiro marido seja mais tarde com a sua ida a Londres, seja também com

os seus contactos que lhe permitiram estar em constante proximidade com as visões inglesas relativamente à modernização agrícola, conferindo-lhe, assim, uma posição privilegiada relativamente aos outros produtores, porque tinha a visão e a capacidade para implementar essas modernizações no seu património. Consequentemente, Dona Antónia torna-se num elemento-chave que não só se expressou no seu património, na dimensão da sua ação e no que conseguiu congregar, mas também na influência sobre os outros produtores.

Podemos afirmar que Dona Antónia Adelaide Ferreira estava a par da revolução agrícola que acompanhou a revolução industrial, tendo consciência do processo de modernização das explorações a todos os níveis. Procurava-se uma forma de produzir os produtos, de os exportar e de os vender, tendo como objectivo obter um maior lucro através da qualidade.

Considerando este ponto de vista constatamos que uma das características mais importantes que Dona Antónia Adelaide Ferreira revela prende-se com o facto de reconhecer o potencial que o seu Património tem do ponto de vista económico e promover as estruturas necessárias nessa perspetiva, sendo que, essa perspetiva considera não só a quinta enquanto elemento físico, mas também aquilo que ela agrega do ponto de vista social.

Ou seja, Dona Antónia vincula três elementos-chave na lógica do seu investimento: um território físico, uma economia e uma sociedade. Considera na sua intervenção uma perspetiva que é utilizada na Indústria durante e após a revolução Industrial, tal como explica Alfred Marshall no seu livro *" Principles of Economics"*.

> "[...] the full rent of a farm in an old country is made up of three elements: the first being due to the value of the soil as it was made by nature; the second to improvements made in it by man; and the third, which is often the most important of all, to the growth of a dense and rich population, and to facilities of communication by public roads, railroads, etc."[164]

164. (Távora, 2006, p.73)

Dona Antónia Adelaide Ferreira segue exatamente o mesmo pressuposto, ou seja, procura fornecer à população que rodeia as suas quintas melhores condições de vida com o objectivo de incentivar à fixação da mão-de-obra no local, para que todos os elementos se conjuguem para o produto final e para o lucro. Mantém ativo um pensamento que segue a seguinte lógica: pensa a quinta e proporciona em redor da quinta condições para a fixação da população, cedendo por vezes parte do terreno. No fundo estes métodos de investimento partem do pressuposto que é necessária uma modernização do sistema produtivo associada a um esforço de fixação e melhoramento das condições de vida, na procura de

concentrar junto das unidades produtivas mão-de-obra e também de qualificar os métodos de produção, para que a máquina produtiva agrícola produza os mesmos resultados em todas as quintas pertencentes ao património.

Por este motivo quando nos referimos às quintas de Dona Antónia Adelaide Ferreira, conseguimos perceber que correspondem a um grupo que apresenta muitos pontos em comum e muitas vezes os pontos que as distinguem correspondem aos que decorrem das características físicas do território; porém todas mantêm sempre em ativo uma lógica final que está diretamente ligada ao pensamento de como se produz mais ou melhor com o objectivo de obter o máximo lucro.

Concluindo, quando estudamos a construção de um património numa região tão vasta é relevante ter em atenção todos os acontecimentos que influenciaram a evolução desse território bem como a quem é que o património pertence, uma vez que é devido a estes elementos que o património cresce e se transforma.

Para além disso, podemos entender que embora as quintas em análise pertençam ao mesmo proprietário e apresentem muitas lógicas de formação em comum, inevitavelmente apresentam pontos que as distinguem. Por este motivo seria também interessante analisar outro conjunto de quintas pertencentes a este mesmo património, pois poderão evidenciar outras questões presentes na sua formação e na sua localização que possam evidenciar a procura de Dona Antónia por proporcionar aos habitantes boas condições de vida, com o objectivo de garantir a sua fixação no local.

Anexos:

Glossário

Adega - (âdeghá) s. f. casa onde se guarda vinho, azeite envasilhado, etc.[92]

f. Casa Térrea, em que se guarda Vinho envasilhado e outras bebidas alcoólicas (Do lat. apotheca) [93]

Alfaias - (álfáia) s. f. qualquer móvel, utensílios, adorno de casa ou de pessoa. [...] Adj. Relativo à agricultura: trabalhos agrícolas. (Lat.agricola)[94]

f. Utensilio de casas ou pessoas. Adorno. [...]Prov. alent. Forquilha com três dentes. (Do ár.al-caja)[95]

Apeadeiros - (ápeâdeiru) s. m. estação de caminho de ferro em que só param comboios de pequena velocidade.[96]

m. Lugar, onde o combóio pára algumas vezes, só para deixar ou receber passageiros. (De apear)[97]

Bardo - (bárdu) s. m. sebe; [...]. [98]

[...] Prov. dur. e trasm. Terreno cultivado.* Prov. trasm. Estaca, para empar videiras. Prov. minh. Renque de videiras, ligadas por varas, canas ou arame.[99]

Capela - (Kapelâ) s. f. altar particular, ou separado do corpo da igreja, pequeno templo dum só altar, [...] [100]

f. Pequena igreja. Santuário. Parte ou dependência de palácio, colégio, etc. Cada uma das divisões de um templo, com um altar.[...] (Lat. capella)[101]

Cardenha/o - Casa f. Prov. dur. Pequena casa térrea, onde dormem jornaleiros. [102]

Sobrado - (Kázâ) s. f. edificio para habitar; cada divisão delle: familia[...] [103]

(çubrádu) [...]o pavimento ou soalho nos andares das casas tornado de madeiramento; pavimento feito de táboas unidas. [104]

m. Pavimento de madeira. (Inclino-me a que a palavra se relacione com o lat. superare, estar acima, visto que sobrado é geralmente um pavimento superior ao pavimento térreo de um edifício)[105]

Casal - (Kâzál) [...]; morada distante de povoado: logarejo.[106]

m. Pequeno povoado; lugarejo.Conjunto de pequenas proprieda des rústicas. [...]Prov. trasm. Pequena propriedade cerrada, próxima, mas não annexa à residência do dono. (B. lat. casalis)[107]

Caseiro - (Kâzêiru) adj. domestico, [...] rendeiro ou administrador de terra, quinta, onde habita inquilino.[108]

[...] Inquilino, arrendatário de um casal.Aquelle que dirige a cultura de quinta ou herdade. (Lat. casarius)[109]

92. (CARVALHO, António José de e DEUS, João de - "Diccionario Prosodico de Portugal e Brazil", Edição de Lopes & C.ª sucessores de Clavel, 1890, pag 22) 93. (FIGUEIREDO, Candido de - "Novo Diccionário da Língua Portuguesa", Edição de 1913,pag 20)
94. (CARVALHO, DEUS - "Diccionario Prosodico de Portugal e Brazil", 1890, pag 42)
95. (FIGUEIREDO - "Novo Diccionário da Língua Portuguesa",1913,pag 79)
96. (CARVALHO, DEUS - "Diccionario Prosodico de Portugal e Brazil",1890, pag 72)
97. (FIGUEIREDO - "Novo Diccionário da Língua Portuguesa", 1913,pag 157)
98. (CARVALHO, DEUS - "Diccionario Prosodico de Portugal e Brazil",1890, pag 120)
99. (FIGUEIREDO, Candido de - "Novo Diccionário da Língua Portuguesa", 1913,pag 256)
100. (CARVALHO, DEUS - "Diccionario Prosodico de Portugal e Brazil", 1890, pag 154) ,
101. (FIGUEIREDO, Candido de - "Novo Diccionário da Língua Portuguesa", 1913,pag 369)
102. (FIGUEIREDO, - "Novo Diccionário da Língua Portuguesa", 1913,pag 378)
103. (CARVALHO, DEUS - "Diccionario Prosodico de Portugal e Brazil", 1890, pag 162)
104. (CARVALHO, DEUS - "Diccionario Prosodico de Portugal e Brazil", 1890, pag 833) ,
105. (FIGUEIREDO, Candido de - "Novo Diccionário da Língua Portuguesa", 1913,pag 1874)
106. (CARVALHO, DEUS - "Diccionario Prosodico de Portugal e Brazil", 1890, pag 162) ,
107. (FIGUEIREDO, Candido de - "Novo Diccionário da Língua Portuguesa", 1913,pag 389)
108. (CARVALHO, DEUS - "Diccionario Prosodico de Portugal e Brazil", 1890, pag 163) ,
109. (FIGUEIREDO, Candido de - "Novo Diccionário da Língua Portuguesa", 1913,pag 390)

Cepa - (cê) f. Tronco de videira. Parte inferior das árvores, incluindo as raízes, [...] (De cepo)[110]

(cêpâ) s. f. pé da videira; raíz grossa de urze, etc[111]

Declive - (deklíve) adj. c. inclinado s. m. pendor, inclinação do terreno. [112]

adj.Inclinado; [...] M.Pendor, inclinação terreno.(Lat.declivis)[113]

Endógamo - s. m. e adj. Selvagem que, pela organização da sua tribo, se liga com a mulher da mesma tribo, para conservação de sua nobreza e raça. (Do gr. endon + gamos)[114]

Enxofre - (Exôfre) s. m. corpo simples solido e amarello que, quando arde, deita uma chamma azulada e se converte em acido sulfuroso.[115]

m. Corpo simples, sólido, amarelado e combustível. (Do ´ar. enxofre)[116]

Fileira - (filêirâ) s. f. disposição de cousas ou pessoas em linha; [...][117]

[...] Pau de fileira, cumeeira, a parte mais alta de um edifício, na qual se apoia a extremidade superior dos caibros. (De fila)[118]

Filiação - (filiação) s.f. descêndencia de paes a filhos; adopção de filho; derivação, dependência, connexação.[119]

f. Acto de perfilhar. Descendência de pais para filhos. * Designação dos pais de alguém: diga a sua filiação.Admissão numa communidade. Connexão, dependência.(Lat. filiatio)[120]

Free-trade - quer dizer Livre–comércio, um modelo de mercado no qual a troca de bens e serviços entre países não é afetada por restrições do estado

"In Loco" - no Local. [121]

Legado - (leghádu) [...]; objecto deixado em testamento a quem não é herdeiro legitimo.- pio, [...], os bens de herança destinados ao cumprimento d'estes encargos.[122]

m. Aquillo que se deixa por testamento a quem não é o principal herdeiro. (Lat. legatum)[123]

Morfologia - f. Tratado das fórmas, que a matéria póde assumir. [...][124]

Morgado - (mórghâdú) s. m. morgadio, possuidor do morgadio; filho primogenito,[...][125]

m. Propriedade vinculada, ou conjunto de bens vinculados, que não podiam alienar-se ou dividir-se, e que geralmente, por morte do possuidor, pertenciam ao filho primogênito. Possuidor dêsses bens. Filho primogênito ou herdeiro de possuidor de bens vinculados.*Ext.Filho mais velho;filho único[...] (Do b.lat.maioricatus)[126]

110. (CARVALHO, DEUS-"Diccionario Prosodico de Portugal e Brazil",1890, pag 170)

111. (FIGUEIREDO - "Novo Diccionário da Língua Portuguesa", 1913,pag 413)

112. (CARVALHO, DEUS-"Diccionario Prosodico de Portugal e Brazil",1890, pag 232)

113. (FIGUEIREDO - "Novo Diccionário da Língua Portuguesa", 1913,pag 579)

114. (FIGUEIREDO - "Novo Diccionário da Língua Portuguesa", 1913,pag 724)

115. (CARVALHO, DEUS-"Diccionario Prosodico de Portugal e Brazil",1890, pag 320)

116. (FIGUEIREDO - "Novo Diccionário da Língua Portuguesa", 1913,pag 751)

117. (CARVALHO, DEUS-"Diccionario Prosodico de Portugal e Brazil",1890, pag 403)

118. (FIGUEIREDO - "Novo Diccionário da Língua Portuguesa", 1913,pag 886)

119. (CARVALHO, DEUS-"Diccionario Prosodico de Portugal e Brazil",1890, pag 404)

120. (FIGUEIREDO - "Novo Diccionário da Língua Portuguesa", 1913,pag 886)

121. (Site: "http://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/in+loco",consultado 20.05.2020)

122. (CARVALHO, DEUS-"Diccionario Prosodico de Portugal e Brazil",1890, pag 547)

123. (FIGUEIREDO - "Novo Diccionário da Língua Portuguesa", 1913,pag 1177)

124. (FIGUEIREDO - "Novo Diccionário da Língua Portuguesa", 1913,pag 1344)

125. (CARVALHO, DEUS-"Diccionario Prosodico de Portugal e Brazil",1890, pag 613)

126. (FIGUEIREDO - "Novo Diccionário da Língua Portuguesa", 1913,pag 1344)

PAISAGEM - (pâizájee) s. f. vista ou pintura de campo, scena camprestre.[127]
(pa-i) f. Espaço de território, que se abrange num lance de vista. Gênero de pintura, * ou de literatura, representando ou descrevendo o campo ou lugares campestres. Quadro, que representa esses lugares. Trecho literário, que descreve perspectivas ou scenas campestres. (De país)[128]

PATRIMÓNIO - (pâtrimôniu) s. m. bens herdados dos paes, dote do ordinando.[129]
m. Herança paterna. Bens de familia. Bens necessários para a ordenação de um ecclesiástico. (Lat. patrimonium)[130]

PHYLLOXERA- (filókçerâ)s.m. doença na vide devida a um insecto (phylloxera vastratix).[131]
(cse) f. Gênero de insectos hemípteros. [...]Doença das videiras, causada por um insecto dêsse gênero, phylloxera vastatrix. (Do gr. phullon+ xeros)[132]

PLANTAÇÃO - (plãtâção) s. f. operação de plantar, campo plantado de arvores. [133]
f. Acto ou effeito de plantar. Terreno, em que crescem plantas. (Do lat. plantatio)[134]

POVOADO- (puvuádu) s. m. aldeia ou logarejo.[135]
m. Pequeno lugar povoado. (De povoar)[136]

PRAGA - (prághâ)s.f.imprecação de males contra alguem, calamidade, grande abundancia de cousas más.[137]
f. Acto de imprecar males contra alguém; maldição. Ext. Grande desgraça; catástrophe. Coisa ou pessôa que importuna. Abundância de coisas prejudiciaes ou desagradáveis: a praga dos gafanhotos. * Bras. do Maranhão. Mosquitos. * Ant. O mesmo que chaga. * A¸cor. Os pássaros dos campos, em geral: a praga deu cabo do trigo. (Do lat. plaga)[138]

REGIÃO - (rrejiãu) s. f. grande extensão de paiz, territorio especial; parte de certo todo: camada, secção; paiz, provincia.[139]
f. Grande extensão de território. Território ou porção de território que, por seu clima, producções ou por outros caracteres, se distingue dos territórios contíguos. Cada uma das ramificações da administração pública, das ciências, das artes, etc. Cada uma das divisões que se imaginam na atmosphera. Cada uma das secções, em que, convencionalmente, se divide o corpo humano: a região frontal. Fig. Cada uma das espheras da actividade humana. (Lat. regio) [140]

SECÇÃO - (çekção) s. f. porção, divisão dum todo, côrte dum edificio num plano; côrte vertical, divisão, subdivisão; cada uma das repartições em que se divide uma outra ou uma subdireção

127. (CARVALHO, DEUS-"Diccionario Prosodico de Portugal e Brazil",1890, pag 657)
128. (FIGUEIREDO - "Novo Diccionário da Língua Portuguesa", 1913,pag 1470)
129. (CARVALHO, DEUS-"Diccionario Prosodico de Portugal e Brazil",1890, pag 671)
130. (FIGUEIREDO - "Novo Diccionário da Língua Portuguesa", 1913,pag 1511)
131. (CARVALHO, DEUS-"Diccionario Prosodico de Portugal e Brazil",1890, pag 689)
132. (FIGUEIREDO - "Novo Diccionário da Língua Portuguesa", 1913,pag 1564)
133. (CARVALHO, DEUS-"Diccionario Prosodico de Portugal e Brazil",1890, pag 695)
134. (FIGUEIREDO - "Novo Diccionário da Língua Portuguesa", 1913,pag 1586)
135. (CARVALHO, DEUS-"Diccionario Prosodico de Portugal e Brazil",1890, pag 705)
136. (FIGUEIREDO - "Novo Diccionário da Língua Portuguesa", 1913,pag 1621)
137. (CARVALHO, DEUS-"Diccionario Prosodico de Portugal e Brazil",1890, pag 705)
138. (FIGUEIREDO - "Novo Diccionário da Língua Portuguesa", 1913,pag 1622)
139. (CARVALHO, DEUS-"Diccionario Prosodico de Portugal e Brazil",1890, pag 758)
140. (FIGUEIREDO - "Novo Diccionário da Língua Portuguesa", 1913,pag 1727)
141. (CARVALHO, DEUS-"Diccionario Prosodico de Portugal e Brazil",1890, pag 813)
142. (FIGUEIREDO - "Novo Diccionário da Língua Portuguesa", 1913,pag 1727)

das secretárias de Estado.[141]

f. Acto ou effeito de cortar. Parte de um todo. Divisão de um gênero, em História Natural. Divisão ou subdivisão de uma obra, de um tratado, etc. Córte de um edifício ou de outro corpo pelo centro, para se lhe observar a disposição interior. Cada uma das divisões de uma Repartição pública. Linha ou superfície, segundo a qual se cortam duas superfícies, dois sólidos ou uma superfície e um sólido. Córte vertical. (Do lat. sectio)[142]

SOCALCOS - (çukálku)s.m. porção de terra que se dispoe nas terras montuosas ou nas planicies, por chapadas, taludes ou planos, de modo que fique como em degraus.[143]

m. Porção mais ou menos plana de terreno, num monte ou numa encosta e sustida por muro ou botaréu.(De socalcar)[144]

TALUDES - (tálúde)s.m.inclinação na superficie lateral de muro, terreno etc; escarpa.[145]

m. Inclinação na superfície lateral de um terreno, de um muro ou de qualquer obra; rampa, escarpa. (T. mal formado do lat. talus, como se genitivo fosse taludis,à semelhança de palus,paludis)?[146]

VALE - (vâle) s. m. planície entre montes ou no sopé dum monte; longo trato de terra banhado por um rio.[147]

m. Planície entre montanhas ou na base de uma montanha. Depressão de terreno, que se estende entre montes. Várzea ou planície, à beira de um rio. Talvegue. Fig. Vale de lágrimas, o mundo, considerado como estância de sofrimentos. (Lat. vallis)[148]

VIDEIRAS - (videirâ) s. f. arbusto sarmentoso que dá uvas.[149]

f. Arbusto sarmentoso, da fam. das ampelídeas.Cepa. (De vide)[150]

VINHA - (vilâ) s. f. povoação de categoria inferior a uma cidade, mas superior a uma aldeia, cabeça de municipio rural.[151]

f. Povoação, de categoria inferior à de cidade e superior à de aldeia. Casa de campo ou habitação de recreio, nos arrabaldes das cidades italianas. Ext. Casa de campo, de construcção elegante ou mais ou menos caprichosa. Quinta, com casa de habitação. Casa de habitação com jardim, dentro da cidade. * Prov. alg. Fiada ou camada de amêijoas a assar. (Lat. villa))[152]

VINHATEIRO - (vinhâtêiru) s. e adj. o que se emprega na cultura das vinhas ou no fabrico dos vinhos.[153]

m. Aquelle que cultiva vinhas; guarda de vinhas.(Do lat. vinearius)[154]

VINHO - (vinhu) s. m. liquido alcoolico produzido pela formentação do summo da uva; licôr fermentação que se extrae de certos vegetaes; bebedeira.[155]

143. (CARVALHO, DEUS-"Diccionario Prosodico de Portugal e Brazil",1890, pag 837)
144. (FIGUEIREDO - "Novo Diccionário da Língua Portuguesa", 1913,pag 1879)
145. (CARVALHO, DEUS-"Diccionario Prosodico de Portugal e Brazil",1890, pag 867)
146. (FIGUEIREDO - "Novo Diccionário da Língua Portuguesa", 1913,pag 1932)
147. (CARVALHO, DEUS-"Diccionario Prosodico de Portugal e Brazil",1890, pag 923)
148. (FIGUEIREDO - "Novo Diccionário da Língua Portuguesa", 1913,pag 2060)
149. (CARVALHO, DEUS-"Diccionario Prosodico de Portugal e Brazil",1890, pag 938)
150. (FIGUEIREDO - "Novo Diccionário da Língua Portuguesa", 1913,pag 2085)
151. (CARVALHO, DEUS-"Diccionario Prosodico de Portugal e Brazil",1890, pag 940)
152. (FIGUEIREDO - "Novo Diccionário da Língua Portuguesa", 1913,pag 2089)
153. (CARVALHO, DEUS-"Diccionario Prosodico de Portugal e Brazil",1890, pag 941)
154. (FIGUEIREDO - "Novo Diccionário da Língua Portuguesa", 1913,pag 2090)
154. (CARVALHO, DEUS-"Diccionario Prosodico de Portugal e Brazil",1890, pag 941)
155. (FIGUEIREDO - "Novo Diccionário da Língua Portuguesa", 1913,pag 2090)

m. Líquido alcoólico, resultante da fermentação do sumo das uvas ou de outros vegetaes: vinho de maçans.* Vinho de maçans, sidra. * Vinho de cheiro, vinho aromático, fabricado nos Açores com uva isabel. * Vinho de arbusto, vinho fabricado com uvas das uveiras. * Vinho de enforcado, vinho clarete, o mesmo que vinho de arbusto. * Vinho abafado, geropiga forte. * Vinho surdo, nome, que dão na Madeira ao vinho abafado. * Vinho fino, vinho generoso, vinho velho e alcoólico. * Vinho verde, vinho de sabor ácido, menos alcoólico que o vinho commum, e fabricado no Minho e em parte da Beira com uvas especiaes, ás vezes escolhidas antes da maturação. Fig. Bebedeira. (Do lat. vinum)[156]

VINÍCOLA – (víníkulâ) adj. c. que diz respeito á cultura dos vinhos ou ás vinhas.[157] adj. Relativo à vinicultura. (Do lat. vinum + colere)[158]

VITÍCOLA – (vítíkulâ) adj. c. concernente á viticultura: s. c. o mesmo que viticultor.[159] adj. Relativo à viticultura. M. O mesmo que viticultor. (Lat. viticola)[160]

VITICULTOR – (vitikultôr)adj. e s. diz se do individuo que cultiva as vinhas.[161] m. e adj. Cultivador de vinhas. (Lat. viticultor)[162]

VITIVINICULTOR – m. Neol. Aquelle que cultiva vinhas e fabríca vinho. (Do lat. vitis + vinum + cultor)[163]

157. (CARVALHO, DEUS-"Diccionario Prosodico de Portugal e Brazil",1890, pag 941)
158. (FIGUEIREDO - "Novo Diccionário da Língua Portuguesa", 1913,pag 2090)
159. (CARVALHO, DEUS-"Diccionario Prosodico de Portugal e Brazil",1890, pag 941)
160. (FIGUEIREDO - "Novo Diccionário da Língua Portuguesa", 1913,pag 2090)
161. (CARVALHO, DEUS-"Diccionario Prosodico de Portugal e Brazil",1890, pag 941)
162. (FIGUEIREDO - "Novo Diccionário da Língua Portuguesa", 1913,pag 2095)
163. (FIGUEIREDO - "Novo Diccionário da Língua Portuguesa", 1913,pag 2095)

- AGUIAR, Fernando Bianchi de, - "O Alto Douro Vinhateiro uma paisagem cultural, evolutiva e viva", DOURO-Estudos e Documentos volume integral, ano 7, nº 13;
- ALMEIDA, Paulo Felismino Oliveira , - " Interculturalidade do Vinho do Porto. Pequena análise intercultural da região vitivinícola do Douro e do Vinho do Porto", Instituto Politécnico do Porto IPP e Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto ISCAP, 2014;
- ANDERSEN, T. REBELO J. - "Avaliação do Estado de Conservação do Bem Alto Douro Vinhateiro - Paisagem Cultural Evolutiva Viva", Volume 1 - Relatório de Avaliação Porto: CIBIO UP/UTAD;
- ANDERSEN, T. REBELO J. - "Avaliação do Estado de Conservação do Bem Alto Douro Vinhateiro - Paisagem Cultural Evolutiva Viva", Volume 2 - Estudos de Base. Porto: CIBIO UP/UTAD;
- BARRETO, António; - "Douro"; Lisboa: INAPA; 1993;
- BARROS E CUNHA, José Luiz de , - " Visita ao Douro e Estado das Vinhas n'aquella região ", Typographia do Jornal - O Progresso, Lisboa 1877;
- CARDOSO, Altino Moreira, - " Grande Cancioneiro do Alto Douro. Anexo B- Relações de Trabalho";
- CARDOSO , António Manuel Monteiro, - "A Revolução Liberal em Trás-os-montes (1820-1834). O Povo e as Elites", ISCTE, Lisboa 2004;
- FIGUEIREDO, Cândido de - "Novo Dicionário da Língua Portuguesa", Edição de 1913;
- FONSECA, Álvaro Baltazar Moreira da; - "As Demarcações Pombalinas no Douro Vinhateiro. Instituto do Vinho do Porto", Vol. I e II. Porto, 1949;
- FORRESTER, Joseph James, - " Papers relating to the improvement of the Navigation of the River Douro from its mouth to the Barca de Vilvestre in spain and to the maps of that river, and of the wine-district of the Alto-Douro.", Commercial Printing Office, Oporto 1844;
- LOBO, Maria João Coutinho Machado, - " O Percorrer do Corgo a Alvações pela Linha do Corgo: rotas de valorização da paisagem", Dissertação de Mestrado Universidade do Minho Escola de Arquitectura, Abril 2017;
- MADUREIRA, Lívia, - "Continuidade e mudança na paisagem do Alto Douro Vinhateiro: perceção, atitudes e preferências dos visitantes e turistas.", Douro: Estudos & Documentos: volume integral, ano 10, nº 19;
- MAIOR, Visconde de Villa, - " O Douro Illustrado. Album do Rio Douro e Paiz Vinhateiro", Livraria Universal de Magalhães e Moniz-Editores, Porto 1876;
- OLIVEIRA, Aurélio de, e Natália Fauvrelle da Costa, - " Um manuscrito inédito sobre o Douro Superior em finais do século XVIII", DOURO-Estudos e Documentos, vol. I (1), 1996;
- OLIVEIRA, Aurélio de, - " Douro País Vinhateiro. (Da produção ao comércio. Algumas considerações).", faculdade de Letras do Porto, 1993;

- MONTEIRO, Maria Armanda Matos de Oliveira, - "Vinhos do Douro e Região Demarcada, um produto estratégico para a dinamização do turismo no Porto? / Maria Armanda Matos de Oliveira Monteiro; orientação João Paulo Faustino (Dissertação de Mestrado)." Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto;
- PAÇOS, Milton Humberto Santos do, - " A Linha do Corgo Revisitada: O significado do traçado desactivado entre Régua e Chaves", Dissertação de Mestrado FAUP, Porto 2016;
- PEREIRA, Gaspar Martins, - " A Produção de um espaço Regional o Alto Douro no tempo da filoxera", Revista da Faculdade de Letras,
- PEREIRA, Gaspar Martins, - "Camilo, o Porto e o Douro.", Editor Camara Municipal de Vila Nova de Famalicão, Vila Nova de Famalicão;
- PEREIRA, Gaspar Martins, - "O Douro. A vinha, o vinho e a região de Pombal a João Franco", CENPA, Porto 1990;
- PINA, Maria Helena Mesquita, - " Alguns reflexos da implantação do caminho de ferro no Alto Douro no final do século XIX", Revista da Faculdade de Letras - Geografia I série, vol. XIX, Porto 2003;
- PINA, Maria Helena Mesquita, - " Alguns reflexos sobre as acessibilidades no Alto Douro", Revista da Faculdade de Letras - Geografia I série, vol. XII|XIII, Porto 1996/7;
- PINA, Maria Helena Mesquita - "VI Colóquio Ibérico de Geografia - Actas. A Península Ibérica - um espaço em mutação." Vol.I, Publicações da Universidade do Porto, 1992;
- POINSARD, Dr. Léon, - " Portugal Ignorado. Estudo social , económico e político seguido de um appendice relativo aos ultimos acontecimentos." , Magalhães e Moniz, Lda-Editores, Porto 1912;
- RIBEIRO, Didiana Margarida Fachada Lopes Fernandes Branco, - " O País Vinhateiro do Alto Douro na primeira metade do século XIX: Viagens e Representações.", Tese de Mestrado, Universidade do Porto Faculdade de Letras, Abril 2006;
- RIBEIRO, José Alves (2002). Alto Douro de contrastes. Douro: Estudos & Documentos: volume integral, ano 7, nº 14;
- RIBEIRO, José Alves, - " Caracterização genérica da região vinhateira do Alto Douro", DOURO-Estudos e Documentos, vol.V (10), 2000;
- SOARES, José de Oliveira; - "História da Vila e Concelho do Peso da Régua"; Imprensa do Douro, Peso da Régua; 1936;
- SOEIRO, Teresa & ROSAS, Lúcia & FAUVRELLE, Natália – "O património vernacular construído do alto Douro Vinhateiro: ritmos e valores.", Douro: Estudos & Documentos: volume integral, ano 7, nº 14;
- VELOSO, Nuno Filipe da Silva, - " Arquitectura do Vinho: A adega e a paisagem vitivinícola do Alto Douro Vinhateiro.", Tese de Mestrado, Universidade do Minho Escola de Arquitectura, Outubro de 2013;

- Instituto dos Vinhos do Douro e Porto - https://www.ivdp.pt/
- Comissão Nacional da Unesco - https://www.unescoportugal.mne.pt/pt/
- Património Cultural - http://www.patrimoniocultural.gov.pt/pt/
- Biblioteca Nacional de Portugal - http://purl.pt/index/geral/PT/index.html
- Porto, de Agostinho Rebelo da Costa aos nossos dias - http://portoarc.blogspot.com/
- Do Porto e não só - http://doportoenaoso.blogspot.com/
- SIPA - httpwww.monumentos.gov.ptSiteAPP_PagesUserSIPA.aspxid=10942

- ARAÚJO, Henrique Gomes de, - "A Casa Ferreira. A construção antropológica do sucessor", Livros Quetzal, Maia 2001
- Arquivo Histórico da A. A. Ferreira- Documento consultado "Testamento com que faleceu. D. Antónia Adelaide Ferreira aos 2 de Agosto de 1889", Casa Ferreirinha;
- CABRAL, Carla Mónica Ribeiro dos Reis, - "A Experiência multissensorial da Paisagem: Contributos dos sentidos na leitura das dimensões materiais e imateriais da paisagem duriense no vale do corgo", Dissertação de Mestrado em Arquitectura Paisagista, Vila Real 2017;
- CORDEIRO, J.Alcino - "Quintas do Douro", 2ª edição, Vila Nova de Famalição. Centro gráfico 1960;
- FAUVRELLE, Natália, - "Quintas do Douro: as arquiteturas do Vinho do Porto / Natália Fauvrelle". Editora GEHVID, Porto;
- FAUVRELLE, Natália, - " Dona Antónia. Uma vida singular. A life of her own", Museu do Douro, Peso da Régua 2012;
- LEAL, Paula Montes, - " Entre o Arquivo Histórico da A. A. Ferreira e os symington. Famaly Archives: Os documentos da Quinta do Vesúvio.";
- LIDDELL, Alex, - "Douro: as quintas do Vinho do Porto". Editor Quetzal, Lisboa 1995;
- MONTEIRO, Manuel, - "O Douro : principaes quintas, navegação, culturas, paisagens e costumes / Manuel Monteiro." Editora Emílio Biel & Cª Editores, Porto 1911;
- PEREIRA, Gaspar Martins, - "Quintas do Douro [recurso eletrónico]: história, património e desenvolvimento: conferência de abertura / Gaspar Martins Pereira." Edição de Autor 1956;
- PEREIRA, Gaspar Martins, - "Quinta do Vallado : 300 anos no coração do Douro = 300 years in the heart of the Douro / Gaspar Martins Pereira"; pref. António Barreto. Editora Quinta do Vallado 2016;
- PEREIRA, Gaspar Martins & OLAZABAL, Maria Luísa Nicolau de Almeida, - "Dona Antónia, Dona Editora ASA, Porto 1996;
- TRIGO, Jorge Miguel de Almeida Castro, - "Arquitetura e construção de paisagem: o Douro e a adega da quinta do Granjal / Jorge Miguel de Almeida Castro Trigo; Prof. responsável Álvaro Domingues (Dissertação de Mestrado)", Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto, Porto 2016;
- VELOSO, Nuno Filipe da Silva, - " Arquitectura do Vinho: A adega e a paisagem vitivinícola do Alto Douro Vinhateiro.", Tese de Mestrado, Universidade do Minho Escola de Arquitectura, Outubro de 2013;
- VILLA MAIOR, Visconde de - "Preliminares da Ampelographia e Cenologia do Paiz Vinhateiro do Douro", Imprensa Nacional, Lisboa 1865;
- VILLA MAIOR, Visconde de - "Douro Ilustrado , Album do Rio Douro e Paiz Vinhateiro," Livraria universal de Magalhães & Moniz Editores, 1836;

- Jornal Público - https://www.publico.pt/2011/07/03/jornal/uma-mulher--de-coragem-22331112

- CORDEIRO, J.Alcino - Quintas do Douro, 2ª edição, Vila Nova de Famalição. Centro gráfico 1960;
- COUTINHO, André Fernando Félix de Lucena, - "Reabilitação de quintas no Douro : manual de boas práticas: Região do Baixo Corgo / André Fernando Félix de Lucena Coutinho" ; orient. Professor Doutor José Manuel Marques Amorim de Araújo Faria. (Dissertação de Mestrado) Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto, Porto 2012;
- FAUVRELLE, Natália, - "Quintas do Douro: as arquiteturas do vinho do Porto / Natália Maria Fauvrelle da Costa Ferreira"; FLUP Porto 1999;
- FONSECA, Francisco Pereira Rebello da, - " Descrição económica. Do Território que vulgarmente se chama Alto-Douro.", University of California;
- GUEDES, Filipa Raquel Coelho, - "Entre património e paisagem: reabilitação da quinta de Santiago no Douro / Filipa Raquel Coelho Guedes; Professor responsável Teresa Ferreira.", (Dissertação de Mestrado) Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto, Porto 2017;
- LAGE, Otília, - "As Quintas do Douro. Unidades Estruturantes da Região de Origem do Vinho do Porto", Revista CEPIHS, 2015;
- LIDDELL, Alex, - " Douro: as quintas do Vinho do Porto." Editor Quetzal, Lisboa 1995;
- LISBOA, Academia Real das Ciências de; -"Memorias economicas da Academia Real das Sciencias de Lisboa, : para o adiantamento da agricultura, das artes, e da industria em Portugal, e suas conquistas", Edição 1789,
- MONTEIRO, Manuel, - "O Douro : principaes quintas, navegação, culturas, paisagens e costumes / Manuel Monteiro.", Editora Emílio Biel & Cª Editores, Porto 1911;
- MOURA, Ana Luísa, - "Quintas do Douro: análise tipológica do conjunto edificado, séc. XVIII-XX / Ana Luísa Moura; Professor responsável Manuel Fernandes de Sá" (Dissertação de Mestrado) Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto, Porto 2015;
- OLIVEIRA, Bárbara Viana de, - "A quinta das Testemunhas, no Alto Douro Vinhateiro: projeto de arquitetura em tempo real / Bárbara Viana de Oliveira; Professor responsável Camilo Rebelo e Teresa Fonseca", (Dissertação de Mestrado) Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto, Porto 2016;
- PEREIRA, Gaspar Martins, - "Quintas do Douro [recurso eletrónico]: história, património e desenvolvimento: conferência de abertura / Gaspar Martins Pereira.", Edição de Autor, 1956;
- PEREIRA, Gaspar Martins, - "Quinta do Vallado : 300 anos no coração do Douro = 300 years in the heart of the Douro / Gaspar Martins Pereira; pref. António Barreto.", Editora Quinta do Vallado 2016;
- PINHO, Maria Carolina Guedes Osório Aguiar de, - "Casas de Quinta no Douro- Proposta para um Manual de Intervenção", Dissertação de Mestrado em Engenharia Civil Especialização em construções, Janeiro 2012;
- TRIGO, Jorge Miguel de Almeida Castro, - "Arquitetura e construção de paisagem: o Douro e a adega da quinta do Granjal / Jorge Miguel de Almeida Castro Trigo; Prof. responsável Álvaro Domingues" (Dissertação de Mestrado) Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto, Porto 2016;

- Instituto Superior de Agronomia - Universidade de Lisboa - https://epic-webgis-portugal.isa.ulisboa.pt
- Instituto Financiamento da Agricultura e Pesca, IP.- IFAP- Sistema de Identificação Parcelar
- Jornal do Público - https://www.publico.pt/2009/08/30/jornal/quinta-do-vallado-a-adega-que-promete-tornarse-num-dos-simbolos-do-novo-douro-17675022
- Sessões do Tribunal na Querela do Duque de Saldanha contra o Editor do Periódico dos Pobres no Porto.

- Região Demarcada do Douro - Fig 1. site: "https://www.clubevinhosportugueses.pt/vinhos/vinhas-patrimonio-mundial-do-alto-douro-vinhateiro/";
- Dona Antónia Adelaide Ferreira - Fig 2. (PEREIRA, Gaspar Martins, e OLAZABAL, Maria Luiza Nicolau de Almeida de "DONA ANTÓNIA", Edições ASA, 1997);
- Património da Humanidade | Alto Douro Vinhateiro - Fig 3. site:"https://pontofinalmacau.wordpress.com/2016/12/12/alto-douro-vinhateiro-e-patrimonio-mundial-ha-15-anos/" | Fig 4. site: "https://www.telegraph.co.uk/travel/destinations/europe/portugal/douro/";
- Praga Oídio - Fig.5 site: "https://www.agrozapp.pt/artigos/Dicas+%C3%BAteis/oidio-da-vinha-7-2018";
- Praga da Filoxera - Fig.6 site: "https://www.agro.bayer.com.br/conteudos/news-bucket/2019/06/06/15/55/manejo-filoxera-videira", e, "https://www.excellence-tours.com/pt/blog/1584801483";
- Praga do Míldio - Fig. 7 site: "https://www.agrozapp.pt/artigos/T%C3%A9cnicos/o-mildio-da-videira";
- Plantação Pré-filoxerica - Fig.8 site: "https://www.picuki.com/media/2132371116379702498";
- Plantação Pós-filoxerica - Fig. 9 site: "https://www.facebook.com/quintadacorte/photos/a.163591716649962 3/2965642776860382/?type=3&theater";
- Mortórios - Fig.10 site: "https://www.excellence-tours.com/pt/blog/1584801483", visitado em 29.04.2020
- Plantação da Vinha ao Alto - Fig. 12 site: "https://www.realcompanhiavelha.pt/pages/quintas/6";
- Rótulos das Garrafas do Vinho 1887 - Fig. 13. site "https://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/16380.pdf";
- Mapa das Linhas de Caminho-de-ferro 1895 - Fig. 14 site "http://purl.pt/3367";
- Linha do Douro - Fig. 15 e 16 "https://digitarq.cpf.arquivos.pt/results?t=Emilio+biel&p=75&s=CompleteUnitId&sd=False";
- Linha do Corgo - Fig. 17. "http://albuminasetc.blogspot.com/2009/04/coleccao-emilio-biel-caminho-de-ferro_14.html"; e ; Fig. 18 "https://digitarq.cpf.arquivos.pt/results?t=Emilio+biel&p=75&s=CompleteUnitId&sd=False";
- Linha do Tua - Fig. 19. "https://issuu.com/foztua/docs/livro_biel";
- António Bernardo Ferreira II (1812-1844) - Fig. 20 (PEREIRA, Gaspar Martins, e OLAZABAL, Maria Luiza Nicolau de Almeida de "DONA ANTÓNIA", Edições ASA, 1997)
- Joseph James Forrester (1810-1861) - Fig. 21 (Consultar o site: "https://www.academia.edu/4975032/Joseph_James_Forrester_uma_hist%C3%B3ria_do_Douro", visitado em 24.09.2020)
- 1º e 2º Testamento (1889-1896) - Fig. 22(Consultado no Arquivo Histórico da A. A. Ferreira visitado em 13.08.2019)
- Casa do Proprietário - Fig. 25 Fotografia tirada pela autora | Fig. 32 site "https://prazeresdamesa.uol.com.br/colunas/waterloo-port/";